

**INAYE GOMES LOPES**

**A HISTÓRICA PRESENÇA INDÍGENA NA REGIÃO DOS RIOS  
APA E ESTRELÃO (*NHANDERU MARANGATU*): KAIOWÁ  
*REKOHAGUE* E A LUTA PELOS *TEKOHAKUE***

DOURADOS/MS – 2022

**INAYE GOMES LOPES**

**A HISTÓRICA PRESENÇA INDÍGENA NA REGIÃO DOS RIOS  
APA E ESTRELÃO (*NHANDERU MARANGATU*): *KAIOWÁ*  
*REKOHAGUE* E A LUTA PELOS *TEKOHAKUE***

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados na linha de História indígena e do indigenismo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.  
Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. Éder da Silva Novak

DOURADOS/MS – 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L864h	<p>Lopes, Inaye Gomes. A histórica presença indígena na região dos rios Apa e Estrelão (<i>Nhanderu Marangatu</i>) : Kaiowá <i>Rekohague</i> e a luta pelos <i>Tekohakue</i>. / Inaye Gomes Lopes. – Dourados, MS : UFGD, 2022.</p> <p>Orientador: Prof. Éder da Silva Novak. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Política indígena. 2. Território indígena. 3. Modo de vida Kaiowá. 4. Protagonismo indígena. I. Título.</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

**INAYE GOMES LOPES**

**A HISTÓRICA PRESENÇA INDÍGENA NA REGIÃO DOS RIOS  
APA E ESTRELÃO (*NHANDERU MARANGATU*): *KAIOWA  
REKOHAGUE* E A LUTA PELOS *TEKOHAKUE***

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada** em 24 de agosto de 2022

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e orientador:

Éder da Silva Novak (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Isabel Cristina Rodrigues (Dra., UEM) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Cássio Knapp (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

4º Examinador:

Thiago Leandro Viera Cavalcante (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

Ao Avelino da Silva Vareiro, Lucas Hamilton,  
Kemily e Andriel.

Ao meu pai Amilton Lopes e minha mãe  
Ramona Gomes.

Aos Kaiowa da região dos rios Apa e Estrelão.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por me manter com saúde durante a pandemia e à minha família que me incentivou nos momentos difíceis: meu esposo Avelino da Silva Vareiro, que me apoiou durante o trajeto das aulas presenciais e da pesquisa de campo, fortalecendo-me nessa luta em busca do meu sonho. Um obrigado a todos os meus entrevistados anciões Kaiowa. Agradeço especialmente os familiares do senhor Alziro Vilhalva.

Quero agradecer a todos que torceram por mim, seja de perto ou de longe. Em 2019 iniciei as aulas na FCH/UFGD em Dourados, cursando mestrado na área de história e não foi nada fácil para mim. Sem esse apoio de tanta gente, eu não conseguiria! Durante as aulas presenciais, toda terça-feira de madrugada, eu percorria a estrada de carona com o carro da saúde do município de Antônio João. Meu carro não dava conta de chegar em Dourados! Enorme gratidão à equipe da saúde da minha cidade.

Também quero agradecer a professora Rosa Colman e Arnulfo Morinigo, que sempre quando precisei, me hospedei em vossa casa. Muito obrigada professora, Deus te dê em dobro tudo o que você e sua família fizeram por mim.

Quero agradecer aos professores da FAIND, aos professores da FCH/UFGD, em especial do PPGH, e ao meu orientador Éder da Silva Novak. Também à Capes, pelo período em que fui bolsista e à professora Veronice pela correção do texto na língua portuguesa.

*Atima porã ndeve Che Ru Tupã Guasu upéicha nde réra itepe ajerure ndeve eimekatu che ndive ha che re'yí ndive emombarete katu che rógaygua* (Obrigada Deus, assim te peço para estar junto à mim e aos meus familiares e junto ao meu povo Kaiowa).

*Nas grandes batalhas da vida, o primeiro  
passo para a vitória é o desejo de vencer.*  
(Mahatma Gandhi)

## RESUMO

Esta pesquisa feita com os anciões mostra os territórios ocupados pelos Kaiowa na metade do século passado, nas bacias dos rios Apa e Estrelão, no Estado de Mato Grosso do Sul, em toda a região onde hoje se situam as Terras Indígenas *Pirakua* e *Nhanderu Marangatu*. Evidencia também como os Kaiowa viviam e moravam em seus tradicionais *tekoha* (lugar onde se vive). Além disso, denota como o avanço da colonização desarticulou a organização sociopolítica dos indígenas daquela região, que promoveram diferentes estratégias políticas na relação com os colonizadores e que souberam lidar com aquele novo contexto, fazendo leituras próprias e agindo para defender seus interesses. A metodologia deu ênfase à oralidade dos mais velhos Kaiowa, moradores de *Pirakua* e *Nhanderu Marangatu*, entrecruzada com a análise de documentos de órgãos indigenistas, com laudos e estudos para a demarcação das áreas indígenas. A pesquisa de campo, na companhia dos anciões da comunidade, foi fundamental para os resultados desta pesquisa. A memória da comunidade permitiu a compreensão da forma de vida dos Kaiowa mais antigos, sua organização política e social, em cada *Tekoha*, com as famílias que habitavam em cada local. Essa historicidade e o protagonismo Kaiowá facilitam o entendimento das lutas da etnia nas últimas décadas pela reocupação/retomada de seus territórios.

**Palavras-chave:** Política indígena; Território indígena; Modo de vida Kaiowá; Protagonismo indígena.



## ABSTRACT

This research shows the territories occupied by the Kaiowa in the middle of the last century, in the basins of the Apa and Estrelão rivers, in the state of Mato Grosso do Sul, throughout the region where the Pirakua and Nhanderu Marangatu Indigenous Lands are located today. It also shows how the Kaiowa lived in their traditional tekoha (the traditional housing). In addition, it denotes how the advance of colonization dismantled the socio-political organization of the indigenous people of that region, who promoted different political strategies in the relationship with the colonizers and who knew how to deal with that new context, making their own readings and acting to defend their interests. The data collection methodology focused on the oral histories of the oldest Kaiowa, residents of Pirakua and Nhanderu Marangatu, interspersed with the analysis of documents from indigenous bodies and reports and studies for the demarcation of indigenous areas. Field research in the company of community elders was fundamental to the results of this research. The memory of the community allowed the understanding of the way of life of the oldest Kaiowa, their political and social organization, in each Tekoha, with the families that inhabited each place. This historicity and Kaiowa protagonism facilitate the understanding of the ethnic struggles in recent decades for the reoccupation/retaking of their territories.

**Keywords:** Indigenous policies; Indigenous territory; Kaiowá way of life; Indigenous leadership.

## MBYKYMI

Ko jehai pyre ha ñeporandu ohechuka moõguivepa kaiowa kuéra oiporu araka'e ijyvy kuéra, ary mbytegui ojeporu va'ekue, *bacia* Apa e Estrelão, ha avei Mato Grosso do Sulpe, opépe ojetopa yvy ojedemarca akue Pirakua ha avei Nhanderu Marangatu. Ha avei ojehai ohechukávo kaiowa kuéra reko haicha ymaguare itekohakue kuérape. Ohechuka avei mba'eichapa mba'iry kuéra ou roguare oike kaiowá kuéra tekohápe ombyai ava kuéra reko oiporu kaiowape ikatu haguãicha omo moã chugui kuerá hesa ñemondo ha hesa mbareteve hemikotevê kuerare umi mbairý kuéra. Ha upéicha tembiaporã ojehe ñemonguetape umi kaiowa ñamõi kuéra ndive, oikóva tekoha Pirakuape ha avei Nhanderu Marangatupe, upéicha ñe'ẽ joasa karai kuera ohai akue rupive avei oñembojoaju ñemombe'upy. Jehai pyre ñamõi kuéra ndive iporã iterei ha'ekuéra ogueru ha'e kuéra ohasa akue yma araka'e ha upéicha aguahẽ ijapype ñeporandukuere. Ñamombe'uramo ymaguare reko hesakã porã mba'e guipa ko árape jeikovai yvýre ojeiporu jevy yvy, mbairý kuéra oipea va'ekue kaiowágui.

**Ñe'e yta:** Política Ava haicha; kaiowa teko hague; Kaiowá reko; jasojava.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Região das bacias dos rios Apa e Estrelão (MS).....	30
Mapa 2 - Terra Indígena <i>Pirakua</i> .....	31
Mapa 3 - Terra Indígena <i>Nhanderu Marangatu</i> . ....	39
Mapa 4 - Localização aproximada dos <i>Tekohakue</i> Kaiowa nas bacias dos rios Apa e Estrelão (MS). ....	75

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - SALTO KA'I - Salto do Macaco.....	32
Fotografia 2 - Valentina Franco, 101 anos, mãe de Ramona Vargas Franco .....	33
Fotografia 3 - Buraco de peixe ( <i>Pirakua</i> ).....	34
Fotografia 4 - Localidade chamada Palmeiras, situada na TI Pirakua, .....	34
Fotografia 5 - Local da casa da dona Ramona Vargas. ....	35
Fotografia 6 - Morro Sagrado - Morro Alto/Serro <i>Marangatu</i> .....	40
Fotografia 7 - Escola municipal Mbo'eroy Tupã Arandu Reñoi.....	46
Fotografia 8 - Morro <i>Teju Jagua</i> . ....	52
Fotografia 9 - Local do <i>tekohakue Kuchuitagua</i> (buraco de pedra).....	53
Fotografia 10 - Serro <i>Peteĩ</i> (único morro). ....	55
Fotografia 11 - Salvador Reinosso com sua família.....	58
Fotografia 12 - <i>Suvirando</i> .....	60
Fotografia 13 - <i>Marangatu Hu'y</i> (flecha sagrada).....	67
Fotografia 14 - Cerro Sombrero. ....	73
Fotografia 15 - Desenho do Sr. Salvador Reinosso com o território Kaiowá nos rios Estrelão e Apa.....	85
Fotografia 16 - Senhor Severiano Fernandes Vilhalva.....	101
Fotografia 17 - Arsênio da Silva na residência de Inaye Gomes Lopes.....	104
Fotografia 18 - Senhor Alziro Vilhalva. ....	105
Fotografia 19 - Dona Cristina Ribeiro, ao lado de Inaye Gomes Lopes. ....	108
Fotografia 20 - Feliciano Mendonça. ....	109
Fotografia 21 - Feliciano (com o boné vermelho), Wagner, Luzia, Inaye, Leonarda, Martina, Rafael. ....	110
Fotografia 22 - Casa do seu Feliciano Mendonça durante a pesquisa de campo. ....	110
Fotografia 23 - Amilton Lopes durante processo de retomada no final do ano de 2005.....	114

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Aldeia Campestre – Guapoyrapo (em destaque azul a localidade da minha residência). .....	46
Imagem 2 - Árvore genealógica de Severiano Vilhalva e Nely Gomes.....	102
Imagem 3 - Árvore genealógica de Severiano Vilhalva e Ada Recarte. ....	103
Imagem 4 - Árvore genealógica de Amilton Lopes e Ramona Gomes. ....	114

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>6</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>8</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>9</b>
<b>RESUMO EM KAIOWA</b> .....	<b>9</b>
<b>LISTA DE MAPAS</b> .....	<b>11</b>
<b>LISTA DE FOTOGRAFIAS</b> .....	<b>12</b>
<b>LISTA DE IMAGENS</b> .....	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - OS TEKOKHA DAS FAMÍLIAS KAIOWA NA REGIÃO DOS RIOS ESTRELÃO E APA</b> .....	<b>29</b>
1.1 TERRA INDÍGENA <i>PIRAKUÁ</i> .....	30
1.2 TERRA INDÍGENA <i>NHANDERU MARANGATU</i> .....	36
1.2.1 Aldeia Campestre - Guapoyrapo.....	41
1.2.2 Aldeia Pysyry .....	47
1.3 OS TEKOKHAKUE KAIOWA .....	47
1.3.1 Tekokhakue Cabeceira do Apa .....	50
1.3.2 Tekokhakue Mborevi (anta) .....	50
1.3.3 Tekokha Teju Jagua (lagarto com cabeça de cachorro) .....	51
1.3.4 Tekokhakue Kuchuitagua (burado de coruja).....	52
1.3.5 Tekokhakue Serro Peteĩ (somente um morro).....	53
1.3.6 Tekokhakue Bananal (Pakovaty) .....	55
1.3.7 Tekokhakue Yrymyne’y (local de um pequeno córrego que surge de uma nascente) .....	57
1.3.8 Tekokhakue Jaraguaty (um tipo de capim) .....	58
1.3.9 Tekokhakue Suvirando .....	59
1.3.10 Tekokhakue Ramakue.....	60
1.3.11 TekokhaKue Y Sayju (água amarela).....	61
1.3.12 Tekokha Kokue’i (pequena roça).....	62
1.3.13 Tekokhakue Gua’akua (buraco de arara).....	63
1.3.14 Tekokhakue Bakaiowa .....	64
1.3.15 Tekokhakue Forquilha .....	65

1.3.16 Tekohakue Sukuri .....	66
1.3.17 Tekohakue Marangatu Hu'y (flecha sagrada).....	66
1.3.18 - Tekohakue Pindoty (muito coquinho amarelo) .....	69
1.3.19 Tekoha Bugrekue.....	69
1.3.20 Tekohakue Avakue Amba (centro espiritual).....	70
1.3.21 Tekoha Cabeceira Comprida ou Tekoha Cabeceira .....	70
1.3.22 Tekohakue Pangola Chorro.....	71
1.3.23 Tekohakue Serro Guasu (morro grande).....	72
1.3.24 Tekoha Morro Sombrero (parece um chapéu) .....	72
1.3.25 Tekoha Y Akã Guasu (cabeça do rio).....	73
<b>CAPÍTULO 2 - O MODO DE VIDA KAIOWA E AS TRANSFORMAÇÕES COM A CHEGADA DA COLONIZAÇÃO.....</b>	<b>76</b>
2.1 EDUCAÇÃO TRADICIONAL.....	78
2.2 A DESARTICULAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL KAIOWA E O JOGO DE INTERESSES ENTRE COLONIZADORES E INDÍGENAS.....	83
<b>CAPÍTULO 3 - GENEALOGIA, HISTÓRIAS DE VIDA DOS KAIOWA E SUAS RELAÇÕES DE PARENTELAS IMPACTADAS PELOS COLONOS .....</b>	<b>99</b>
3.1 AS GENEALOGIAS DAS FAMÍLIAS KAIOWA E SUA HISTORICIDADE .....	100
3.2 O CAMPESTRE, AS RETOMADAS E UM SOPRO DE ESPERANÇA: AINDA HÁ MAIS HISTÓRIAS KAIOWA PARA SEREM ESCRITAS .....	116
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>127</b>
ENTREVISTAS E PESQUISA DE CAMPO .....	130

## INTRODUÇÃO

*A metáfora, propositalmente utilizada, permite lembrar que a caminhada de pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas.*

Roberto Cardoso de Oliveira

Eu sou Inaye Gomes Lopes, da etnia Kaiowa, cujo nome de batismo tradicional é *Kuña Ñevangai*, que significa “mulher encantadora”. Nasci em 1988, na aldeia Pirakuá, no município de Bela Vista, Mato Grosso do Sul. Minha escolaridade se iniciou naquela aldeia, onde estudei até a 4ª série. Como não tinha a segunda parte do Ensino Fundamental na aldeia Pirakua, tive que frequentar a escola na cidade de Bela Vista. Tudo foi muito complicado para mim, principalmente o transporte. Logo após fui para Campo Grande, com um grupo de estudantes da reserva indígena Amambai, e lá fiquei durante um ano, até a casa ser queimada, quando ficamos morando, de maneira precária, na casa do Sr. Mario Toriba, conhecido do meu pai. Minha família me apoiava com o que podia. Lá sofri muito preconceito e passei muita dificuldade. Mesmo assim consegui concluir o 6º ano. Então retornei para a comunidade, quando minha família já estava de mudança para a aldeia *Nhanderu Marangatu*. Voltei aos estudos na vila Campestre, na Escola Municipal Rachid Saldanha Derzi, porque na aldeia Campestre também não tinha Ensino Fundamental II. Concluí, então, a 8ª série na cidade de Antônio João, na Escola Municipal Maika Sanabria Pinheiro, e o 9º ano na escola Estadual Aral Moreira. Continuando minha trajetória escolar, fiz o Ensino Médio no Curso Normal Médio Intercultural Ara Verá, de formação de professores indígenas. Em 2006 iniciei o curso e finalizei em 2010, conseguindo defender minha monografia e fazer o estágio.

Em 2011 entrei para o ensino superior na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no curso de Licenciatura Indígena Intercultural - *Teko Arandu*, na área de Ciências Humanas. Escolhi esta área devido à necessidade da minha comunidade, porque, tendo essa formação poderia contribuir para contar a história que, de fato, aconteceu com os Kaiowa da minha região. Como já tinha formação de magistério, consegui uma sala de aula na alfabetização e defendi meu trabalho de conclusão do curso superior.



Minha preocupação é muito grande, pois a luta está cada vez mais difícil. Atualmente, moro na aldeia *Nhanderu Marangatu*, localizada no município de Antônio João, na BR 384. A aldeia já tem, pelo menos, 19 anos de luta; foi demarcada e homologada em 2005, mas foi suspensa no mesmo ano, por ação dos fazendeiros locais, e continua parada até hoje.

Nessa caminhada participei e ainda participo de várias conferências locais e também no âmbito internacional, na Europa, na União Europeia, UNPO, na ONU, e faço parte da liderança da comunidade, onde atuo com as mulheres indígenas na luta pelos seus direitos.

A vontade grande de estar na pós-graduação era a chance de escrever a história dos Kaiowá da região ancestral dos rios Estrelão e Apa, situada em Mato Grosso do Sul, sobretudo nos atuais municípios de Antônio João, Bela Vista, Jardim e Ponta Porã. Preparei-me por dois anos para ingressar na pós-graduação de História e, em 2018, fui aprovada para cursar o mestrado nesta área. Durante as aulas presenciais, que ocorreram em 2019, o trajeto da minha aldeia à UFGD foi complicado, pois tinha que me deslocar de carona com a equipe da saúde. No entanto, consegui concluir os créditos e obter a aprovação nas disciplinas. Em 2020 iniciei as pesquisas de campo, e me comprometi comigo mesmo a enfrentar o desafio de continuar o mestrado e também exercer um cargo político: fui pressionada pela minha comunidade para sair candidata a vereadora e fui eleita em 2020, iniciando meu mandato em 2021. É um desafio para quem gosta de testar suas capacidades e eu consegui.

Para construir este projeto, vieram muitos temas à minha mente, os quais analisei com a ajuda e orientação de alguns antropólogos e professores, pois tinha que delimitar o tema da pesquisa. A ideia que acabou prevalecendo surgiu a partir do trabalho de conclusão do curso desenvolvido da Licenciatura Intercultural Indígena - FAIND/UFGD. Percebi que a história da região onde vivo precisava ser escrita de maneira mais detalhada, dando visibilidade aos indígenas Kaiowa da localidade. Por isso escrevi as histórias e os anseios dos Kaiowa que se encontram na região dos rios Estrelão e Apa, divulgando a pesquisa feita com os anciões da comunidade de Nhanderu Marangatu. Como sou Kaiowa, vi que, por ser falante da língua étnica, tinha uma vantagem para acessar os dados, além da honra de poder escrever a história do meu povo, contando a perspectiva dos Kaiowa, suas memórias e lembranças, de como viviam e como foram tratados pelos colonos, desde a chegada deles na região, revertendo a história narrada até então, que é diferente do acontecido, demonstrando a presença Kaiowa e suas ações, com destaque ao contexto histórico de meados do século XX.

Portanto, esta pesquisa objetivou evidenciar os territórios ocupados pelos Kaiowa e como viviam e moravam em seus tradicionais *tekoha* (lugar onde se vive) na metade do século passado, especificamente onde hoje se localiza a Terra Indígena *Nhanderu Marangatu*, mas também dialogando com a história dos territórios onde hoje estão presentes as atuais aldeias Pirakua, Campestre e Pysyry, pois, na verdade, configuravam toda área ocupada pelos Kaiowa, com vários *tekoha*. Além disso, busquei demonstrar como o avanço da colonização desarticulou a organização sociopolítica dos Kaiowa daquela região, os quais promoveram diferentes estratégias políticas na relação com os colonizadores e souberam lidar com aquele novo contexto, fazendo leituras próprias e agindo para defender seus interesses. Entendo que a compreensão dessa historicidade e do protagonismo Kaiowá facilitam o entendimento das lutas da etnia nas últimas décadas pela reocupação/retomada de seus territórios.

A metodologia deu ênfase à oralidade dos mais velhos Kaiowa e moradores antigos das aldeias de referência. Tive o prazer de andar por grande parte da área ocupada pelos meus ancestrais, acompanhada dos anciões da comunidade ou visitando-os em suas casas nas aldeias Pirakua e Campestre ou nas áreas de retomada de *Nhanderu Marangatu*. A memória da comunidade me permitiu compreender como era a forma de vida dos nossos parentes mais antigos, sua organização política e social, em cada *Tekoha*, com as famílias que habitavam em cada local. Foi possível entender algo presente nas aldeias ainda hoje, após ter contato com toda essa nossa história. Além disso, as genealogias de algumas famílias foram utilizadas como fonte dessa pesquisa, evidenciando os caminhos percorridos por essas famílias, revelando, num primeiro momento, a desarticulação dos núcleos familiares Kaiowá, com a chegada das frentes colonizadoras, mas também, num segundo instante, a aproximação e a tentativa de uma nova articulação da comunidade, que acabou fortalecendo a luta para as retomadas dos seus *Tekoha*.

A pesquisa ainda destaca as relações interétnicas dos Kaiowa do *Tekoha Nhanderu Marangatu* e como a chegada dos fazendeiros na região provocou a expulsão da maior parte dos indígenas, embora se destaque a resistência e a permanência de algumas famílias Kaiowa naquele *tekoha*, determinantes para o retorno de outras famílias indígenas para a localidade, fundamental para a constituição do distrito de Campestre e o espaço conquistado pelos indígenas. A criação da aldeia Campestre representou um ponto de partida para os Kaiowa iniciarem as retomadas de suas terras. Portanto, busquei evidenciar os antigos *Tekoha* dos Kaiowa, suas formas de vida e as transformações na sua maneira de viver na Terra Indígena *Nhanderu Marangatu*, enfatizando suas estratégias políticas na defesa dos seus direitos.

*Nhanderu Marangatu* é o nome sagrado de um morro na região e se refere a um mito que os rezadores contam. Certo dia um rezador foi rezar no monte e desapareceu, só ficaram a cruz e o chocalho, ou seja, instrumentos de reza. Os seus filhos foram atrás do rezador no monte e encontraram apenas os objetos dele. Então, eles começaram a rezar também e todos desapareceram no ar, só ficou a voz da reza. Por isso, esse morro se chama *Nhanderu Marangatu*, mas o lugar se chamava, inicialmente, Cerro Marangatu (morro sagrado).

O Guarani é o povo indígena mais numeroso do Brasil, com mais de 60 mil pessoas, organizado nos grupos Ñandeva, Guarani Mbya e Kaiowá, segundo dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2015). Eles ocupam diversos Estados no Brasil (MS, RS, SC, PR, SP, RJ, ES) e algumas famílias estão esparsas por outros Estados. Tem grupos Guarani também na Bolívia, Argentina e Paraguai.

É histórica a presença dos Kaiowa na região dos rios Estrelão e Apa, em Mato Grosso do Sul, com modos próprios de vida em seus *tekoha*. A maior parte de sua história é caracterizada por uma vida em abundância, anteriormente à expropriação da maior parte dos seus territórios, quando ninguém interrompia suas formas de viver.

Por isso, até por volta das décadas de 1930-1940, os Kaiowa presentes naquela região praticavam seus usos e costumes e viviam suas peculiaridades. Os parentes organizavam grandes festas em seus *tekoha*, como a prática de rituais tradicionais: batismo de crianças, batismo do milho, encontro de famílias, entre outros.

No entanto, como afirma Chamorro (2015), a história dos Kaiowa para os não indígenas parece não existir. Ou seja, Mato Grosso do Sul existe somente depois que os colonizadores vieram se instalando em cada região, ignorando a presença histórica dos Guarani e Kaiowa que sempre moraram nesse grande território (*Tetã*), ao contrário do falso argumento de que vieram de outro país ou de outro Estado brasileiro. Antes da ocupação colonial, os Kaiowa e Guarani viviam tranquilos nas matas que enchiam este grande território. Conforme Cavalcante (2011, p. 6):

Os Kaiowa foram redescobertos pela história. O processo de ocupação da região se intensificou após a guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai (1864-1870). Num primeiro momento o território dos Guarani e dos Kaiowa, que correspondente ao Cone Sul do estado do Mato Grosso do Sul, foi quase todo ocupado por uma empresa extrativista que se dedicava à extração da erva mate.

O território Kaiowa, no Brasil, era muito amplo, ocupando toda a região entre o rio Apa, Serra de Maracaju, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o

Paraguai (BRAND, 2004). Obviamente, essa delimitação não pode ser encarada como estática e definitiva, principalmente porque não foram realizados estudos completos o suficiente para tal delimitação, mas serve como uma referência bastante razoável. (CAVALCANTE, 2011, p. 11)

Como forma de corroborar ou de elaborar um contraponto à bibliografia já existente sobre a história dos Kaiowa da região dos rios Estrelão e Apa, esta pesquisa buscou utilizar-se da oralidade e da memória da comunidade indígena. Por meio de um gravador digital e de diários de campo foram apuradas e analisadas as histórias de vida das principais lideranças Kaiowá da localidade, que contaram suas narrativas, contribuindo de forma enriquecedora para este estudo.

Segundo o Sr. Arsênio da Silva<sup>1</sup>, seus familiares da etnia Kaiowa moraram na região dos rios Estrelão e rio Apa e viviam em liberdade. Ele conta que, no passado, os Kaiowa viviam livres, sem ninguém a interromper cotidianamente as suas formas de vida. Na sua fala, ele cita um grande território onde os Kaiowa viviam na região dos rios Estrelão e Apa, que nunca foi considerado pelo Estado brasileiro como terra tradicional indígena. Quando os colonizadores chegaram, nunca respeitaram os territórios destes indígenas e o Estado não se preocupou com eles, pelo contrário, se omitiu e até mesmo apoiou as práticas cometidas contra os Kaiowa, como expulsões de suas terras, ameaças, perseguições, massacres, exploração de mão de obra, encerrando o momento de paz.

Na década de 1930 começaram a chegar os colonizadores, que alteraram significativamente o modo de viver dos Kaiowa e a maioria deles foi expulsa de quase todo o território. Os poucos que permaneceram foram explorados enquanto mão de obra nas fazendas que iam sendo formadas. Até aquele período, a família de Alziro Vilhalva<sup>2</sup> vivia feliz, deslocando-se de canto a canto, por toda a região. Com a chegada dos fazendeiros na região do rio Apa, muitas famílias, que ali moravam, se deslocaram para outros lugares e os colonos foram se apossando das terras e enriquecendo com a formação de fazendas para gado, plantando capim na roça dos indígenas, soltando porcos para se alimentar da produção indígena.

---

<sup>1</sup> O Sr. Arsênio da Silva, residente na aldeia *Nhanderu Marangatu*, foi entrevistado no dia 23 de fevereiro de 2020 (um domingo). Mais detalhes sobre a história de sua família serão apresentados no capítulo 3 desta dissertação.

<sup>2</sup> O Sr. Alziro Vilhalva foi vovô *tuja*, ancião que permaneceu sempre ao redor da região durante a expulsão. Hoje ele não está mais vivo, mas a comunidade, em sua memória, lembra dele porque, com sua coragem, a história do *Nhanderu Marangatu* resiste. Mais detalhes sobre a história de sua família serão apresentados no capítulo 3 desta dissertação.

Como já dito, as genealogias de algumas famílias Kaiowa foram utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa. O laudo antropológico, escrito por Eremites de Oliveira e Pereira (2009), apresenta alguns procedimentos de estudo genealógico para analisar as relações de parentesco entre os Guarani e Kaiowa. Baseados nos estudos do antropólogo britânico Willian Halse Rivers (1864-1922), que permitiu aferir o grau de proximidade dos indígenas em termos da constituição de um grupo humano com vínculos biológicos, históricos e sociais, Eremites de Oliveira e Pereira (2009) estabeleceram analogias, estabelecendo símbolos para representar os homens e as mulheres, os casais e os divorciados, os filhos que são do mesmo pai e da mesma mãe, entre os Guarani e Kaiowa.

Essas pesquisas acima mencionadas se aproximam do que é narrado pelo Sr. Salvador Reinosso<sup>3</sup>, que demonstra como as famílias viviam na região dos rios Estrelão e Apa, onde se localizavam os *tekoha* tradicionais, constituindo o grande território Kaiowa. Dados como local de nascimento, filiação, formação, grupos de referência, tipos de vínculos do grupo, grau de compreensão e inserção junto às instituições da sociedade nacional etc. trouxeram importantes subsídios para a compreensão da situação atual das lideranças de toda a comunidade Kaiowa de *Nhanderu Marangatu*.

Conforme Eremites de Oliveira e Pereira (2009, p. 28):

As histórias de vida e a memória genealógica foram controladas por meio de diagramas de parentesco, nos quais diversas informações foram sistematicamente cruzadas para dirimir, por exemplo, as eventuais dúvidas e informações que pudessem ser contraditórias. No estudo etnográfico de grupos indígenas, um método dessa natureza é imprescindível visto que se trata de grupos humanos de tradição oral e não de tradição escrita, os quais possuem um idioma cultural próprio e distinto do nosso, o da sociedade nacional.

Segundo Chamorro (2015, p. 33), “as comunidades Kaiowá do Brasil formam junto com a população Pãi Tavyterã do Paraguai uma única etnia”. Focando na região de Mato Grosso do Sul, o nome Kaiowa foi dado a eles porque sempre foram os índios do mato (*ka’aguy ygua*), pois viviam na grande mata antes de serem expulsos.

A comunidade era considerada pelos não indígenas como de um povo “nômade”, pois se mudavam de um canto para outro, sempre pela região dos rios Estrelão e Apa,

---

<sup>3</sup> Sr. Salvador Reinosso é um senhor que vivenciou a expulsão. Ele conta como era e como aconteceu a expulsão. Foi entrevistado domingo, 10 de maio de 2020. Eu só conseguia entrevistá-lo nos finais de semana. Mais detalhes sobre a história de sua família serão apresentados no capítulo 3 desta dissertação.

inclusive para o território paraguaio. Mas os Kaiowa não são povo nômade. Trata-se de povos migrantes, pois se deslocavam sempre dentro do seu território, assim como afirmara Melià (1988). Os Kaiowá, com a chegada dos colonos, iniciaram a resistência e, para existir, não tinham escolha a não ser correr de um canto para outro em seu território. As parentelas eram bastante numerosas e as pessoas mais velhas comandavam suas famílias; ou seja, as famílias tinham sua representatividade, mas não eram individualistas. Os Kaiowá tinham o costume de visitar outro *tekoha* e quem cuidava dos passeios era a pessoa responsável pela família, principalmente no período de plantio ou em época de festa cultural: por exemplo, eles plantavam sua roça e retornavam somente no tempo da colheita, ou seja, retornavam para seu *tekoha* só para colher o plantio e celebrar a festa. Nestas festas aconteciam caçadas; tinha *chícha*, que era o nome de uma bebida tradicional feita de milho branco, cana, batata e mandioca. Toda vez que tinha um evento (reza, batismo de milho, batismo de crianças) era sempre celebrado com *chícha*. Tudo isso era anterior à chegada dos colonizadores.

O estudo de História Regional nem sempre teve a merecida importância no mundo acadêmico. Apenas a partir do final da década de 1980, começam a surgir trabalhos mais sistematizados relacionados ao tema. Isso só foi possível graças a uma nova concepção metodológica que surgiu na França, em 1929, denominada de Nova História (BURKE, 1992). Os estudos deixaram de ser fundamentados em temas distantes para se incorporar aos fenômenos históricos da forma como são vividos pelas populações de determinada localidade. É essa aproximação que esta pesquisa buscou realizar, através do contato com uma comunidade Kaiowa específica, da qual muitos acadêmicos fazem parte, inclusive eu, como autora da pesquisa. O resgate da história local buscou proporcionar não somente aos discentes, mas também à comunidade, reflexões históricas significativas, contemplando as propostas para a construção e compreensão do conhecimento e a consequente identificação das pessoas que viveram ou vivem na comunidade, como sujeitos históricos.

Segundo estudiosos, a globalização é um processo que se iniciou nos séculos XV e XVI, porém foi impulsionada no século XX, durante as décadas de 1980 e 1990 pela revolução tecnológica. Tal movimento acarretou efeitos não só nos campos econômicos e tecnológicos, mas também nos campos culturais e, conseqüentemente, nas identidades. Se, por um lado, este processo tende a homogeneização cultural, por outro lado acentuam-se as resistências tribais *versus* globais, ocorrendo reforços à noção de pertencimento local, ou seja, à identidade local (HALL, 2014; GORENDER, 1995).

Nesse sentido, o presente trabalho realizou, por meio do uso da oralidade, o registro da memória de pessoas e das parentelas que vivem na comunidade de *Nhanderu Marangatu*, no município de Antônio João. Assim, alguns aportes metodológicos da história oral foram utilizados com a finalidade de conhecer a história desta comunidade, até agora ignorada por grande parte da população não indígena e mesmo por muitos indígenas da própria comunidade.

O fato de a autora da pesquisa ser da etnia Kaiowa, filha do líder Amilton Lopes, um dos fundadores do movimento *Aty Guasu* (grande assembleia Kaiowa e Guarani) e porta voz dessas etnias, fez com que muitos dados autobiográficos também fossem incluídos na pesquisa. Amilton seguiu a luta do Marçal de Souza, na resistência contra a expropriação dos territórios indígenas. Sempre pude perceber a preocupação de meu pai ao ver os Guarani e Kaiowa sendo assassinados e massacrados. Em suas tentativas de pedir socorro em prol dos Guarani e Kaiowa, dizia assim: “Os Guarani Kaiowa têm que ser livres!”. Durante sua trajetória de luta junto de outras lideranças, algumas já falecidas, estivemos na Europa em campanha pela demarcação de terras dos Guarani e Kaiowa. Eu também tive esta oportunidade de compartilhar com ele, de seguir o rumo desses ilustres líderes, como Marçal de Souza. O que me despertou e sempre me motiva a seguir em frente na luta é porque, primeiro, tenho que dar continuidade à luta pelos nossos direitos e, segundo, porque tenho a capacidade e a oportunidade de registrar a História. E tem muita história que não é lembrada! No magistério, concluí minha monografia, com a história da aldeia *Nhanderu Marangatu*, e para a conclusão do curso superior dei continuidade com o tema, de forma mais aprofundada.

Na primeira tentativa de voltar para a terra tradicional, todos se mobilizaram para a retomada do *tekoha* de onde foram expulsos. A partir de 15 de dezembro de 1998 passaram a ocupar grande parte do seu território e, entre 2004 e 2005, conseguiram demarcar e homologar sua área, mas, conforme já antecipado, a homologação foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) naquele mesmo ano. Após todos esses anos de retomada, a comunidade se estendeu, aumentaram as famílias e a população cresceu, não tinha mais espaço, e, em 2015, reocupamos 80% da área que havia sido demarcada, porém suspensa pelo STF. Isso gerou uma situação bastante tensa, com muito conflito, inclusive, morte. Até hoje a comunidade tradicional da aldeia está com a esperança de que o processo seja julgado e a terra demarcada definitivamente, conforme a lei.

Abordei de forma breve este tema no meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) da Licenciatura Indígena, em que tratei da história da aldeia *Nhanderu Marangatu*, discutindo

como era o modo de vida de antigamente e como está atualmente. Agora abordo de forma mais aprofundada a história deste *tekoha*. Cotidianamente ouvia relatos dos mais velhos, que comentavam sobre as áreas tradicionais da região do rio Estrelão e Apa e fiquei bastante curiosa. Assim, fiz o mestrado para registrar estas memórias que ainda estão muito presentes na minha comunidade.

A preocupação de contar a história é muito grande e a única solução foi ingressar na pesquisa focando no histórico dos Kaiowa na região dos rios Apa e Estrelão, até porque esta história nunca foi contada de maneira completa. Meus bisavôs ainda estão vivos e conhecem bem a nossa história e anseiam por contá-la para ficar registrada, para que as novas gerações conheçam suas raízes e origens históricas. Considero importante esta pesquisa para que os Guarani e Kaiowa não deixem morrer sua história, mostrar seus modos de vida, onde são os seus *tekoha* tradicionais.

Também destaco a vida do nosso líder Marçal de Souza, o Guarani que foi assassinado a mando de proprietários rurais, em 1982, na aldeia Campestre, que gritou e fez chorar, por meio dos seus discursos defensores do seu/nosso povo, mostrando sua resistência e, em nome dos povos Guarani e Kaiowa, cobriu o território com seu sangue.

Demonstro, igualmente, nesta pesquisa, o trajeto das lutas dos povos Kaiowa e Guarani, após serem expulsos do espaço tradicionalmente ocupado por eles, antes de serem perturbados por agricultores e colonizadores, que acabaram com sua liberdade de vida como ser indígena.

Conquanto tudo se modificou com a chegada das frentes colonizadoras na região, Eremites de Oliveira e Pereira (2009) citam a pesquisa etnográfica da antropóloga Lilia Valle, realizada no início da década de 1970, a qual descreve que o problema da terra é histórico. Segundo essa pesquisa, a colonização era muito recente e a comunidade Kaiowa vivia em um grande território. Esse local do território era batizado pelos moradores das famílias tradicionais de *Mborevi* (anta), porque o *tekoha* era onde as antas desciam para tomar água. Este *tekoha* ficou dentro da demarcação da terra, como será demonstrado ao longo da dissertação.



Segundo o Sr. Severiano Fernandes Vilhalva<sup>4</sup>, seus pais contavam que, nessa região, tinha muita caça e citou os nomes dos *tekoha* tradicionais: *Mborevi*/Anta, *Teju Jagua* e um morro que os rezadores batizaram com o nome de *Nhanderu Marangatu*. Seus avós diziam que *Teju Jagua* significa um ser metade lagarto e metade cachorro. Severiano também afirmou que *Nhanderu Marangatu* é um morro sagrado onde um rezador estava praticando a sua reza, mas ele simplesmente desapareceu, e encontraram apenas os utensílios, como *mbaraka* (chocalho) e *xiru* (cruz feita de madeira sagrada). Segundo seus avós, a família do rezador enterrou os utensílios encontrados naquele morro. Resumidamente, os rezadores Kaiowa tinham um bastão feito de incenso sagrado, e um dos rezadores, antes de morrer, enterrou-o no morro.

O Sr. Arsenio também apresentou informações sobre esta história. Segundo ele, após enterrar o bastão, o rezador morreu e, quando os membros de sua família souberam que ele tinha enterrado o bastão no morro, todos foram rezar e desapareceram durante a reza. Outras famílias acreditam que foram embora com o corpo do rezador e que subiram ao céu. Esse é o mito contado pelos Sr. Severiano Fernandes Vilhalva e Sr. Arsênio da Silva, ambos rezadores. Por isso o local é sagrado e se chama *Nhanderu Marangatu* (*Nhanderu* = nosso pai/rezador; *marangatu* = sagrado).

A professora Veronice Rossato comentou, numa conversa em 2021, que o grande rezador Paulito Aquino, de Panambizinho (Dourados), lhe contou (em 1991) que ele iria rezar e jejuar durante vários dias para poder ir ao céu sem passar pela morte. Segundo Rossato (2021):

Há a crença, entre os mais antigos, de que rezando e cantando, seus corpos podem se tornar leves a ponto de ascender ao céu sem precisar passar pelo processo da morte. Daí a prática do canto-reza para azevizar o corpo e o espírito, eliminando o peso dos sentimentos e ambientes ruins.

Outros locais também tinham nomes conforme as características naturais, como por exemplo: *Kuchuitagua*, porque tinha muitas corujas; *Serro Peteĩ*, porque no local onde viviam tinha um morro; Bananal; *Yrymyne'y*, local de um pequeno córrego que surge de uma nascente; e *Jaraguaty*. De acordo com o Sr. Severiano, o nome de cada *tekoha* tem seu significado, mas nem sempre é possível fazer a tradução dos nomes para a língua portuguesa,

---

<sup>4</sup> Severiano Vilhalva (70 anos de idade), filho de Alziro Vilhalva, é residente nesta comunidade *Nhanderu Marangatu* e colaborou com a pesquisa da história desta aldeia, em uma entrevista realizada em 8 de março de 2020. Mais detalhes sobre a história de sua família serão apresentados no capítulo 3 desta dissertação.

pois tem expressões que só existem na língua original. Esses *tekoha* serão mais bem detalhados no capítulo um desta dissertação.

O Sr. Severiano conta que, em cada *tekoha* dos citados acima, morava uma família grande. A situação mudou muito com a chegada dos não indígenas. Um dos assuntos que aparece nas entrevistas se refere às doenças introduzidas na comunidade Kaiowa. O ancião narra que eles sofriam de doenças como sarampo e tuberculose, confirmando as narrativas da antropóloga Valle (1974), que demonstra a morte de muitas crianças devido à tuberculose e ao sarampo, e as famílias não conseguiam se curar com os remédios tradicionais que os rezadores costumeiramente faziam, enfatizando que até adultos foram a óbito por conta destas doenças.

O contexto dos anos 1930 trouxe a chegada dos colonizadores que alteraram significativamente o modo de viver dos Kaiowa, sendo que a maioria dos indígenas foi expulsa de quase todo o território e outros foram explorados enquanto mão de obra nas fazendas que eram formadas. Até esse período, a família de Alziro Vilhalva vivia atormentada, deslocando-se de canto a canto, por toda a região, para não ser apreendida pelos pioneiros. Com a chegada dos colonizadores na região do rio Apa, muitas famílias Kaiowa, que ali moravam, se deslocaram para outros lugares e os colonos foram se apossando das terras e enriquecendo com a formação de fazendas para gado, plantando capim na roça dos indígenas, soltando porcos para se alimentar dos produtos ali cultivados.

Dessa forma, a maioria dos Kaiowa dos rios Estrelão e Apa foi expulsa para o Paraguai ou para as áreas reservadas aos indígenas no então Estado de Mato Grosso. Conforme um documento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que está sem data, mas provavelmente do final da década de 1990, “a região meridional do Estado do Mato Grosso do Sul é habitada preponderantemente por índios Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandeva, havendo, também, um pequeno contingente de índios Terena que se encontram na área indígena de Dourados (FUNAI, s/d, p. 1). Ainda segundo o documento, “das 22 áreas indígenas reconhecidas nessa região, na atualidade, oito foram reservadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) durante as primeiras décadas do século XX. Essas áreas são: Amambai, Caarapó, Dourados, Limão Verde, Pirajuí, Porto Lindo, Sassoró e Taquaperi” (FUNAI, s/d, p.1). Portanto, o interesse do órgão indigenista e do governo estadual era agrupar os indígenas nestas reservas, inclusive retirando as comunidades Kaiowa da região dos rios Estrelão e Apa.

Severiano Vilhalva contradiz a versão dos fazendeiros, os quais dizem que os índios são “invasores”: “Não é assim, fomos obrigados a sair do nosso *tekoha* onde nascemos e vivemos com a nossa família”. Segundo Chamorro e Combès (2015, p. 772), em sua vasta pesquisa sobre os Kaiowa de Mato Grosso do Sul, os indígenas neste Estado sempre viveram cada um no seu *tekoha*. No diálogo com os indígenas mais velhos fica clara essa informação de que sempre viveram nos seus *tekoha*: no que se refere à região dos rios Estrelão e Apa, os moradores eram da etnia Kaiowa. Portanto, nenhum dos entrevistados contraria ou diverge do que outros pesquisadores apresentam em seus estudos.

A presença dos Kaiowa e dos Guarani no sul do antigo Mato Grosso é atestada em documentos produzidos pelo SPI, na primeira metade do século XX. O território ocupado pelos Guarani e Kaiowa, antes da invasão colonial, ficava situado na margem direita do rio Iguatemi, mais próximo da atual fronteira com o Paraguai. A exploração da erva mate iniciou a partir da penúltima década do século XIX, provocando muitos deslocamentos da população de várias comunidades das etnias Guarani. Nestes deslocamentos, muitas famílias transferiram-se para a margem esquerda do rio Iguatemi, adentrando o território de ocupação tradicional Kaiowa. Assim, em 1917, quando ocorreu a criação da RID (Reserva Indígena de Dourados), em pleno território Kaiowa, os Guarani já viviam na região e já interagiam frequentemente com os Kaiowa nos acampamentos de coleta da erva (CHAMORRO, COMBÈS; 2015, p. 800-801).

A presente pesquisa reuniu elementos sobre a história da presença dos Kaiowa nas cabeceiras dos rios Estrelão e Apa, com destaque para o período em que se iniciou a penetração das frentes de expansão agropecuárias, o que ocorreu principalmente a partir da década de 1930, iniciando um período de luta e resistência dos Kaiowa para permanecer em seus territórios. O objetivo é mostrar os *tekoha* dos Kaiowa, demonstrando as ações das famílias indígenas nesse contexto de enfrentamento com os agentes da colonização. Para a construção da pesquisa utilizei técnicas da história oral, para o registro das histórias vividas pelos Kaiowa mais idosos. Também usei fontes documentais da FUNAI e SPI, assim o laudo da perícia antropológica da Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009) e o Relatório de Estudo Antropológico de Identificação da citada área (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000), entre outros.

A intenção desses registros é que, além de permitir a compreensão de como se deu a presença dos Kaiowa na região, também possa contribuir para que as novas gerações conheçam as vivências e as trajetórias históricas de seus antepassados, de tal modo que

percebam seus papéis como sujeitos históricos, por meio do conhecimento deste processo de mudanças, de rupturas e resistências. A espoliação de parte de seus territórios tradicionais acarretou muitas mudanças no modo de vida tradicional deste povo, mas também fez surgir novas formas de reorganização dos Kaiowa, como a das mulheres e a dos jovens. Essas reorganizações sociopolíticas e econômicas foram e são responsáveis pela resistência do meu povo.

Embora a historiografia tenha buscado silenciar, de múltiplas formas, as ações indígenas, negando muitas vezes até mesmo sua presença na região dos rios Estrelão e Apa, os Kaiowa lutam para se manter vivos na História e reocupar seus espaços invadidos pelas frentes colonizadoras. Assim, trazer a história Kaiowa desta região, narrada pelos próprios indígenas, é a grande contribuição desta pesquisa.

Esta pesquisa insere-se na concepção metodológica da etno-história, ao reconhecer o valor dos estudos de História Regional a partir da história vista de “baixo”, registrando a voz de gente invisível, neste caso, dos indígenas, voz que sempre tiveram, porém não era ouvida, antes foi silenciada. Mas o silêncio também foi uma das formas de resistência deste povo.

O objetivo da pesquisa foi registrar os conhecimentos tradicionais da comunidade Kaiowa sobre sua história, identificando seus sujeitos históricos centrais e suas formas de resistência e luta, por meio das histórias dos antepassados, seus modos de vida e as mudanças que marcaram a vida antes e depois da chegada dos fazendeiros na região dos rios Apa e Estrelão, durante meados do século XX, até o momento de constituição da aldeia Campestre, destacando o protagonismo das famílias indígenas.

Os outros objetivos são os seguintes: reconhecer o processo histórico de reorganização sociopolítica e econômica dos Kaiowa e Guarani, focado na recuperação dos seus *tekoha*; conhecer a importância do Movimento Kaiowa e Guarani na luta para garantir seus direitos e espaços tradicionais recuperados.

O desenvolvimento da pesquisa seguiu as seguintes etapas:

- Elaboração de questionários e do roteiro de entrevistas com os anciões, considerando aspectos econômicos, culturais e históricos;
- Levantamento de fontes documentais que tratam da presença da comunidade Kaiowá de *Nhanderu Marangatu*, discutindo materiais incluídos no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Terra Indígena e na Perícia judicial;

- Aplicação dos questionários e realização das entrevistas, utilizando os aportes metodológicos da história oral, durante visitas informais às pessoas com as quais já possuo vínculos pré-estabelecidos. Procurei descrever os *tekohakue* dos Kaiowa e o modo de vida como: caça, pesca, jeito de viver, organização social, educação tradicional e costumes. Também destaquei como foram forçados a deixar seu território e como fizeram para reavê-lo;
- Análise dos dados coletados, correlacionando-os com meus conhecimentos empíricos e estabelecendo relações com teorias da cultura e com a história regional;
- Finalmente, fiz a organização da árvore genealógica de algumas famílias, compreendendo como se deram os deslocamentos dos Kaiowa, demonstrando o nascimento dos seus filhos, netos, bisnetos, entendendo suas ações no contexto de invasão dos seus territórios e a conseqüente desarticulação do modo de vida Kaiowa, seja no momento do retorno e da aproximação à vila do Campestre, para iniciarem as estratégias da retomada/reocupação das suas áreas.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo apresento inicialmente as quatro aldeias onde atualmente vivem os Kaiowa, situadas dentro da região que compreende os rios Apa e Estrelão. As aldeias são *Nhanderu Marangatu*, Campestre, *Pysyry* e *Pirakua*. Parto do presente Kaiowa para, na sequência, demonstrar os *tekohakue* ocupados pelo Kaiowa antes da chegada dos colonizadores no século passado. Minha pesquisa etnográfica permitiu situar 30 diferentes *tekohakue*, dos quais 27 são descritos com informações repassadas pelos anciões entrevistados, com características de cada local e com nomes de famílias que os habitavam naquele contexto. De outros três não foi possível levantar maiores detalhes. De toda forma, a quantidade de *tekohakue* evidencia uma alta densidade demográfica do povo Kaiowa nas regiões dos rios Estrelão e Apa em meados do século XX.

No segundo capítulo mostro como os Kaiowa viviam em seus *tekoha*, cada grupo familiar com sua cultura, suas peculiaridades, conforme costumes, tradição, socialização, dança, pesca, educação tradicional, nos agrupamentos dos *tekoha*.

A cultura deve ser considerada como conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange além das artes e das letras, os modos de vidas, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças; a cultura se encontra no centro do debate contemporâneo sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma cultura fundada no saber (DUPRAT, 2012, p. 232).

No terceiro capítulo abordo como as famílias indígenas se desestruturaram com a perda de seus *tekoha*, por meio dos dados das árvores genealógicas de algumas famílias, geralmente dos entrevistados durante a minha pesquisa, compreendendo as ações diversas dos Kaiowa, se deslocando para o lado paraguaio, indo para as reservas do SPI em outras localidades do Estado do Mato Grosso do Sul ou mesmo para outros Estados brasileiros ou permanecendo na região, aceitando ofertas de trabalho nas fazendas que se constituíam. Além disso, esse último capítulo aborda rapidamente a formação do Distrito de Campestre, a “doação” de uma pequena área aos Kaiowa, evidenciando novas ações dos indígenas, que passaram a retornar aos seus locais de origem e a reivindicar a posse dos seus territórios tradicionais, que impulsionaram as retomadas e as lutas até os dias atuais.

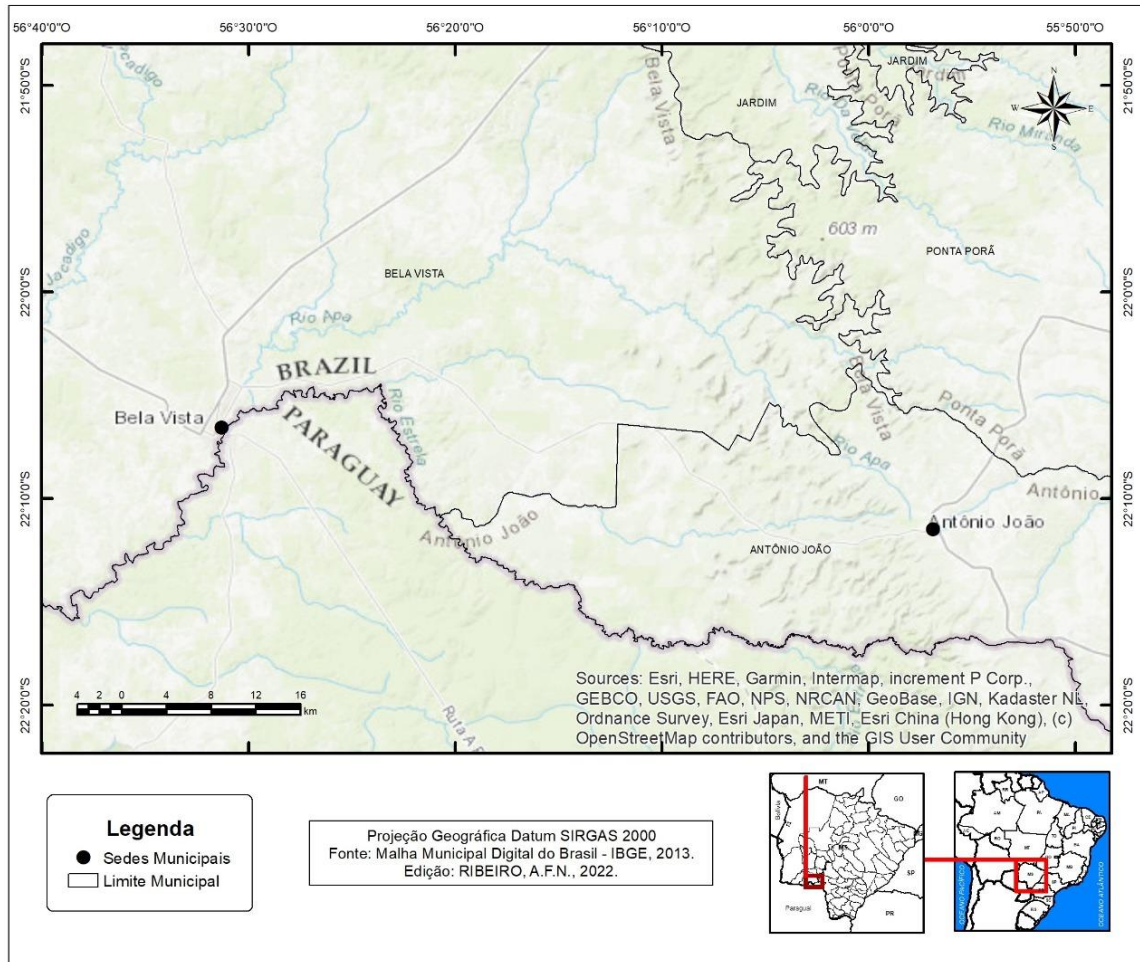
## CAPÍTULO 1

### OS *TEKOKHA* DAS FAMÍLIAS KAIOWA NA REGIÃO DOS RIOS ESTRELÃO E APA

Os rios Apa e Estrelão pertencem à bacia do rio Paraguai e se localizam na região sudoeste do estado do Mato Grosso do Sul, na fronteira entre Brasil e Paraguai. O rio Apa nasce no distrito de Cabeceira do Apa, no município de Ponta Porã (MS). O rio Apa possui 447 km de extensão, passando pelas cidades de Ponta Porã, Bela Vista, Caracol e Porto Murtinho para depois desaguar no rio Paraguai. O rio Estrelão por sua vez é um afluente do rio Apa, desaguando nesse último muito próximo da sede da cidade de Bela Vista. Como se observa na imagem a seguir, tanto o rio Estrelão, quanto o Apa, nascem na Serra de Maracaju e correm para o oeste, compondo a bacia do rio Paraguai. Essa região contém, na atualidade, duas Terras Indígenas (TIs): *Pirakua* e *Nhanderu Marangatu*, que juntas somam uma população de quase dois mil indígenas Kaiowa, conforme dados da FUNAI e do Instituto Sócio Ambiental (ISA, 2022).

Neste primeiro capítulo apresento brevemente essas duas áreas indígenas, com o objetivo de partir do atual contexto, para entender como era a ocupação de toda a região dos rios Estrelão e Apa pelas famílias Kaiowa, em meados do século XX. Portanto, as informações atuais das TIs *Pirakua* e *Nhanderu Marangatu* (nessa última com destaque à aldeia Campestre e também com descrição da aldeia *Pysyry* no lado paraguaio) são fundamentais para a compreensão da historicidade Kaiowa na região. Na sequência, na segunda parte deste primeiro capítulo, demonstro os *Tekoha* que configuravam o território Kaiowa na metade do século passado, conforme a memória dos anciões entrevistados durante minha pesquisa. Da mesma forma, conhecer essa histórica presença Kaiowa na região é essencial para entender as ações e a luta dos indígenas na atualidade.

Mapa 1 - Região das bacias dos rios Apa e Estrelão (MS)

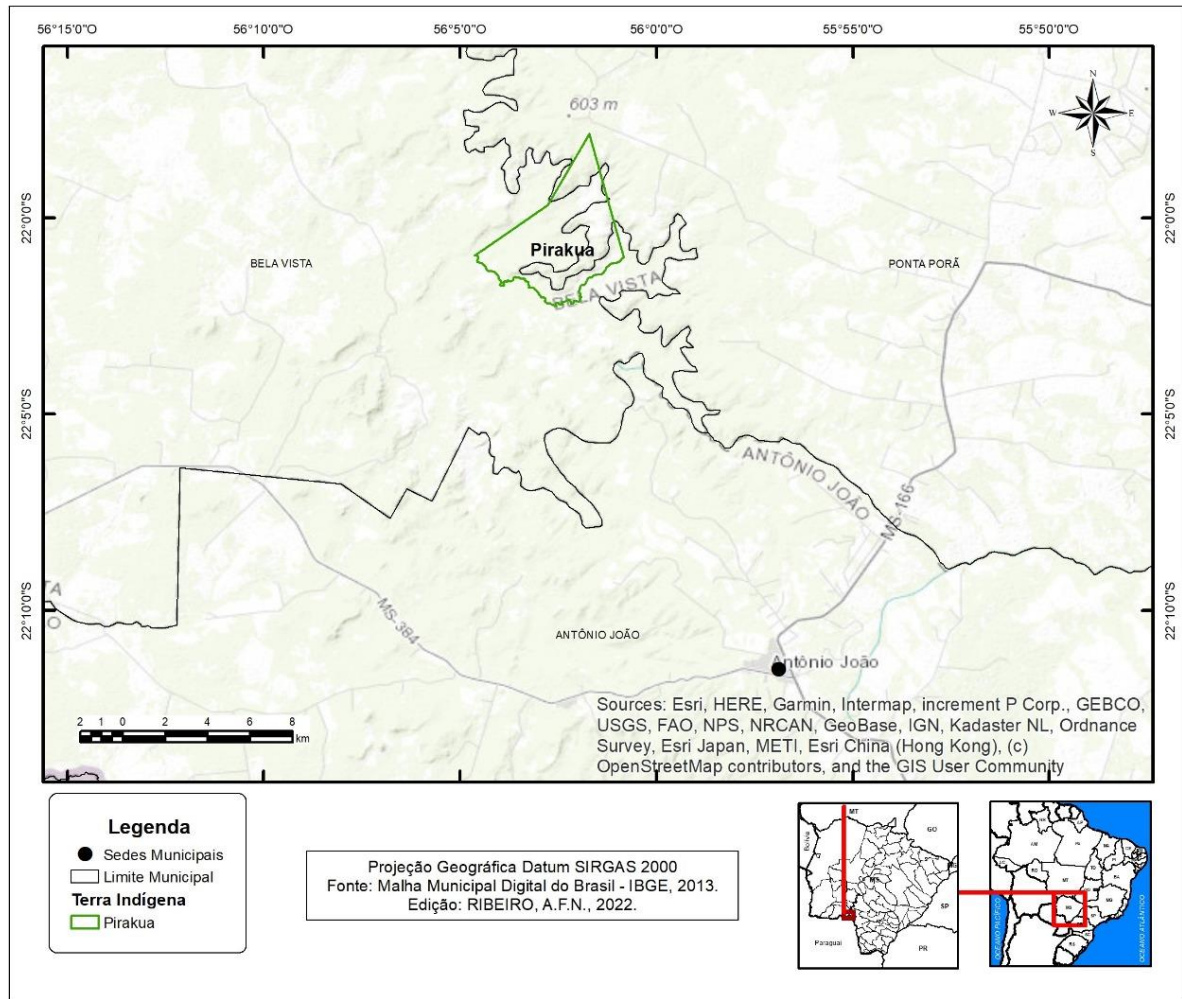


Autores: Ângelo Franco do Nascimento Ribeiro, Éder da Silva Novak e Inaye Gomes Lopes

### 1.1 TERRA INDÍGENA *PIRAKUA*

A atual Terra Indígena (TI) Pirakua está localizada no município de Bela Vista, com parte do seu território pertencente ao município de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul. Em 1985, a TI Pirakua foi identificada com sua definitiva delimitação de 2.384 hectares, sendo reconhecida e homologada enquanto Terra Indígena, em 1992. Nesta área não houve retomada, porque os Kaiowa já viviam neste lugar. Hoje esta TI conta com, aproximadamente, 550 indígenas, conforme informações constantes nos sites da FUNAI e ISA (2022). Atualmente, as lideranças trabalham em forma de Comissão; na área da educação conseguiram ter uma escola nova, também conquistaram transporte escolar dentro da aldeia, além da extensão do Ensino Médio, cujos funcionários são 100% professores indígenas; na área da saúde há um posto de saúde; e ainda praticam suas crenças tradicionais.



Mapa 2 - Terra Indígena *Pirakua*

Autores: Ângelo Franco do Nascimento Ribeiro, Éder da Silva Novak e Inaye Gomes Lopes.

Entre tantas famílias moradoras na TI Pirakua, está a família da dona Ramona Vargas, a qual afirma que, antigamente, morava no Salto *Ka'i* (na língua portuguesa se traduz por “Salto do Macaco”). Trata-se de um local que contém uma cachoeira que ficou fora da demarcação da TI Pirakua. Ou seja, os 2.384 hectares desta área não contemplaram todo o território outrora ocupado pelos Kaiowa daquela localidade.

Fotografia 1 - SALTO KA 7 - Salto do Macaco



Fonte: Foto de Inair Lopes em 05/ 11/2019

Dona Ramona contou que já se sentia sábia aos 5 anos de idade. Ela lembra que seu pai João deu ouro para o fazendeiro Libero Monteiro Lobato, em troca de moradia livre naquele lugar, apesar de que a família sempre morou no Salto do Macaco, mas os pais sentiram-se ameaçados por Libero e tentaram “comprar” a sua moradia.

Dona *Jeguaka*, cujo nome civil é Valentina Franco, com 101 anos de idade, contou que antigamente não se usava nome de “branco”, mas, conforme a convivência com os não indígenas, passou a adotar nome e sobrenome para fins de registro em cartório. Dona Valentina não focou em contar como era a moradia, porque não gosta de lembrar o passado. Mas sua filha Ramona trouxe um pouco de como eles viviam com as famílias nessa região. Viviam sem interrupção, praticavam caça, pesca, festa e rituais. Dona Ramona tem uma família grande, com muitas irmãs, que se casaram e todas tiveram muitos filhos. Ela lembra que, naquele período, ela tinha uns 5 anos de idade, e hoje já está com 77. Quando viviam tranquilamente, mesmo depois de comprar com ouro a liberdade de morar naquele lugar, sentiam-se felizes porque não havia ninguém para amedrontá-los. Conta como viviam, se

sustentavam e faziam suas práticas culturais. Lá havia outras famílias, mas não recorda os nomes, porque dona Valentina não consegue lembrar por causa da idade.<sup>5</sup>

Fotografia 2 - Valentina Franco, 101 anos, mãe de Ramona Vargas Franco



Fonte: Foto de Inair Lopes em 17/09/2021

O lugar específico chamado *Pirakua* (buraco de peixe) também ficou fora da demarcação, bem como o lugar de nome Tupã, que permanece como nome de fazenda. O senhor Augusto Gomes, meu avô, disse que algumas famílias Kaiowa moravam no *Pirakua*. Ele conta que essas famílias retornaram para a margem do rio Apa, quando souberam da luta pela demarcação. Antes disso, cada família vivia em vários lugares da região deste rio. A família da dona Ramona Vargas sempre morou no Salto *Ka'i*, nunca foram para outro lugar neste local, pois o fazendeiro Libero Monteiro disse aos pais dela que podiam ficar o tempo que quisessem naquele lugar. Ali também morava a grande família do senhor Gentil Escalante.

---

<sup>5</sup> Durante essa dissertação apresentarei mais informações sobre a dona Ramona e sua família.

Fotografia 3 - Buraco de peixe (*pirakua*)

Fonte: Foto de Inair Lopes em 05/11/2019

Dona Valentina teve 10 filhos, mas só sobreviveram quatro meninas: Ramona, Santa, Cida e Martina. Dona Ramona casou com senhor Mario; o esposo da dona Martina se chama Roberto e o de dona Santa se chama Feliciano. Os maridos destas três mulheres também são irmãos da família Mendonça, que migraram do Paraguai com seus pais, pois têm parentes na TI *Nhanderu Marangatu*. Dona Cida casou com um dos filhos do senhor Gentil Escalanti.

Fotografia 4 - Localidade chamada Palmeiras, situada na TI Pirakua, onde fica a casa da Dona Valentina Franco



Fonte: Foto de Inair Lopes 23/10/2019

São filhos de dona Ramona com o senhor Mario: Sinécio Vargas Mendonça, Fatima Vargas Mendonça e Fabiana Vargas Mendonça. Os filhos de dona Martina e Roberto são: Idaina Vargas Mendonça, Aparecida Vargas Mendonça e Desílio Mendonça. Os filhos de dona Santa e senhor Feliciano são: Dete Vargas Mendonça, Luzia Vargas Mendonça, Rosana Vargas Mendonça, Cleomar Vargas Mendonça, Omar Vargas Mendonça. Os filhos da família Vargas e Mendonça já estão na terceira geração – inclusive a tataravó ainda é viva. Os três irmãos Mendonça são rezadores na comunidade indígena da TI *Pirakua*. Eles disseram que nunca abandonariam o que seus pais lhes deixaram como ensinamentos. Mas os netos e alguns filhos construíram uma igreja ao lado de uma casa de reza; mesmo assim, o senhor Feliciano disse que respeita a decisão deles.

Fotografia 5 - Local da casa da dona Ramona Vargas



Fonte: Foto de Inair Lopes 23/10/2019

Da família do senhor Argemiro Escalante, só ficou no *Pirakua* ele e o irmão Lídio Escalante, porque seus pais e o avô foram para a Reserva Indígena de Dourados (RID), e não estão mais vivos, mas os demais filhos e netos ainda moram na RID. O local onde a família do Argemiro morava se chama Pirizão, que fica na divisa com a TI *Pirakua*. Pirizão, assim como o Salto do Macaco e Tupã ficaram fora da demarcação. Atualmente, os meus entrevistados não souberam explicar o porquê disso. Segundo Augusto Gomes, que acompanhou a demarcação das terras, eles não pensaram nas futuras gerações, por isso a área ficou pequena, deixando parte dos *tekohakue* de lado. Dona Ramona disse que eles se mudaram para a aldeia *Pirakua* para ter um pouco de espaço.

A família de Narcisa Gomes, que morou na margem do rio Apa, hoje se localiza na entrada da aldeia, já na chegada à TI *Pirakua*. Durante a pesquisa de campo perguntei ao senhor Augusto por que não demarcaram os *tekohakue* que deixaram de fora do *Pirakua*, como Poção, Salto do Macaco e *Bakaiowa*. Segundo ele, os colonos já tinham avançado nessas localidades e o interesse dos indígenas era proteger a mata virgem que era imensa naquele tempo. O Senhor Augusto lembra que, quando iniciou a batalha, Libero não fazia ideia que tinha famílias Kaiowa na região. Quando ele descobriu nossa presença, rapidamente desmataram a área.

Contudo, os Kaiowa se organizaram para lutar pela demarcação. Por essa opção eles deixaram de lado alguns *tekoha*, registrando a TI com o nome *Pirakua*. Como essa se localiza muito distante da BR 384, que liga Antônio Joao a Bela Vista – são 18 km de distância – a comunidade não cresce rapidamente, com poucas pessoas de outros lugares que vêm morar no local.

## 1.2 TERRA INDÍGENA *NHANDERU MARANGATU*

O objetivo deste item é apresentar algumas informações da TI *Ñanderu Marangatu*. Essa área em questão é de ocupação tradicional dos Kaiowa, localizada no município de Antônio João, que fica na região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Também está na região conhecida como Cone Sul deste Estado, na fronteira com o Paraguai. No país vizinho, contígua à TI situada em solo brasileiro, fica a Aldeia *Pysyry*, também habitada por indígenas Kaiowa, que, no Paraguai, se autodenominam de *Paĩ Tavyterã*.<sup>6</sup>

O município de Antônio João fica a cerca de 280 Km de Campo Grande (capital do MS) e a cerca de 60 Km de Ponta Porã, onde está a sede da coordenação regional da FUNAI. Segundo o IBGE (Censo 2010), Antônio João tinha 8.208 habitantes, área territorial total de 1.145,178 Km<sup>2</sup>, com densidade demográfica total de 7,17 Hab/Km<sup>2</sup>. De acordo com a FUNASA (março de 2011), a população da TI *Ñanderu Marangatu* era de 1.035. Dados mais atualizados da FUNAI e ISA (2022) indicam uma população com mais de 1.200 Kaiowa.

Entretanto, lideranças da comunidade *Ñanderu Marangatu* afirmam que vivem hoje aproximadamente quase 500 famílias nesta área, totalizando 2.988 pessoas. Essa TI passou pelo processo de identificação e demarcação, iniciado em 1998, após as ações de reocupação

---

<sup>6</sup> Pelo que se conhece de sua localização e por sua história, é possível sugerir que os atuais Paĩ Tavyterã ou Kaiowa - subgrupo ao qual pertencem as famílias extensas (*te'yi*), que formam estas comunidades - descendem dos Itatin (THOMAZ DE ALMEIDA, 1985).

dos Kaiowa naquela localidade. Chegou a ser declarada e homologada TI em 2005, por ocasião do Decreto Presidencial de 28 de março, o qual “Homologa a demarcação da Terra Indígena Nhanderu Marangatu, localizada no Município de Antônio João, no Estado de Mato Grosso do Sul” (BRASIL, 2005), com um total de 9.317 hectares de terra. Ou seja, a União homologou a Terra Indígena *Nhanderu Marangatu*, mas teve seus efeitos suspensos por decisão judicial ainda naquele mesmo ano, mediante decisão do STF.

Desde essa suspensão, a comunidade indígena de *Nhanderu Marangatu* age na perspectiva que o processo seja retomado, mas sempre enfrentando inúmeras dificuldades, com ameaças, expulsão, mortes, provocadas pelos fazendeiros da região. Em 2015, por exemplo, calcula-se que aproximadamente 80% dos 9.317 hectares da TI estavam ocupados pelos Kaiowa. A Vila Campestre, que se constituiu em uma das aldeias da TI *Nhanderu Marangatu* (Aldeia Campestre) se tornou o centro da comunidade, para a tomada de decisões e planejamento de novas ações.<sup>7</sup>

Quando aconteceu a demarcação, foi dado o nome de Cerro Marangatu, mas, ao batizar a área retomada, os rezadores deram o nome de *Nhanderu Marangatu*, porque quem rezava no morro sagrado era um rezador muito sábio, conforme relato feito anteriormente neste texto.

Ter um rezador ou rezadora de prestígio também é um elemento importante para a reconstituição da parentela. Eles mantêm vivas as práticas religiosas e a partir das rezas conseguem manter juntas as pessoas. O rezador ou rezadora conhece toda a parentela, reza quando alguém fica doente, procura conversar e aconselhar as pessoas do próprio grupo. Rezadores de prestígios também podem conseguir aliados políticos em outras parentelas ou outras áreas indígenas, fortalecendo ainda mais o grupo. (CRESPE, 2015, p. 185)

A primeira retomada, como já foi mencionada, ocorreu em 15 de dezembro de 1998, na região chamada Morro Alto/Cerro Marangatu, numa área de 27 hectares. Em 2015, diante da superlotação e das precárias condições de vida, houve a migração de diversas famílias indígenas, tanto do Campestre como do Morro Alto/Cerro Marangatu, para a área ampliada, resultando no surgimento de outras aldeias, como por exemplo: Cedro, Fronteira, *Itakiray*, Soberania, Primavera I, Primavera II, *Pikiry*, Casa Branca e Salto Estrelinha. Todos esses nomes citados eram fazendas dentro da área demarcada e homologada, mas suspensa em 2005.

---

<sup>7</sup> Mais detalhes sobre a história do Campestre serão apresentados nessa dissertação.

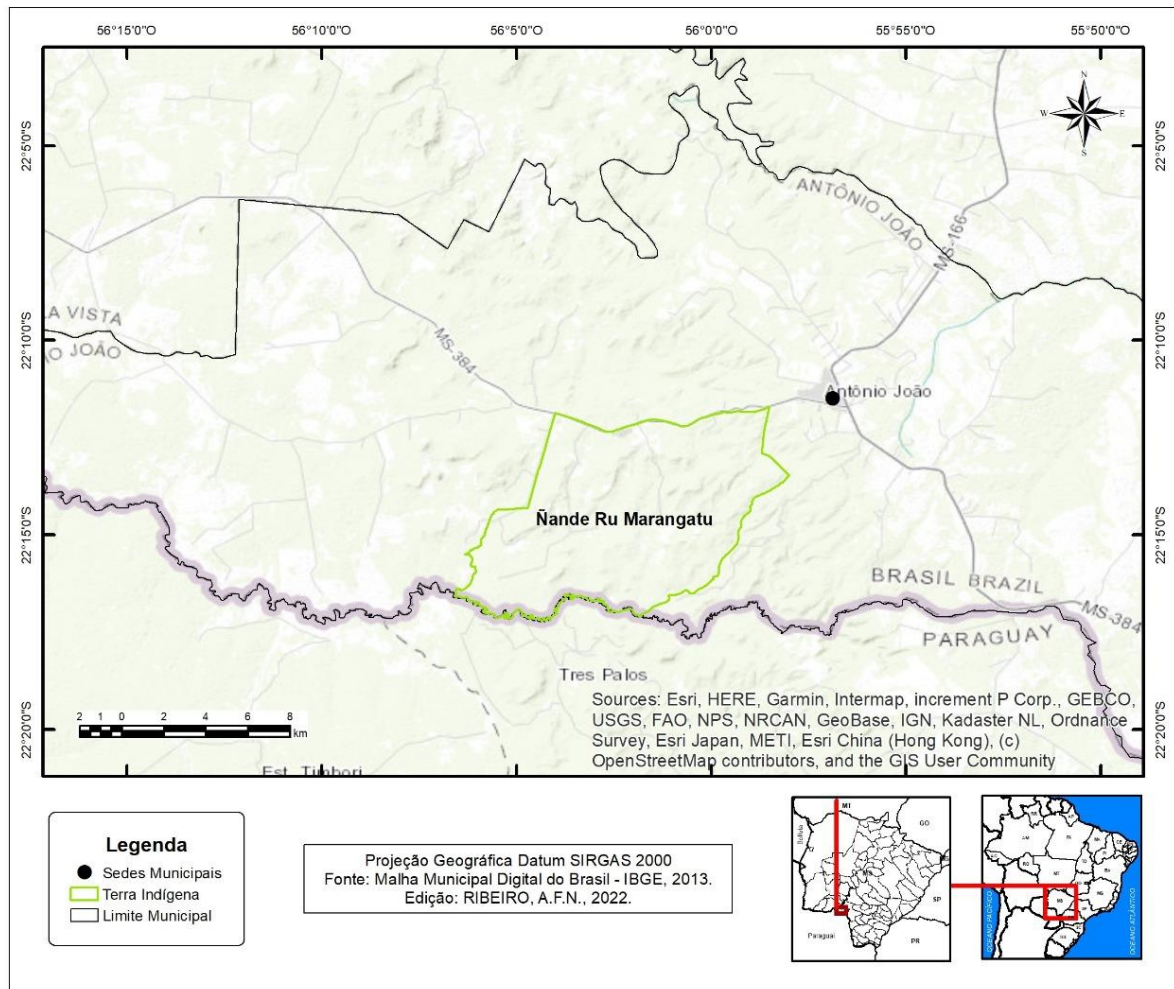
Então, ao se falar na comunidade indígena de *Nhanderu Marangatu* refere-se à área que soma a Aldeia Campestre, regularizada e com 7 hectares, mais um conjunto de 10 aldeias, num território total de 9.317 hectares. Portanto, essas são as aldeias presentes na TI *Nhanderu Marangatu*:

- Aldeia Marangatu/Morro Alto;
- Cedro;
- Fronteira;
- *Itakiray*;
- Soberania;
- Primavera I;
- Primavera II;
- *Pikiry*;
- Casa Branca;
- Salto Estrelinha;
- Campestre.

Dessa forma, foram 10 anos de espera para que as autoridades resolvessem o impasse e retornassem com o processo de homologação da área. Não havendo nenhuma ação do poder público e/ou jurídico, nem mesmo do órgão indigenista, em 2015, a comunidade agiu pela demarcação, ocupando 11 locais (inclusive o Campestre), dentro do total demarcado em 2005. Todas as 11 aldeias são subdivisões de uma área total de 9.317 hectares.



Mapa 3 - Terra Indígena Nhanderu Marangatu



Autores: Ângelo Franco do Nascimento Ribeiro, Éder da Silva Novak e Inaye Gomes Lopes

A primeira área retomada em 1998 (Morro Alto/Cerro Marangatu), hoje denominada aldeia *Nhanderu Marangatu*, era o centro de um *Tekoha Guasu*<sup>8</sup>, até a chegada da colonização em meados do século passado. Ali se encontrava a família do senhor Arsênio da Silva. Ele conta que, na sua infância, aos 6 anos de idade, aproximadamente, a família dele morava bem no pé do Morro Sagrado, praticava seus usos e costumes e participava das festas que aconteciam em outras localidades. Após a expulsão da família pelos fazendeiros, os pais de Arsênio se mudaram para o Paraguai, e lá circulou por várias aldeias: morou em *Ita Jeguaka*, *Serro Akangue*, *Pira*. Casou-se com a dona Isabel Canteiro e morou um bom tempo em *Pysyry* e ali tiveram muitos filhos. Ele lembra quando retornou para o Brasil e foi

<sup>8</sup> *Tekoha Guasu* é o local onde várias famílias Kaiowa se encontravam, com diferentes *Tekoha*, onde praticavam suas culturas tradicionais e viviam em *teko joja* (viviam em harmonia).

trabalhar para o fazendeiro Pio Silva. Andou por outras reservas e conta que não parava nos lugares: adquiriu esta forma de viver e até hoje ele fica migrando dentro do território. Alguns de seus filhos moram no Paraguai e outros na Marangatu, com muitos descendentes (netos e bisnetos do senhor Arsênio).

Fotografia 6 - Morro Sagrado - Morro Alto/Cerro Marangatu



Fonte: Foto de Inaye Gomes Lopes em 22/08/2021

Na história da retomada de *Nhanderu Marangatu* é importante falar de Amilton Lopes, meu pai, um guerreiro incansável dos direitos de seu povo. Teve momentos de intensa contribuição nas lutas de retomadas das terras, iniciadas pelo *tekoha* Pirakuá, em 1985, quando Lazaro Morel reuniu cerca de 200 indígenas para marcar a posse desse *tekoha*. Antes disso, a luta por este território foi de Marçal de Souza Tupã'i, mas, em 1983, ele foi brutalmente assassinado, na aldeia Campestre. A partir daquele momento, meu pai Amilton se sentiu comprometido em continuar a luta de Marçal pelos territórios dos Guarani e Kaiowa. E assim meu pai fez: alguns anos mais tarde, ele foi morar em *Nhanderu Marangatu*, desempenhando importante liderança no processo de luta desta terra. Quando a comunidade de *Marangatu* foi expulsa pra a beira da estrada, em 15 de dezembro de 2005, Amilton Lopes fez uma fala contundente contra a expulsão, defendendo a liberdade e o direito de seu povo àquele território:

Se sorrio neste instante um sorriso de dor, não é expressão de felicidade, mas de um drama, de uma revolta e indignação, pois hoje estamos despejados, estamos na rua! A gente chora porque somos expulsados, o que faremos agora? Não temos mais paz. Os Kaiowá têm que ser livres, nunca podem ser assim executados. Hoje choro pelas crianças! Tenho a certeza de que esse juiz e esses policiais vão dar os melhores presentes para suas crianças. E nós o que daremos para as nossas? Carinho e esperança, Fome e talvez um pedaço de pão! O que pensam que somos, esses que fazem isso conosco, que somos animais ou traficantes, para virem tirar nós daqui com fortes armas? Não precisavam. Nós sabemos lutar saindo e sair lutando, porque nós Kaiowá Guarani Resistimos e vamos resistir com nossas palavras! Pisaram em cima de nós, mas ainda temos raiz, vamos brotar, crescer e dar frutos. O sol ilumina o mundo Ele é nosso pai, Se ninguém gosta de nós vamos destruir o mundo. (*Nhanderu Marangatu* - para que o mundo saiba). (EGON HECK/CIMI 19/09/2012)

A comunidade não conseguiu desenvolver projetos estruturais via governo federal, mas politicamente avançou muito, pois reocupou em torno de 80% das terras demarcadas em 2005. A comunidade continuou conquistando espaços políticos: no dia 15 de novembro de 2020 fui eleita para ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores do município de Antônio João. Além disso, várias outras conquistas estão fortalecendo a comunidade: muitos estudantes ocupam espaço nas universidades, em áreas que sua comunidade necessita; as famílias conseguem plantar bastante alimentação para seu sustento; estão recuperando suas crenças tradicionais, como a construção da casa de reza; antes as lideranças trabalhavam em forma de comissão, atualmente modificou a organização da aldeia, e quem administra são quatro lideranças (Mario Almeida, Vicente Romero, Thomas Romero e Adélio da Silva) que atuam em várias localidades da área indígena. Quando necessita, a comunidade se dirige a essas quatro pessoas, que trabalham de acordo com um regimento interno da TI, para administrar toda a *Nhanderu Marangatu*, nas áreas de saúde, moradia, educação, política, segurança, etc. A comunidade conquistou transporte escolar; atendimento à saúde na área retomada, em várias aldeias como Itaquiray, Cedro, Fronteira, Primavera I, Primavera II, Soberania, Piquiri, Casa branca, Salto Estrelinha, entre outras localidades da TI *Nhanderu Marangatu*.

### **1.2.1 Aldeia Campestre - *Guapoyrapo***

Nesse subitem apresento resumidamente a história da formação da aldeia Campestre, que será retomada na segunda parte do capítulo 3 dessa dissertação. Em 1964, Eugenio Penzo, um fazendeiro da época, criou o Distrito (Vila) Campestre, no município de Antônio João, para a construção de casas aos colonos presentes na região, que trabalhavam nas fazendas.

Penzo chefiava os moradores e desenvolvia a produção agrícola na localidade. Muitos indígenas também serviam como mão de obra para os fazendeiros nas lavouras.

Em 1969, segundo relato do senhor Salvador Reinosso, o fazendeiro Dr. Neri Azambuja, que era compadre do Alziro Vilhalva, deu 7 hectares de terra para a família indígena (na verdade eram 12 hectares, mas foi reduzido a apenas 7).

Essa pequena área “doada” ficava ao lado da Vila Campestre, que tinha aproximadamente 50 hectares. Segundo outra informação, a área da Vila Campestre foi doada por Eugenio Penzo, mas, de acordo com esta pesquisa, os mais velhos relatam que as famílias que vieram foram se apossando. O compadre de Alziro (Neri Azambuja) não queria vê-lo correndo risco de vida com sua família, devido às constantes ameaças e todo o preconceito contra os indígenas naquele contexto, por isso fez a “doação” da pequena porção de terra à família Vilhalva. A partir daí, muitas famílias indígenas retornaram para esse pequeno espaço concedido ao senhor Alziro, conforme demonstrado adiante.

Os indígenas não chamavam esta localidade de Campestre, mas de *Guapoyrapo* (pé de figueira). Antigamente os nomes eram diferentes, porque os indígenas nomeavam os lugares na sua própria língua, de acordo com alguma característica específica do lugar. A aldeia *Guapoyrapo* foi constituída pela família do senhor Alziro Vilhalva. Logo após a expulsão de seu *tekoha* Bananal, no contexto do avanço das frentes colonizadoras, o senhor Alziro ganhou o pedaço de terra do seu compadre fazendeiro, mas esse nome, na língua indígena (*Guapoyrapo*), já existia. A partir daquele momento, o senhor Alziro e seus filhos – Dom Quetito, Severiano, Eleutéria e Romilda, dos quais, três ainda hoje estão vivos – moraram no Campestre. Naquele tempo, segundo seu neto Loretito, o avô Alziro e seu pai Dom Quetito trabalhavam para o fazendeiro Laminho Correa, que estava se apossando do local chamado *Mborevi* (anta). Eles trabalhavam no desmatamento, em troca de comida.

No decorrer do tempo alguns Kaiowa começaram a retornar ao *Guapoyrapo*: as irmãs de dona Quitéria, que é esposa do senhor Dom Quetito; o irmão dela, senhor Maurício, com sua esposa Ilda; Nicolau, que era solteiro; a família do senhor Siríaco Ribeiro; a família do Artivo. Logo em seguida, várias famílias retornaram do lado paraguaio ou das reservas, como a de Dourados, para morar naquele pedaço de terra, que deram o nome de Campestre, cujo nome é devido ao lugar muito seco e sem água, mas que os indígenas davam um jeito de sobreviver. A família do senhor Alziro é bastante grande, cujos netos e bisnetos até hoje

vivem neste local e também se espalharam pelas retomadas e outras aldeias. Durante o trajeto desta pesquisa, quem mais encontrei foram parentes do senhor Alziro.

As narrativas dos Kaiowa são confirmadas por esse documento da FUNAI:

Em 1969, através do Termo de Aforamento nº 001, expedido em 10.02.69, a Prefeitura Municipal de Antônio João concedeu título definitivo dos lotes nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 da quadra nº 36 do loteamento urbano do Distrito de Campestre, com área total de 7.56 ha. Posteriormente, através da Lei Municipal nº 134, de 10.02.76, a Prefeitura autorizou a doação à FUNAI dos lotes nº 7, 8, 9 e 10 da quadra nº 35, no mesmo distrito municipal. Em 1990, através do OF/SEAF/TERRASUL/DT nº 213/90, de 07.08.90, o TERRASUL requisitou a anuência da FUNAI à regularização da doação de 8,9360 ha destinados pela Prefeitura Municipal à comunidade indígena. A área foi, em seguida, demarcada por aquele órgão, apurando-se uma superfície de 9,1314 ha, havendo, contudo, outros 1,9860 ha reivindicados pelos índios, cuja situação permanece indefinida (FUNAI, s/d, p. 28).

Como se observa, em 1969, a prefeitura de Antônio João concedeu alguns lotes aos indígenas, totalizando pouco mais de 7,5 hectares. Em 1976, novos lotes foram concedidos aos Kaiowa, sem informar a quantidade de hectares. Em 1990, com a finalidade de regularização da área de quase 9 hectares, após a medição constatou-se que era maior, sem contar outros 2 hectares, reivindicados pela comunidade indígena, que permaneciam em situação indefinida. Portanto, *Guapoyrapo* (Campestre) foi sendo constituída e se tornando o centro da TI *Nhanderu Marangatu*.

Isso foi possível porque as famílias indígenas adotaram ações distintas frente à política indigenista do SPI/FUNAI e reagiram de diferentes maneiras à chegada dos fazendeiros na região em meados do século XX. Como exemplo, o Sr. Arsênio disse que os Kaiowa, depois do “esparramo”, não se deslocaram todos para as oito reservas indígenas criadas no Sul do então Estado de Mato Grosso, mas apenas algumas famílias para as reservas de Dourados, Amambai e Caarapó. Ainda contou que a sua família foi expulsa e saíram correndo para o Paraguai, assim como tantas outras famílias Kaiowa, que atravessaram os rios Apa e Estrelão e foram decisivos para a constituição da aldeia *Pysyry*, pois não existia aldeia do lado paraguaio.

O Sr. Arsênio contou que, depois de algum tempo no Paraguai, retornou para a região dos rios Estrelão e Apa. Inicialmente, chegou a trabalhar em algumas fazendas, para os chamados “pioneiros” (fazendeiros), mas que não deu muito certo. Na sequência, sua família transitou por algumas das reservas criadas pelo SPI, mas sempre se deparava com a dificuldade de não ser o seu local de origem, a sua terra natal, o seu tradicional *tekoha*, onde

nasceu e formou sua família, então acabou retornando para o local em que se formava o distrito de Campestre.

O Sr. Arsênio também citou que outras famílias indígenas foram retornando do Paraguai para o mesmo território no Brasil, onde moravam antes do “esparramo”, mas que tudo era diferente, porque o local fora dominado pelos fazendeiros, que se apossavam das terras e afirmavam que a terra pertencia a eles. Contudo, o Sr. Arsênio também demonstrou que algumas famílias Kaiowa permaneceram no local, não saindo para o Paraguai e nem para as reservas criadas pelo órgão indigenista. Os que permaneceram na região dos rios Estrelão e Apa acabaram se tornando mão de obra para os fazendeiros, ajudando a abrir o mato para plantar o pasto para as boiadas.

Merece destaque a família do Sr. Alziro Vilhalva que, embora permanecendo na região tradicional dos Kaiowa, buscou sempre fugir dos fazendeiros “pioneiros” e se mostrou uma peça importante da narrativa de constituição do Campestre. Os indígenas Kaiowa entenderam que o *tekoha* tradicional foi tirado deles e era necessário estabelecer ações para reconquistar seus territórios outrora ocupados.

No mesmo sentido, segundo a narrativa do Sr. Salvador Reinosso, as famílias indígenas começaram a retornar para a região, quando a família do Sr. Alziro ganhou do compadre dele os 7 hectares, na localidade identificada pelo Kaiowa como *Guapoyty* (local com muitas figueiras). A ideia inicial era que esse local se tornasse uma aldeia indígena, nos moldes de uma reserva, diga-se uma pequena reserva, mas acabou não se concretizando, pois nesse mesmo período, Eugênio Penzo havia distribuído os lotes para não indígenas. Dessa forma, o local abrigava muitos colonos, restando apenas alguns lotes doados pelo Dr. Neri ao compadre Alziro Vilhalva. O local passou a ser chamado de Campestre. Eram 12 hectares, mas depois diminuiu para 7 hectares; ele não cumpriu o acordo como havia prometido. O senhor Alziro não era muito chegado aos fazendeiros, só o compadre tinha acesso a ele. Ele sempre dialogou mais com os militares de Bela Vista que o ajudavam com alimentação e ferramentas. Alziro não chegou a trabalhar para os fazendeiros, sempre era exigente e se virava da maneira que podia. Quem pôs o marco na divisa destes 7 hectares foi o Dr. Neri e só depois a FUNAI registrou a terra, que seria como reserva, mas não chegou a ser.

Como visto, a situação do Campestre não se resolveu em 1990, conforme documento da FUNAI anteriormente apresentado, pois quase dois 2 hectares ficaram com situação indefinida. Em novo documento constante no acervo da FUNAI revela que, em 1994, a situação na região do entorno do Campestre era tensa.

Através do MEMO nº 140/SPil\1.NADR/AMB/MS/94, de 01.07.94, o administrador regional de Amambai expõe a dramática situação vivida pela comunidade indígena de Cerro Marangatu, cuja população após ser expulsa de sua área de origem encontra-se abrigada nas aldeias Campestre, no município de Antônio João, e Pysyry, em território paraguaio. Encaminhando reivindicação da comunidade indígena, o administrador solicita constituição de Grupo Técnico para proceder estudos sobre a área de Cerro Marangatu, visando definir a precária situação daqueles índios (FUNAI, s/d, p. 5).

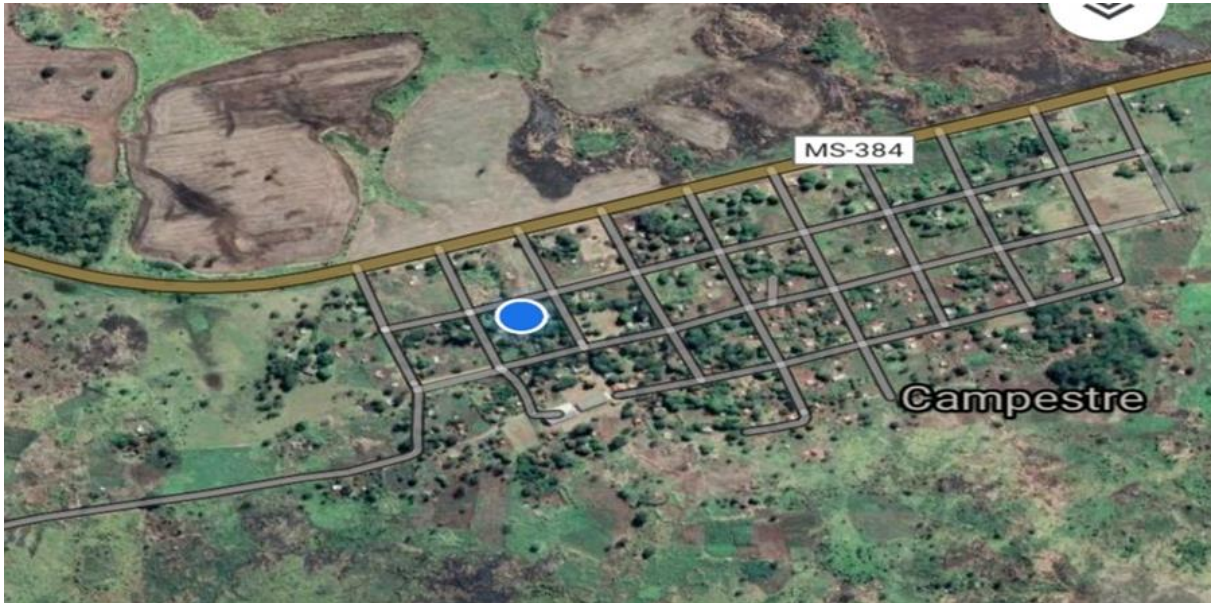
Primeiramente, o documento reconhece não apenas a precariedade da comunidade indígena, como também afirma a expulsão dos Kaiowa dos seus territórios de origem. Em segundo, o documento deixa evidente a ação e o protagonismo indígena na defesa dos seus territórios. Por último, a inércia do órgão indigenista e do Estado brasileiro, o que acabou provocando uma nova estratégia da comunidade indígena: as retomadas, iniciadas em 1998, como já demonstradas anteriormente.

Essa luta pela retomada dos seus territórios despertou o interesse dos Kaiowa que outrora viviam em seus antigos *tekoha*. Dessa forma, o Campestre foi se formando com o retorno das famílias indígenas expulsas dos seus locais de origem e com algumas famílias que vieram das reservas para morar no local, como a família do Sr. Lincoln Nelson. Esta família não foi expulsa da reserva de Amambai, mas vieram para o Campestre para atender a comunidade na área da saúde, já que o Sr. Lincoln era enfermeiro. Atualmente, sua família mora na reserva de Limão Verde, no município de Amambai.

A aldeia Campestre estava situada dentro do distrito (vila) Campestre, que continha uma população de não indígenas e até uma escola municipal com Ensino Fundamental completo, para atender essas pessoas. Hoje a Vila não existe mais, pois tudo se transformou em aldeia e todos os moradores não indígenas deixaram o local.

Neste espaço, ao longo dos anos, foi conquistado um posto de saúde com técnicos de enfermagem, agentes de saúde e de saneamento básico, todos profissionais indígenas. Há dois poços artesianos (um era para os não indígenas que moravam na vila). Tem também uma escola municipal, que atendia Ensino Fundamental I e II, mas, atualmente, atende pré-escola e Fundamental I, com 100% de professores, gestores e funcionários administrativos indígenas; o Fundamental II e o Ensino Médio são extensões da rede estadual, com 98% do quadro de professores e coordenadores indígenas.

Imagem 1 - Aldeia Campestre – *Guapoyrapo* (em destaque azul a localidade da minha residência).



Fonte: Google Earth (2021)

Fotografia 7 - Escola Municipal Mbo'eroy Tupã'i Arandu Reñoi



Fonte: Foto de Ezequiel Palacio, em 05/02/2022



### 1.2.2 Aldeia Pysyry

A aldeia *Pysyry*, no lado paraguaio, foi constituída pelos Kaiowa expulsos quando os fazendeiros ocupavam as terras no lado brasileiro. As narrativas dos indígenas revelam que as terras da *Pysyry* foram “doadas” pela dona Derlis, fazendeira na região. Como na *Pysyry* era mato, ela conheceu a família do Leonardo Ramos, primeira família a ultrapassar a fronteira. Eles foram expulsos do *tekoha Teju Jagua*, perto do Cerro Marangatu, onde cresceu e se casou com dona Brasilina. Seus familiares moram um pouco no Brasil e outros no Paraguai. O senhor Leonardo contou que eles retornaram em 1988 ao Campestre, mas logo voltaram para o Paraguai, devido ao espaço pequeno desta aldeia. Ele relatou que a família do Pio Silva os seguiu pelo Paraguai, achando que ali era Brasil ainda. Ele e sua esposa Brasilina retornaram em 2000, logo depois da primeira retomada e moram, atualmente, no lugar onde viveu sua infância. Os filhos que moram com eles são Luzia Ramos, Eloy Ramos, Veronica Ramos, Loria Ramos Quencho Ramos, além de seus muitos netos e bisnetos.

Ao entrevistar o senhor Aparicio Ribeiro, que liderou a comunidade *Pysyry* até pouco tempo, ele contou que, nessa aldeia, conquistaram uma escola e as famílias recebem auxílio semelhante ao “bolsa família” do Brasil; na questão da saúde, a comunidade é atendida nas cidades de Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (MS-BRASIL). São 1.311 hectares de terra nesta comunidade, onde residem aproximadamente 47 famílias, cuja liderança atual é o senhor Beto Barreto.

### 1.3 OS TEKOHAKUE KAIOWA

Nessa segunda parte do capítulo apresento os *tekohakue* ocupados pelos Kaiowa antes dos colonizadores chegarem. Importante enfatizar que *tekoha* é o lugar onde se vive e os *tekohakue* o lugar onde se vivia, por exemplo: *Tekoha Nhanderu Marangatu* é onde a comunidade Kaiowa está residindo na atualidade, e *tekohakue* é onde eles viveram, mas hoje não pertence mais aos indígenas.

A pesquisa de campo e as andanças por toda a região das TIs *Pirakua* e *Nhanderu Marangatu*, acompanhada dos anciões ou visitando suas casas, foram decisivas para a realização da minha pesquisa. Importante destacar que suas narrativas são corroboradas por documentos da FUNAI, conforme abaixo:

Através do MEMO nº 140/SPiI\1.NADR/AMB/MS/94, de 01.07.94 [...] com efeito, a DAF possui em seus arquivos documentos que fazem

referência incidental sobre essa aldeia. Em um relatório anexado ao Proc, FUNAI/BSB/2946174, às fls, 06, a antropóloga Lilia Valle afirma: "Até a década de trinta os índios viviam numa grande aldeia, Mborei. ... Na mesma época da demarcação de terras para o Posto Indígena de Dourados, o SPI fez uma medição em volta do Cerro Marangatu. Era para ser uma reserva destes Pai [Kaiowá], e ninguém sabe porque isto não aconteceu". Em relatório posterior, apresentado em 1976 à Universidade de São Paulo, a mesma antropóloga volta a referir-se àquela aldeia: "Na área em que se situa Campestre, 'Cerro' Marangatu é o marco principal. Há cerca de cinquenta anos atrás existiam por lá diversos grupos locais [...] Alguns morros das proximidades de 'cerro' Marangatu/ Campestre ainda são conhecidos pelo nome do animal ou ser mitológico que outrora os habitava: 'Deus mandou embora' [dizem os índios] porque os mbairi (brancos) tomaram conta da terra". Como outros subgrupos Guarani, os Kaiowá possuem uma concepção bastante clara sobre o território de suas aldeias tradicionais, geralmente delimitado por rios, córregos, serras, morros ou outros acidentes geográficos. (FUNAI, s/d, p. 5-6)

Inicialmente, o documento aponta estudos da antropóloga Lilia Valle, de 1974, afirmando a existência de uma grande aldeia (*Mborei*) na região e que, durante a década de 1930, o SPI chegou a fazer estudos para demarcar a área do Cerro Marangatu como reserva indígena, aparentemente seguindo os mesmos trâmites das oito reservas constituídas até 1928. Entretanto, a reserva de Cerro Marangatu não saiu do papel.

Na sequência, o documento indica novos trabalhos da antropóloga, agora de 1976, que citam a presença indígena (há 5 décadas dos seus estudos), constituída de diversos grupos locais, em distintas localidades, caracterizadas pela toponímia Kaiowa, com seus nomes de rios, morros etc. onde se situavam suas aldeias, os seus *tekoha*.

Esses marcos territoriais são, por vezes, "associados a espíritos, deuses, forças criadoras ou a animais míticos", como se afirma no mesmo relatório. Assim, é provável que a reivindicação dos índios sobre o território de Cerro Marangatu esteja relacionada ao valor cosmológico ou cultural daquele marco geográfico-territorial. A denominação do lugar, aliás, comprova isto, pois Cerro Marangatu quer dizer exatamente "morro sagrado" [...] Na mesma região das aldeias de Campestre e Cerro Marangatu, havia também vários outros locais ocupados pelos Kaiowá. (FUNAI, s/d, p. 6).

São esses outros locais (*tekohakue*) que passo a demonstrar a partir de agora, depois das informações e de toda a pesquisa desenvolvida com a comunidade indígena Kaiowa das TIs *Pirakua* e *Nhanderu Marangatu*. Ao final do capítulo apresento um mapa com o local de todos os *tekoha* Kaiowa.

Mas antes de apresentar os *tekoha* é importante conceituar o sentido dessa palavra para os Kaiowa. Ezequiel Palácio, ex-aluno da escola indígena de Campestre/*Marangatu*,

atualmente cursando medicina no país vizinho (PY), traz seu ponto de vista sobre *tekoha* e aldeia. Segundo ele, é um modo de vida, *teko* é a cultura, e *tekoha* é onde tem vida e cultura.

Para Gileandro Barbosa Pedro (2020, p. 62), o *tekoha* é o lugar onde se desenvolve o *teko*, a forma de ser / viver dos Kaiowa - *ava reko* - pois sem um lugar de viver bem não há possibilidade de vida, conforme visão Kaiowa.

Esta interpretação já havia sido explicitada pelo historiador Melià (2004), quando afirmou que “sem *tekoha* não há *teko*”, ou seja, sem território identificado como *tekoha* não existe a possibilidade de os Kaiowa viverem o seu modo de ser, o *ava reko*.

Em entrevista com o professor Avelino da Silva Vareiro, *teko* é vida e *tekoha* é onde os seres vivos vivem. Ou seja, é um espaço onde há possibilidade de os seres viverem bem, onde o espaço dá condições bióticas de viver. Para nós, Kaiowa e Guarani, um *tekoha* é um lugar sagrado, onde o povo se harmoniza com a natureza e com os que habitam nela, cuidando e dialogando com o ambiente, sustentando uns aos outros e respeitando os valores tradicionais.

Em nossos *tekoha* têm mulheres, crianças, homens e nossos avós, que contam histórias sobre os nossos antepassados e também das culturas presentes e das culturas que os mais jovens devem aprender, pois tudo faz parte do *tekoha*: as árvores, os animais, os rios, os cantos, as rezas, as comidas típicas e bebidas, as pessoas e suas histórias de vida. Mas, como disse a professora Veronice Rossato (comentário verbal, 2021), “para tudo isso existir é necessário uma terra, onde os Kaiowa e Guarani possam criar o seu *tekoha*, para viver o seu *teko*”. Em sua dissertação, Rossato (2020, p.50) afirma: “Além de aumentar [recuperar] os seus espaços, necessitam também torná-los viáveis, restaurando suas terras exauridas, recriando uma base ecológica adequada para o desenvolvimento de seu modo de ser tradicional”.

Apesar de ainda não haver essa “base ecológica adequada”, pois ela foi destruída, depois da retomada de *Nhanderu Marangatu*, as novas gerações já começam a praticar a pesca e a caça, entre outras atividades, conforme a necessidade de cada um. Antes disso não conheciam nem rio de perto, ou alguns praticavam, com seus pais, a caçada fora da aldeia. É a mesma coisa em relação à bebida e às comidas tradicionais, que começaram a apreciar. Percebi que, com o espaço maior da comunidade, muitas coisas voltaram a ser praticadas pelas nossas crianças e jovens. Agora eles gostam de rezar com os rezadores, e hoje temos a construção da casa de reza com o senhor Tadeu e dona Fausta, nossos rezadores mais próximos da escola, que sempre estão prontos para ensiná-los.

### 1.3.1 *Tekohakue Cabeceira do Apa/Kokue'i*

A região da cabeceira do rio Apa fica no território do município de Ponta Porã. Essa área foi reocupada no ano 2000 e algumas famílias indígenas moram atualmente no local. Eles chamam de *Kokue'i* (pequena roça). A reocupação foi liderada pela família de Miguel da Silva, que mora perto do antigo lugar onde se situava o *tekoha* Cabeceira do Apa. Antigamente, quem chefiava a família era dona Ângela, mãe de Miguel.

O sr. Miguel conta que os pais dele sempre moraram na região da cabeceira do Apa, até que um dia, um rapaz, sobrinho da sua mãe dona Ângela, foi queimado em sua própria casa. Ele afirma que os colonos fizeram isso para amedrontar as famílias indígenas e obrigá-las a sair do lugar. Mas permaneceram firmes e, em 2000, ocuparam esse espaço às margens do rio Apa, onde estão até hoje. Os pais de Miguel sempre trabalharam para os não indígenas, desde que os fazendeiros chegaram e foram invadindo as terras.

A primeira esposa do senhor Miguel se chama Alice da Silva, mas não eram parentes, pois Silva era um sobrenome comum entre eles. Seus filhos são: Nato da Silva, Erenilda da Silva, Delma da Silva, Joana da Silva, Elena da Silva, Kerenir da Silva, Doutor da Silva, Joel da Silva e Arildo da Silva. Hoje ele está no segundo casamento e não tem mais filhos porque já é idoso, mas tanto ele quanto sua ex-esposa moram na aldeia *Kokue'i*, permanecendo perto da maioria dos filhos, netos e bisnetos. Trata-se de uma grande família. Alguns de seus filhos residem atualmente na TI *Nhanderu Marangatu*. Delma da Silva, por exemplo, vive na aldeia Campestre com seus quatro filhos.

A aldeia *Kokue'i* tem, aproximadamente, 33 famílias. Este local pertence à comunidade indígena, mas a área não tem estudo antropológico ainda e esperam há 22 anos pela demarcação. A família do senhor Miguel se encontra numa área pequena, e a Cabeceira do Apa ficou fora dos 9.317 hectares demarcados em 2005. Mesmo assim, a aldeia tem atendimento da SESAI e uma escola que atende aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

### 1.3.2 *Tekohakue Mborevi (anta)*

Está localizado, atualmente, na aldeia Primavera II. Neste local moravam as famílias de Constantino, Merquidia, Luciano Amambay, Máximo Ortilho e Cassio Benites. A esposa do senhor Constantino da Silva se chamava Hortênsia Fernandes e seus filhos, netos e bisneto vivem hoje na TI *Nhanderu Marangatu*, nas aldeias Morro Alto e Piquiri. O senhor Bras da Silva, Samuel da Silva, Enpolito da Silva, Alice da Silva e Augusto da Silva estão com idade

avançada e seus familiares também estão morando na comunidade *Nhanderu Marangatu*. A raiz destas famílias é o senhor Constantino. Cassio Benites a deixou família reduzida e as famílias de Máximo e de Luciano terminaram devido às doenças que contraíram, devido ao contato com os não indígenas.

O senhor Salvador Reinosso contou que Constantino e sua esposa acompanharam a chegada do fazendeiro Laminho Corrêa que, quando chegou no local chamado *Mborevi*, deu o nome de Fazenda Primavera. Eles trabalharam para esse fazendeiro, que se apossou das terras e se aproveitou do serviço braçal dos indígenas para derrubar a mata, plantar pasto e ajudar na lavoura. Ficaram trabalhando até não aguentar mais o regime de escravidão, porque trabalhavam em troca de comida. Então abandonaram tudo e se mudaram para o Paraguai. Mas quando teve a retomada, em 1999, eles acompanharam o grupo no Brasil. Em 2003, seu Constantino e esposa faleceram, já com idade avançada.

Durante a pesquisa, seu Salvador Reinosso relatou que a família da Silva é bem grandes e seus netos atuam nesta comunidade da T.I *Nhanderu Marangatu*. Procurei informação com um dos filhos do senhor Constantino, mas ele só lembra quando esteve no Paraguai e ouvia os pais contando sobre o passado do *Tekohakue*, onde moravam antes da invasão dos não índios.

### **1.3.3 *Tekoha Teju Jagua* (lagarto com cabeça de cachorro)**

*Teju Jagua* (lagarto com cabeça de cachorro) é o nome de um morro batizado pelos rezadores, porque os avós do senhor Arsênio da Silva contavam para ele que, neste morro, havia um animal metade lagarto e metade cachorro. O Sr. Arsênio explicou que isso faz parte da educação tradicional, porque, com esse tipo de conto, antigamente as crianças tinham medo e só dessa forma eles obedeciam aos pais. Mas também era real, disse Arsênio, porque naqueles tempos era tudo mato e havia muitos animais que hoje já não são mais vistos. Ele acredita que havia animais que, hoje, na visão dos rezadores, *ijáry omokañy*, ou seja, o dono esconde.

Fotografia 8 - Morro Teju Jagua



Fonte: Foto de Reinalda Vilhalva Peralta, em 27 de julho de 2021

O *Tekoha Teju Jagua* ficava próximo ao morro sagrado *Marangatu*. Ali morava a família do senhor Ataliba Fernandes, com os filhos dele e de sua esposa (que meu entrevistado não mencionou o nome). Leonardo Ramos também nasceu e morou nesse local. Os Kaiowa gostavam de batizar o nome do local onde moravam como se fosse um bairro numa cidade, e *Teju Jagua* ficou dentro da área demarcada em 2005. Os parentes do senhor Ataliba Fernandes nasceram também neste *tekoha*. Ele não é mais vivo, restando o senhor Armindo Fernandes e seus filhos e netos. Ataliba Fernandes e sua esposa *Py'y* acompanharam um pouco a luta pela retomada em 1998, mas já eram velhinhos e faleceram em 2004. Ataliba sonhava com a demarcação da terra para construir sua casa onde ele constituiu sua família.

Meu entrevistado Arsenio da Silva conta que o mato ali existente era imenso. Chamorro (2017, p. 45) traz a informação da *Ka'aguyrusu* (grande mata), que ia de Bela Vista, passando por Ponta Porã até Campo Grande e também nas barras de Rio Brillhante, onde, no ano de 1905, havia a presença dos Kaiowa que trabalhavam na extração de erva mate. Seu Arsenio conta que os Kaiowa eram empregados na extração e fabricação de erva mate, cuja tecnologia eles dominavam. Meus entrevistados sempre destacaram a grande mata que havia nos *tekohakue*.

### 1.3.4 *Tekohakue Kuchuitagua* (buraco de coruja)

A aldeia *Kuchuitagua* fica em frente ao morro *Nhanderu Marangatu*. Ali morava a família de dona *Jatevu* (era nome de batismo e nome civil) e dona Bernarda Sarate, que

faleceu com 105 anos de idade. Ela se mudou para o Paraguai, em *Pysyry*, mas retornou ao Campestre e viveu na retomada. Desde então, nunca mais se mudou e acompanhou a retomada de 1998. Como o senhor Salvador morava perto da *Kuchuitagua*, ele lembra que a família de dona Bernarda residia naquele *tekoha*. Os familiares dela moram na *Marangatu* e sua neta é a dona Leonarda Sarate, esposa do senhor Salvador Reinosso. Segundo ele, sua esposa, dona Leonarda, nasceu em outro *tekoha* - *Y Sayju* (rio amarelo) -, cuja água era bem amarela.

Neste *Tekoha Kuchuitagua* também moravam o senhor Silvano Sarate e sua esposa, dona Sepre Arce, conforme informação dada pelo senhor Salvador. Hoje as filhas e netas de Silvano e outros parentes também moram no Paraguai. Silvano e dona Bernarda faleceram depois da retomada. Suas filhas são: Tona Sarate (esposa do senhor Loretito), Emilia Sarate, Geniria Sarate e Tito Sarate. Os sobrinhos moram no Paraguai. *Kuchuitagua* está dentro da área demarcada em 2005.

Fotografia 9 - Local do *tekohakue Kuchuitagua* (buraco de pedra)



Fonte: Foto de Inaye. 28 de outubro de 2021

### **1.3.5 *Tekohakue Serro Peteĩ* (somente um morro)**

Este *tekoha* se localiza próximo da nascente do rio Estrelinha. Segundo o senhor Arsenio da Silva, quem residia no *Tekohakue Serro Peteĩ* era a família do senhor Geraldo Panã e sua esposa Rosa, que o entrevistado não lembra como era o sobrenome, pois naquele tempo, Arsenio tinha apenas 5 ou 6 anos de idade. O casal Geraldo e Rosa tinha outros parentes que moravam nesse mesmo local. O Sr. Arsenio conta que essa família inteira se mudou para o Paraguai, quando os não indígenas se apossaram das terras onde os Kaiowa

viviam, pois, seu Geraldo e família se sentiram acuados e com medo, tendo que conviver com essa situação nova.

Antônio Brand (1997) demonstra o início da ocupação não indígena onde está localizado hoje o sul de Mato Grosso do Sul:

Foi na década de 1830 que se iniciou de fato o povoamento por não-índios das terras que hoje constituem o estado de Mato Grosso do Sul. Esta ocupação se deu pelos campos de Miranda, Serra de Maracaju e, entrando pelo rio Paranaíba, rio Sucuriçu e Taquarussu (1835), chegando aos campos do rio Brilhante (1839) e rio Vacaria. (BRAND, 1997, p. 55)

Contudo, na região da minha pesquisa, a ocupação não indígena ocorreu algumas décadas mais tarde. Então, comparando a idade dos meus entrevistados na atualidade e no período que eles descrevem a chegada dos colonos na fronteira, chego à conclusão que a colonização adentrou a região nas décadas de 1930-1940. Os produtores rurais afirmam ter chegado para construir sua propriedade e que teriam comprado do Estado, mas não comprovam se o Estado vendeu realmente. Fica claro que os Kaiowa já moravam há muito tempo nesta região do rio Estrelão.



Fotografia 10 - Serro *Peteĩ* (único morro)

Fonte: Foto de Mariano Vilhalva em 03 de dezembro de 2021

Quando retornou ao Brasil, a família da dona Emiliana Panã, filha de Geraldo Panã e Rosa, rodeou a aldeia por muito tempo, morando em fazendas e também nas aldeias próximas. Ela já é bem idosa e tem muitos filhos e filhas - 9 no total - e netos e bisnetos. Conheci algumas filhas dela, como Mariela, Antonia e Claudina, e os filhos Carlos e Germino. As famílias das filhas de dona Emiliana atualmente moram na área retomada *Nhanderu Marangatu*. Já faz 14 anos que residem nesta comunidade e afirmam ter retornado ao lado brasileiro logo após o período de retomadas.

*Serro Peteĩ* ficou dentro da área demarcada de *Nhanderu Marangatu*. Localiza-se à beira do rio Estrelinha. Há dois rios: o rio Estrelão que fica na divisa com o Paraguai, e o rio Estrelinha, que passa no meio da aldeia demarcada. A nascente do rio Estrelinha fica perto da cidade de Antônio João e ficou fora da demarcação da terra indígena. É uma nascente totalmente poluída, porque jogam lixo próximo dela. O Secretário de Meio Ambiente do município está estudando quais as possibilidades para resolver a questão ambiental, pois o lixo vem devastando o rio e sua nascente, da qual a comunidade sobrevive.

### 1.3.6 *Tekohakue Bananal (Pakovaty)*

O *Tekohakue* Bananal era onde os avós do senhor Loretito moravam (Alziro Vilhalva e Dona Adriana Ximenes). Neste local nasceram Loretito e os outros irmãos, Dilico, Liria, Mariano, Mineiro e Adelo. Elena já nasceu no Campestre e Laurindo nasceu no Paraguai. Todos são filhos de Dom Quetito e de dona Quiteria. Dom Quetito é filho de Alziro Vilhalva e de Dona Adriana, que se chamava *Moyrendy*, nome tradicional indígena. Essa grande família sempre viveu no Bananal (*Pakovaty*). Naquele tempo, o senhor Alziro era novo. São filhos de Alziro: Severiano, Leuteria, Dom Quetito, Romilda, Felisberto e a filha caçula Maria Vilhalva. Estes são uma parte dos filhos de Alziro, porque ele teve várias esposas. Os filhos dele também tiveram várias esposas, e com cada uma deixou descendentes: um dos netos do Sr. Alziro, o Loretito, teve onze filhos. As filhas de Alziro também tiveram muitos filhos: a família Fernandes Vilhalva é muito numerosa.

Busquei informações com Loretito, uns dos netos de Alziro, hoje já aposentado. Ele conta um pouco, pois como ele já era “sabido”, vivia correndo dos não indígenas com seu avô, porque eles perseguiam as famílias que permaneceram na terra que lhes foi usurpada. Durante o diálogo com o neto, percebi que só a família de Alziro permaneceu no local. Loretito narrou o que seus pais contavam na hora do mate: que eles tinham seu *tekoha* (ainda não era *kue*) onde moravam.

Em Bananal eles praticavam seus costumes, viviam em liberdade, até que um dia chegou o Pio [Silva] dizendo a eles que tinha vindo para trabalhar e queria a parceria dos indígenas, e então se apossou da terra. Havia outras famílias que, aos poucos, foram sendo expulsas de suas casas. Mas Alziro, que conhecia bem a região, decidiu não abandonar seu *tekoha* e passou a viver fugindo, com seus filhos e netos, de canto para canto de cada região dos *tekohakue*. Até sua casa foi queimada. Alziro conheceu um branco chamado Neri, que batizou seu filho e se tornaram compadres. Por causa desses acontecimentos e como os colonos já haviam rodeado a região de fronteira, seu compadre Neri, que já tinha um pedaço de terra, deu-lhe uma pequena parte - o Campestre -, cujo nome antigo era *Guapoyty*, e ali ele se estabilizou, e criou seus filhos. Quando era oportuno, Alziro ia para cidade de Bela Vista, no Quartel, procurar ajuda de doação para a comunidade indígena.

Perguntei ao seu Loretito se todo tempo os filhos permaneceram ao lado do senhor Alziro, mas ele disse que não: os filhos migraram para o Paraguai e lá formaram famílias, onde permaneceram por muito tempo. Loretito lembra que, quando já estava bem crescido, já adolescente, eles retornaram para morar com os familiares do avô. Contou que seu avô já estava trabalhando para Laminho Corrêa, em cujas terras construíram a Fazenda Primavera.

Este sobrenome Corrêa ficou martelando minha cabeça, pois é também o sobrenome de Alziro, que o recebeu de Laminho, quando trabalhou para este senhor. A família Fernandes Corrêa Vilhalva é gigantesca, formada pela semente que o senhor Alziro deixou. Ele também foi o guerreiro que lutou e permaneceu no local, por meio de suas novas gerações de filhos, netos e bisnetos.

A família de dona *Pyy* também morava no Bananal, mas depois que se casou com o senhor Ataliba, construíram sua família em *Teju Jagua*. Dona *Pyy* era irmã de dona Adriana *Moyrendy*, esposa do senhor Alziro. Nelson Benites e Benjamim Benites são irmãos de dona Adriana e *Pyy*. A família inteira morava em Bananal. A família se tornou muito grande e o sobrenome mudou muito, já que, depois da influência dos não indígenas, a adoção dos sobrenomes foi aleatória. Os netos da família Benites moram na *Nhanderu Marangatu*, outros no Paraguai e também em outras aldeias próximas, no Brasil, como nas aldeias *Pirakua*, *Kokue'i* e Lima Campo.

Bananal encontra-se dentro da demarcação da terra indígena *Nhanderu Marangatu*. É o local onde, em 2015, as famílias que retomaram foram expulsas brutalmente pelo fazendeiro que se diz proprietário, que se apossou da área novamente. Mesmo assim, pela lei, ela permanece como terra demarcada. Localiza-se bem na divisa com o Paraguai.

### **1.3.7 *Tekohakue Yrymyne'y* (local de um pequeno córrego que surge de uma nascente)**

Conforme o Sr. Salvador, a família do *Akã'e* (lembrou somente do nome tradicional, e não soube apresentar mais detalhes) viveu nesse *tekohakue Yrymyne'y*, nome de um córrego que fica em frente ao morro sagrado *Nhanderu Marangatu*. Ali morou também a família do senhor Máximo Ortiz. Segundo meu entrevistado – Salvador Reinosso – o senhor Máximo e sua família era encontrada apenas nos momentos de rituais sagrados. Um dia chegou uma epidemia de tuberculose e sarampo, eliminando grande parte da família do senhor Máximo. Os sobreviventes acabaram se mudando para o Paraguai.

O senhor Salvador contou que nunca mais ouviu sobre os parentes do senhor Maximo Ortiz. Mesmo atualmente, na aldeia, ninguém tem contato com alguém com este sobrenome Ortiz. Esse *tekohakue* também se encontra dentro da demarcação de *Nhanderu Marangatu* e se localiza na frente do morro sagrado. Atualmente os cinco *tekohakue* - Cerro *Marangatu*,

*Kuchuitagua, Yrymyñe y, Teju Jagua, Jaraguaty* – encontram-se em uma retomada só, que se chama Cedro, com aproximadamente 58 famílias indígenas.

### 1.3.8 *Tekohakue Jaraguaty* (um tipo de capim)

O Sr. Salvador Reinosso nasceu em 24 de junho de 1935 em *Jaraguaty* e conta que, no ano de 1940, viviam aproximadamente 45 famílias indígenas nesse *tekoha* junto a outros *tekoha*. Ele cita três famílias: da dona Bernarda, do Silvano Sarate e dos seus próprios pais (não lembrou os nomes de todas as famílias, pois era muito criança na época). Lembrou que a dona Bernarda e sua família moravam em *Kuchuitagua*, não muito longe de *Jaraguaty*. É como se fossem os bairros de uma cidade – um perto do outro. Mencionei Bernarda e seu filho porque fazem parte dos familiares do senhor Salvador. Salvador nasceu na *Jaraguaty* mesmo, e sua esposa, Montana, nasceu em *Ypyju*. Ela conta que cresceu neste local e que havia muitos cemitérios. Ali ela também se casou com o senhor Salvador, com quem teve 8 filhos, quatro dos quais morreram de sarampo e tuberculose. Na fotografia abaixo, de camiseta vermelha, aparece o senhor Salvador. Esta foto foi tirada anos atrás, pelo meu pai, Amilton Lopes.

Fotografia 11 - Salvador Reinosso com sua família



Fonte: Foto de Amilton Lopes (2009)

Da família de Salvador apresento os nomes dos filhos ainda vivos: Olinda Reinosso, Marilena Reinosso, Claudia Reinosso e Marcelino. Os netos são Salvani, Adilson, Tatiane, Edieise, Eise, Juvenil, Teresinha, Rafaela, Rafael, Kauani e Marcelino. Esse último nasceu com problema de saúde e perdeu a audição, por isso ele é surdo-mudo e nunca se casou. O senhor Salvador já tem bisnetos e todos os filhos e netos moram em *Marangatu*. Ele conta que, depois da expulsão, morou muito tempo no Paraguai, mas retornou logo após receber a notícia de que o senhor Alziro havia ganhado um pedaço de terra no Campestre. Retornou com a família já construída por ele e sua esposa, dona Leonarda Sarate, que gostava de fazer *chícha* para praticar danças tradicionais.

Os familiares de Salvador viveram angustiados nesse pequeno espaço do Campestre, mas, em 1998, ele se alegrou quando fez parte da retomada de seu *tekohakue*, onde moram hoje. Como eles têm poucos filhos, todos moram ao redor de sua casa, mantendo as tradições antigas, com toda a família por perto. Dona *Chipa*, cujo nome de criança no civil era Leonarda, esposa do seu Salvador, não faz mais a grande festa em sua casa, se sente idosa e as filhas perderam esse costume. Como hoje não se pratica mais no dia a dia, elas deixaram de praticar. O *Tekohakue Jaraguaty* pertence à retomada Cedro e está dentro da demarcação da terra *Nhanderu Marangatu*.

### 1.3.9 *Tekohakue Suvirando*

Neste local morava a família do senhor Araújo Gomes. Aqui, meu interlocutor também foi o senhor Salvador. Durante o diálogo, descobri que o senhor Araújo Gomes é meu parente, por parte do meu avô Augusto Gomes. Continuando a conversa, o Sr. Salvador contou que, nesse *tekohakue*, praticava-se *avati kyry* e *jerosy puku* (batismo de milho e grande reza). A segunda esposa do senhor Araújo Gomes se chamava Luisa Vargas. Sua primeira esposa era a mãe de Jorge Gomes, que o meu entrevistado não chegou a conhecer, uma das lideranças antigas na aldeia *Pirakua*. Jorge Gomes não cresceu com seu pai, pois foi dado para o fazendeiro criar, até que casou com uma mulher da Reserva de Dourados, filha de Terena com Kaiowa. Ele chegou ao *Pirakua* no início da luta pela demarcação. Ele é o primeiro filho de Araújo Gomes, que teve várias esposas e muitos filhos. Apresento alguns nomes dos filhos dele: Donardo Gomes, Pedro, Eloir, Delfina, Tatiane, Lurdes, Lucia, Ademir e Orides. Alguns destes já faleceram, e aqueles que estão vivos se espalharam: uns moram na

aldeia *Pirakua*, outros moram na *Kokue'i* e também foram para uma nova aldeia chamada *Serro'i*, perto de Jardim. Os netos já se espalharam por várias aldeias desta região.

*Svirando* era um lugar com grande espaço, onde morava a família do Sr. Ângelo Nassario, filho do Sr. Emanuel Nazário. As irmãs de Araújo Gomes moravam em Cabeceira Comprida e os parentes de Emanuel e de Ângelo não sabem informar se os familiares se mudaram para algum lugar, pois este *tekohakue* ficou fora das demarcações da terra indígena. No estudo sobre os territórios tradicionais dessa região, este local encontra-se como *Apapegua*, que seria a região do Apa, mas, desde 2014, está parado. *Svirando* era assim chamado porque neste local tinha muitas festas tradicionais. Eles moravam ao redor do morro, que aparece na fotografia abaixo.

Fotografia 12 - *Svirando*



Fonte: Foto de Inaye Gomes Lopes em 9 de agosto de 2020

### 1.3.10 *Tekohakue Ramakue* (o nome não tem tradução)

Neste local, que atualmente também se chama *Damakue*, moram somente não indígenas. Mas antes havia famílias indígenas. Segundo me disseram, o lugar se chamava *Ramakue*, pois ali o senhor Anuncio *Cheingo* plantava muita rama de mandioca. A família de Anuncio morava nesse *tekohakue*, que fica próximo ao *Svirando*. Ali foram chegando os *karai*, ou seja, os colonos, até que todos os indígenas saíram. Atualmente, é como se fosse

uma pequena vila, que pertence ao município de Bela Vista. Localiza-se no caminho que dá acesso à aldeia *Pirakua*.

Sobre esse *tekoha*, um documento da FUNAI traz a seguinte informação:

“[...] na mesma região das aldeias Campestre e Cerro Marangatu havia também vários outros locais ocupados pelos Kaiowá. Assim, segundo o relatório da antropóloga Valle, em meados da década de 70, os índios ocupavam o lugar conhecido como Damakuê (onde havia entre 20 e 30 pessoas), no município de Bela Vista” (FUNAI, s/d, p. 6).

Portanto, é evidente que até meados dos anos 1970 havia famílias indígenas no *tekoha Damakuê*. Meu entrevistado – seu Salvador – lembrou apenas da família do senhor Anuncio. Atualmente, alguns parentes de Anuncio moram no *Pirakua*. Seu Salvador não soube dizer muita coisa sobre a família do sr. Anuncio. Alguns pais mudavam de identidade e, muitas vezes, não a revelavam aos filhos, ou morriam cedo e deixavam seus filhos órfãos. A vila Damakue, hoje, não se encontra dentro de uma aldeia, ou seja, ela não está dentro da área demarcada da TI *Nhanderu Marangatu*.

### 1.3.11 *TekohaKue Y Sayju* (água amarela)

Água Amarela fica na região de Jardim. Dialogando com Wagner Nunes, 48 anos de idade, morador do *Pirakua*, ele conta que sua família era muito grande e ali moravam seus avós, seus pais e seus irmãos, e, segundo ele, os familiares sempre moraram ali. Ele lembra que seus pais e tios trabalhavam para não indígena em serviço braçal, em troca os deixavam morar na terra e não expulsaram as famílias. Wagner lembra bem que sua mãe cuidava da roça com suas tias. Ele disse que seus pais trabalharam ali por muito tempo. O nome da fazenda, naquele tempo, ele não recorda, mas lembra de Água Amarela. Seus avós morreram e foram enterrados no local onde moravam. Wagner contou que seus entes queridos, quando iam a óbito, eram enterrados no mesmo local onde viviam. As famílias tiveram que enfrentar doenças graves, como tuberculose e sarampo, e morriam porque, na época, não existia vacina para os indígenas, apenas para quem morava numa reserva indígena.

Wagner estava presente quando fiz a pesquisa de campo na aldeia *Pirakua*, com a dona Ramona Vargas. Na oportunidade, ele fez questão de contar a sua infância, sua vivência na Água Amarela. A família que restou mudou-se para Jardim Depois de muito tempo descobriram que havia aldeias próximas. Perguntei ao Wagner se receberam alguns benefícios

de tempo de serviço ou se conseguiram comprar uma casa na cidade, mas ele conta uma história triste: foram morar no “acampamento de corredor”, na beira da estrada (rodovia). Atualmente Wagner é casado com Dona Luízia Vargas Mendonça, filha de Feliciano, e moram no *Pirakua*.

Sobre os “acampamentos de corredor”, Levi Marques Pereira (2014) procura identificar e descrever esta modalidade de assentamento Kaiowa, caracterizada pela ocupação de margens de rodovias, detalhando como o avanço da colonização alterou drasticamente a vida dos Kaiowa, que não tiveram outra escolha, pois foram desapropriados dos seus *tekoha*:

Essa modalidade é de desenvolvimento recente, sendo possível defini-la como uma das respostas adaptativas dessa população às profundas transformações históricas e econômicas por que passou Mato Grosso do Sul. A expropriação da terra pelas frentes de ocupação agropastoris alterou profundamente as formas de manejo do ambiente e de apropriação dos recursos nele existentes. Alteraram-se também as formas organizacionais, e várias estratégias são colocadas em prática para assegurar o acesso aos recursos necessários à produção da existência material e ao provimento de elementos da cultura material associados a categorias de representação do grupo étnico em questão. (PEREIRA, 2006, p. 69)

Durante o percurso de diálogo com os anciões, todos falam que os Kaiowa viviam em liberdade antes de os colonos chegarem, e depois foi só perseguição, expulsão e até mesmo trabalho escravo. Esta é a forma de descreverem o passado dos Kaiowa. Os parentes de Wagner permaneceram no corredor entre 1959 a 1994, aproximadamente, quando conseguiram a doação de uma terra não muito grande para morarem perto da cidade de Jardim, que se chama *Cerro'i*. Não é uma área de retomada, pois o proprietário deu para os indígenas morarem. Outras famílias indígenas também apareceram e hoje residem nesta pequena comunidade.

Wagner é genro do senhor Feliciano, sua esposa se chama Luzia e seus irmãos moram na aldeia *Pirakua*. Água Amarela ficou muito longe da demarcação das terras e não houve retomada por parte dos Kaiowa.

### **1.3.12 *Tekoha Kokue'i* (pequena roça)**

Os pais do senhor Miguel Silva sempre moraram na região de *Kokue'i*, nunca foram para outro lugar, sempre permaneceram naquela localidade, mesmo com a chegada dos fazendeiros, por volta de 1939. Os pais de Miguel Silva começaram a trabalhar para os



colonos que iniciaram a construção de suas propriedades naquela época. Então, o senhor Miguel saiu e morou um pouco na aldeia Campestre, mas dona Ângela, sua mãe, sempre permaneceu, nunca saiu de sua morada.

Miguel conta que, quando aconteceu a retomada de *Nhanderu Marangatu*, ele acompanhou o movimento e entendeu que tinha de lutar pelo seu território. A primeira atitude, então, foi voltar e morar com sua mãe e outros familiares, dos quais ele não citou o nome. Retomaram *Kokue'i*, no mesmo lugar de antes, com sua esposa chamada Alice, mas atualmente separados. Os filhos do senhor Miguel com dona Alice são: Celso, Delma, Kerenir, Joana, Elena, Joel, Arildo, Nilson, Ademir e Erenilda. Já tem muitos netos e até bisnetos. É dele a maioria das famílias que moram na aldeia *Kokue'i* que, desde 2000, estão nesta retomada sem estudo antropológico. Alguns parentes e alguns filhos moram em outras aldeias.

Este *tekoha* localiza-se na região de Ponta Porã, próximo à nascente do rio Apa e, aproximadamente, a 50 km da cidade de Antônio João. Analisando a história dos Kaiowa de *Kokue'i* também foi triste e continua triste: primeiro perderam a liberdade de viver em paz, depois a luta tensa para recuperar seu território, como dizia o líder e porta voz dos Kaiowa da região, Amilton Lopes. Quando iniciaram a luta pela demarcação da terra, Amilton era o único alfabetizado, ou seja, ele tinha estudo para realizar intermediação com outros líderes Kaiowa. *Kokue'i* não foi identificado pelo estudo antropológico e não está na área demarcada. Não se sabe se algum dia vai ter início um estudo para rever a situação dessa localidade.

### **1.3.13 Tekohakue Gua'akua (buraco de arara)**

*Gua'akua* era o *tekoha* onde a família do senhor Cirilo Palácio morava, segundo Augusto Gomes, meu entrevistado. Ele tinha uma família bem grande, que formou com sua esposa Emiliana *Panã*. Naquela época, quem morava no local eram os pais de Cirilo. O senhor Augusto Gomes só lembra de Cirilo, pois era criança e não consegue lembrar os nomes dos seus pais. Conheceu o senhor Cirilo antes de ele falecer que, na ocasião, relembrou sua infância. Ele era o irmão mais velho.

Os parentes de sua família, como Palácio, atualmente também moram em outras aldeias, como *Kokue'i*, *Nhanderu Marangatu* e no Paraguai. Cirilo construiu sua família no país vizinho, onde encontrou sua esposa *Panã*, cujos pais moravam em *Serro Sombrero*. Este

*tekohakue Gua'akua* se localiza próximo da TI Pirakua, mas não pertence a nenhuma área estudada e ficou fora das demarcações de terra.

#### **1.3.14 Tekohakue Bakaiowa**

Perguntei sobre o nome de *Bakaiowa* ao meu entrevistado Augusto Gomes, e tanto ele quanto o senhor Arsenio confirmaram que este nome foi batizado por um rezador que se chamava *Pa'í Kuara Rendy*, então mantiveram o nome. Não consegui registrar imagens deste *tekohakue* porque o acesso ficou complicado, pois agora pertence a um fazendeiro e não foi possível identificar o nome da fazenda.

Consegui informação de que as famílias do senhor Gentil Escalante e dona Emilia Gomes moravam nesse *tekohakue*, ou seja, havia duas famílias diferentes. Dona Emilia é tia de Augusto Gomes, meu avô. Os filhos dela são Claudina, Alexandre e Felipe, que estão vivos hoje. O casal teve outros filhos, mas a maioria faleceu. Uns dos filhos de Gentil, mencionado por Argemiro Escalante, é Lidio Escalante. Gentil e Emilia já faleceram, quando eram idosos e moravam no *Pirakua*. Gentil Escalante, pai de Argemiro, foi enterrado em Dourados. Os três filhos deles já estão casados, com filhos e também netos. Os parentes dos Escalante moram na aldeia *Pirakua* e em Dourados, na reserva indígena. A família de dona Emilia Gomes morava também em *Bakaiowa*.

Augusto conta que, quando os colonos chegaram neste *tekoha*, eles não expulsaram as famílias que ali moravam e deram a palavra de que poderiam ficar. Mas aproveitaram o serviço de mão de obra dos indígenas: enquanto os homens trabalhavam no serviço braçal, algumas mulheres ajudavam a cozinhar e lavar as roupas dos peões. Augusto conta que até ele chegou a trabalhar em *Bakaiowa*, depois seu destino foi o *Pirakua*. Cada família trabalhava por “livre e espontânea vontade”, pois ali eles recebiam dinheiro e comida. Saíram de lá porque iniciaram a luta pela aldeia *Pirakua*.

A documentação da FUNAI traz breves informações sobre *Bakaiowa*, mas importantes, pois revelam a presença de indígena nesse local até meados da década de 1970:

“[...] na mesma região das aldeias Campestre e Cerro Marangatu havia também vários outros locais ocupados pelos Kaiowá. Assim, segundo o relatório da antropóloga Valle, em meados da década de 70, os índios ocupavam [...] outros locais na região, sobre os quais possuímos poucas informações, como Bacaiuvá, Cerro, Sombrero, Chorro, etc.” (FUNAI, s/d, p. 6).

A localidade de *Bakaiowa* fica bem distante, atualmente com difícil acesso. Alguns membros da família Gomes moram hoje na aldeia *Pirakua* e outros em aldeias próximas. *Bakaiowa* também não se encontra em processo de recuperação do território tradicional.

### **1.3.15 Tekohakue Forquilha**

No *tekohakue* Forquilha morava a família do senhor Nelson Benites e Siríaco Ribeiro. Nelson Benites da Silva era o pai de dona Quitéria, Maurício e Colau. Estes três resistiram durante a reocupação de *Nhanderu Marangatu*. Dona Quitéria foi esposa de Dom Quetito, pois os familiares do senhor Nelson moram na aldeia *Nhanderu Marangatu*. Esta família é gigantesca e muita parentela se espalhou pela retomada, mas Forquilha ficou fora da demarcação, localizando-se dentro da fazenda *Ita Guasu*, município de Antônio João.

A família do senhor Siríaco Ribeiro é uma das três grandes famílias que também permaneceu na região de Forquilha. Hoje as famílias se transformaram em outros sobrenomes: Ribeiro casou-se com Gonzaga, Ribeiro com Benites, Ribeiro com Franco Lopes e outros. Cada família se espalhou e foi casando com outro grupo familiar. Outra grande família que se transformou foi Silva e Canteiro, com muitos filhos, netos e bisnetos, sendo a maioria residente na aldeia *Nhanderu Marangatu*.

O território Kaiowa, no Brasil, era muito grande, ocupava toda a região entre o rio Apa, Serra de Maracaju, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai. Essa informação consta no “Diagnóstico e proposta de plano de ação para a T.I. Ñande Ru Marangatu, Município de Antônio João – MS”, de autoria de Thiago Leandro Vieira Cavalcante et al.

Segundo este pesquisador, a área toda não foi estudada porque dependia da solicitação dos indígenas interessados. Os meus entrevistados lamentam que eles não tinham ainda o conhecimento da importância de requerer a área toda que pertence aos Kaiowa. Quem me disse isso foi Augusto Gomes, meu avô, porque ele acompanhou a demarcação da aldeia *Pirakua*. Outros analisam que deixaram de lado a demarcação de todo território tradicional por causa das relações de compadrio com alguns colonos e devido ao apoio do Estado para com os colonizadores, que não dava chances aos indígenas. O senhor Augusto disse que, se não levassem isso em conta, com certeza demarcaria todo o território dos Kaiowa em toda região.

### 1.3.16 *Tekohakue Sukuri*

Neste *tekohakue* morava a família da senhora Anastácia Fernandes, mas ficou fora da demarcação da terra *Nhanderu Marangatu*. Em *Sukuri* também morava o senhor Manoel Bonito com sua esposa Martina e muitos filhos. O senhor Arsenio conta que a família de dona Anastácia se esparramou pelo Paraguai, porque *Sukuri* ficou muito na divisa com Estrelão, e as famílias não tinham dificuldade de migrar para o outro país. Então, logo que os colonos se apossaram da região, eles se mudaram para o Paraguai, sem nenhuma resistência por parte dos indígenas.

Da família do senhor Manoel Bonito, na verdade, alguns de seus parentes hoje vivem na aldeia Pirakua, já com outro sobrenome, Carvalho. O senhor Braz Nunes é neto de Manoel Bonito. Quando ele cresceu, mudou-se para perto de Rio Brilhante com seus pais e trabalhou muito tempo por lá. Casou-se com dona Francisca e tiveram seis filhos, que saíram da fazenda onde trabalhavam e passaram a morar na aldeia *Pirakua*. Até hoje Braz e Francisca, com os filhos e netos estão morando no *Pirakua*.

### 1.3.17 *Tekohakue Marangatu Hu'y (flecha sagrada)*

Nesse local habitava a família de Nestor Ireno, que realizava caça na localidade *Tuku Karu* (gafanhoto), lugar somente de caça, sem moradias. O senhor Nestor Ireno e sua esposa *Kevy* (ela foi registrada com seu próprio nome tradicional) tiveram os seguintes filhos: Sila Ireno, Daniela Ireno, Marcia Ireno, Aniceto Ireno, Zelia Ireno e Santinho Ireno. Os filhos de dona Sila são: Joaquim, Elizeia, Marina e Bento. São filhos de dona Daniela: Sueli, Claudia, Marcelo, Elizeu, Arison, Alessandro e Elizabethe. Dona Marcia teve dois filhos; dona Zélia, quatro; Aniceto, sete; e Santinho deixou oito filhos. Destes filhos de Nestor Ireno estão vivos ainda hoje: Sila, Zélia e Daniela.

O senhor Salvador conta que a família de Nestor Ireno morava nessa região de *Marangatu Hu'y* com seus pais, Julio Ireno e Joana Recarte. Os irmãos de Nestor são Jacinto Ireno, Matilde Ireno e Venâncio Ireno. O *Tekohakue Marangatu Hu'y* é localizado na frente da aldeia *Nhanderu Marangatu*, ou seja, do lado esquerdo da rodovia que liga Antônio João a Bela Vista. Os parentes estão morando em outras aldeias e também na cidade.

Fotografia 13 - *Marangatu Hu'y* (flecha sagrada)

Fonte: Foto de Avelino da Silva Vareiro, em 27 de novembro de 2021

Meu entrevistado, senhor Salvador, conta que a família de Nestor se esparramou por outros *tekoha* próximos. Jacinto Ireno casou-se com Narcisa Gomes, que é irmã do senhor Araujo Gomes. Seus filhos são: Luis, Euzebia e Bibiana, dos quais só Euzebia está viva ainda. Ela construiu sua família casando com um Terena e morou muito tempo em Sidrolândia. Após o falecimento do seu esposo, tornou a morar na aldeia Pirakua. Seus filhos se esparramaram um pouco, alguns com ela e outros moram em Sidrolândia.

Dona Matilde teve dois casamentos: o primeiro companheiro se chamava Jose Domingues Morel. Seus filhos são: Osvaldo, Inacio, Francisco, Elida, Santo e Lazaro. Destes filhos homens só Francisco está vivo e também a irmã, que mora na cidade de Bela vista, porque casou com não indígena. Os netos de Jose Morel estão esparramados em Dourados, *Nhanderu Marangatu*, *Te'yikue/Caarapó*. Francisco mora em Ribas do Rio Pardo. Na adolescência, ele saiu da aldeia Pirakua e nunca mais retornou. Recolhi esta informação com ele por telefone. Ele contou como foi a vida antes de lutar pela demarcação.

No segundo casamento de Matilde Ireno ela se casou com Augusto Gomes e tiveram dois filhos - Ramona e Ramão. Só Ramona Gomes está viva. Antes da retomada definitiva do *Pirakua*, a família de dona Matilde (a Nati) sempre rodeou este *tekoha Marangatu Hu'y*; lá viviam em liberdade, mas sempre trabalhando com os fazendeiros, em troca da permanência no seu local de origem e também de comida e roupas. Um dos filhos de Nati, Lazaro Morel, começou a sua luta, com Marçal de Souza, pela aldeia Pirakua, mas já é falecido.

Brand (2004, p. 141) afirma que “Os complexos caminhos da luta pela terra refletem sobre a iniciativa dos indígenas na luta pela terra e traz a reflexão de que os líderes que atuaram na demarcação foram os próprios filhos dos primeiros”. Augusto Gomes conta que, após trabalhar muito na região para os fazendeiros, o último trabalho foi para Libero Monteiro. Os colonos achavam que os indígenas nunca teriam direito à terra, mas a luta para reverter esta situação começou com Marçal Tupã’i. Tudo isso aconteceu muito recentemente, em 1979, aproximadamente, quando começou a luta. A fala do senhor Augusto é importante quando ele diz que ninguém de fora os obrigou a “invadir” a terra: “Foi Marçal Guarani que acordou nós, Kaiowa, que temos direito de retornar para o nosso *tekoha*”.

Os processos de “retomada” dos espaços de onde os Kaiowa e Guarani haviam sido expulsos iniciam-se, em 1978, na aldeia *Takuaraty-Yvykuarusu*, localizada no município de Paranhos. Os indígenas desta área foram expulsos por diversas vezes, e transferidos, arbitrariamente, para a área indígena dos Kadiwéu, município de Porto Murtinho. É nesse contexto que se situam as iniciativas indígenas de “retomada” de aldeias destruídas pela ocupação do seu território por frentes não indígenas. Quase simultaneamente, a população das aldeias Rancho Jacaré e Guaimbé, localizadas no município de Laguna Caarapã, também foram expulsas. Lograram retornar às suas terras, dois anos depois. As primeiras ações de recuperação acontecem mesmo transferidos para outras áreas próximas, porém, mantendo-se articulados, sempre retornavam.

Alguns filhos de dona Matilde já faleceram, apenas duas mulheres estão vivas: a dona Elida Ireno, que mora na cidade de Bela Vista, e dona Ramona Gomes Ireno, que mora no Campestre. Seu único irmão, Francisco, por parte de Matilde, está morando em Ribas do Rio Pardo com seus filhos. Os filhos de Ramão Gomes moram todos na aldeia *Pirakua*, e os de dona Ramona moram nas aldeias *Nhanderu Marangatu* e *Pirakua*. Os netos e bisnetos de dona Matilde moram em outras aldeias.

Os filhos do senhor Venancio Ireno e Faustina Duarte são: Marciano Ireno Duarte, Asturio Duarte Ireno, Noka Ireno Duarte, Dejalmo Ireno Duarte. Destes, a dona Noka já não é mais viva e seus filhos se espalharam por Dourados, *Nhanderu Marangatu* e *Pirakua*; assim, os netos e bisnetos se casaram e foram morar mais longe ainda do *Tekohalue Marangatu Hu’y*.

Este *tekohakue* ficou fora da demarcação. Atualmente, o invasor - Altamir Dallacorte - do *Marangatu Hu’y* (flecha sagrada) mudou o nome do local para Fazenda Morro Alto, e

ainda comprou aproximadamente 200 hectares, após a demarcação de *Nhanderu Marangatu*. Essa área (200 hectares) pertence à terra indígena já reconhecida como nossa.

### **1.3.18 - *Tekohakue Pindoty* (lugar de muito coquinho amarelo)**

Neste lugar moravam as famílias da dona Natalia Gomes e seu esposo Asturio Ocampo e tiveram 8 filhos. Minha referência histórica, o senhor Salvador, conta que os pais do casal Natalia e Asturio moravam no *tekohakue Pindoty*, mas não lembra os nomes deles. Relata que o casal Gomes e Ocampo começaram a trabalhar para os não indígenas. Daí os filhos de dona Natalia se misturaram, casando com indígenas e não indígenas e se espalharam pelas cidades de Antônio Joao e Bela Vista. Com o passar do tempo, dona Natalia e seu esposo envelheceram, e seus filhos, Jose Ocampo e Epifanho Ocampo, trabalharam duro e compraram quatro hectares de terra do patrão, que hoje se chama *Ita*, localizado perto do córrego Ita, no município de Antônio João. O patrão vendeu o pedaço por tempo de serviço.

Tanto *Pindoty* como *Ita* estão fora da demarcação da terra indígena. Atualmente moram quatro famílias, que fazem parte da família de dona Natália. Os filhos, netos e bisnetos se esparramaram nas cidades e adquiriram a visão dos não indígenas. Isso aconteceu porque os pais nunca se interessaram em morar numa aldeia demarcada. O senhor Salvador disse que, talvez, por terem comprado a terra, sentiram que não dependeriam de uma aldeia. Mas hoje eles não têm atendimento por parte da saúde indígena e nem benefícios que vêm para a comunidade.

### **1.3.19 *Tekohakue Bugrekue***

O senhor Artivo, antigo morador deste *tekohakue*, relata que eles moravam nesse local com a sua família, sua mãe Carmelita e seu pai João Barbosa Artivo, e lembra que, na sua infância, eles foram muitos felizes. Conta que os colonizadores deram este nome para o *tekoha Bugrekue* (terra de bugres) justamente por ser lugar os indígenas moravam. Eles saíram desse *tekohakue* quando os colonos se aproximaram. Artivo lembra que seu pai foi enterrado naquele local. Logo após a morte dele, sua mãe se mudou para mais próximo do rio Apa. Ali ele cresceu e casou com dona Petrona, que é de *Pysyry*. Como os Kaiowa

exploravam e se movimentavam muito nessa grande região, tudo faz sentido na construção das famílias.

Artivo e Petrona tiveram os seguintes filhos: Duvirge, Celia, Rogerio, Reinaldo e Elena. São filhos de dona Duvirge: Barbosa, Felix, *Chucarro*, Marinalva, Claudemir, Elielton e Tato. Os filhos de dona Celia Barbosa são: Adelio da Silva, Regiane, Estefani, Juvenal e Thielson. Rogerio Barbosa e Vilma da Silva tiveram os filhos Jeanderson e Vanessa. Elena Barbosa e Elias Fernandes tiveram os filhos Neri, Geovani e Gean. Todo parentesco, até a nova geração, permanece com o mesmo sobrenome. Construíram suas próprias famílias, das quais cito alguns exemplos: Neri é casada com Valdenice Morel, filha de Osvaldo Morel; a esposa de Rogerio é filha de Mauricio da Silva e Hilda Arce; o esposo de dona Celia é Adelio da Silva, que é filho de Colau Silva; Andressa Ribeiro é filha de Siríaco Ribeiro. Toda esta parentela mora na comunidade *Nhanderu Marangatu*.

A família do senhor Anatalicio Morel mudou-se para Jardim, mas ele foi enterrado no *Tekohakue Bugrekue*. Este lugar ficou fora da demarcação e hoje faz parte da fazenda Furna, no município de Antônio João.

### **1.3.20 *Tekohakue Avakue Amba* (centro espiritual)**

Neste lugar morava um rezador que se chamava *Xiru*, muito respeitado. Ele tinha muitos filhos, mas o senhor Arsênio não consegue lembrar como eram os nomes. *Xiru* praticava muitas festas e rituais no *tekohakue Avakue Amba*: batismo de roça, de milho e de criança e também casamentos. Muitas pessoas participavam da festa de quinze dias. Como o senhor Arsênio mudou-se para o Paraguai, não soube dizer se os filhos de *Xiru* moram em algum lugar.

Este lugar ficou fora da demarcação da terra e “pertence” aos fazendeiros. Também não descobri o nome da fazenda e nem sua localização certa, mas sei que se localiza no limite de território do município de Antônio João.

### **1.3.21 *Tekohakue Cabeceira Comprida* ou *Tekoha Cabeceira***

Ali morava a família de Júlio Ireno e seus pais. Nestor é filho de Júlio Ireno e sua esposa era dona Joana Recarte. Antes da expulsão das famílias de Júlio Ireno pelos



fazendeiros, havia outras famílias. O nome era Cabeceira Comprida e deram esse nome porque era baixada e subida. Com a expulsão, todos se espalharam, mas os filhos, netos e bisnetos mantiveram o sobrenome Ireno Recarte. Este *tekohakue* ficou fora do estudo antropológico, e hoje leva o nome da Fazenda São Jorge, situada no município de Antônio João.

O documento da FUNAI, já citado anteriormente, mostra a presença indígena nesse local do rio Cabeceira Comprida até meados da década de 1970:

“[...] na mesma região das aldeias Campestre e Cerro Marangatu havia também vários outros locais ocupados pelos Kaiowá. Assim, segundo o relatório da antropóloga Valle, em meados da década de 70, os índios ocupavam [...] áreas situadas no interior de fazendas da região do córrego Cabeceira Comprida (onde também havia uma população de 20 a 30 pessoas), no município de Antônio João além de outros locais na região, sobre os quais possuímos poucas informações, como Bacaiuvá, Cerro, Sombrero, Chorro, etc.” (FUNAI, s/d, p. 6)

O documento traz citação rápida a outros *tekoha*, como o Chorro, apresentado a seguir.

### **1.3.22 Tekohakue Pangola Chorro**

Os antigos moradores deste lugar deram esse nome porque havia um riacho, mas atualmente o nome é apenas *Chorro*. Ali morava o senhor Santolino, responsável pelo canto e reza, e também o senhor Mário. Esse lugar está localizado perto do município de Bela Vista e não está dentro do estudo antropológico e da área demarcada. Atualmente mora a família da senhora Zelia Ireno Recarte, filha do senhor Nestor Ireno, assim como seus filhos e netos. Estas famílias estão desaldeadas e não querem morar na aldeia mais próxima, que fica na TI *Pirakua*. Salvador não me informou sobre a parentela do senhor Mario. Só disse que Santolino Duarte era irmão de dona Faustina e que era rezador, em parceria com seu Mario.

Quero registrar que é difícil os indígenas deixarem de vez os seus *Tekohakue*. Alguns apenas conseguem se adaptar ao novo *tekoha*. Algumas famílias, cujo lar ficou fora da aldeia demarcada ou mesmo fora do estudo, tentam permanecer no local, mesmo os de outras gerações. Até hoje sempre tem indígenas que moram em *Chorro*; só não posso afirmar que são parentes de Santolino. Algumas famílias foram para a aldeia *Pirakua*. Uma filha do

Nestor Ireno morou ali com os dois filhos, Santinho e Aniceto, que morreram no *tekoha Chorro*.

### **1.3.23 Tekohakue Cerro Guasu (morro grande)**

Neste lugar é onde vivia a família do Sr. Atanasio Canteiro Gomes, que é o pai do senhor Ramão Canteiro Gomes. Também morava a família do Severico Ortega e Cardozo Gomes Morel.

Ramão Canteiro ainda está vivo. Ele migrou para o Paraguai, onde encontrou sua esposa Mary Carvalho. Moraram bastante tempo em *Serro Akangue/PY* e tiveram muitos filhos, que moram na aldeia *Pirakua*. São eles: Elso, Lucio, Gregorio, Andrelino, Valdineia, Valdirene, Andressa, Vanildo, Valkiria e Oraldo. Os netos e bisnetos moram na aldeia *Pirakua*, enquanto a filha Valdineia mora no Campestre.

Os filhos de Severino Ortega também moram no *Pirakua*: Felipe Ortega e Claudina Ortega, os dois com sobrenome Ortega Gomes. Severino casou-se com dona Emilia Gomes, irmã de Araújo Gomes. O senhor Cardoso é o pai de Augusto e era casado com dona Oracilda. Logo após o falecimento do senhor Cardozo, dona Oracilda teve outros casamentos, como por exemplo, com o senhor Pedro Canteiro, cujos filhos são: Marcia, Marlene, Lorença e Camila.

Infelizmente, esta área também ficou fora da demarcação pois é muito longe de *Nhanderu Marangatu*. Mas o Morro Grande traz boas lembranças ao senhor Ramão. Ele conta que os Kaiowa viviam bem nesse *tekohakue* e, com a chegada dos colonos, eles foram expulsos. O *tekohakue* Morro Grande fica próximo e bem em frente à fazenda Cerro Azul. O acesso se dá por uma estrada de terra, sem asfalto, que liga Santa Rita à Jardim. Por essa mesma estrada também se passa por *Damakue* e *Pirakua*.

### **1.3.24 Tekohakue Morro Sombrero (chapéu)**

Serro Sombrero tem o nome devido à imagem parecida com um chapéu. No pé do morro morava a família de Pedro Panã, e também a família de dona Adolfa Fernandes. Pedro Panã é pai de dona Emiliana Panã. Ela conta que seu pai foi enterrado nesse lugar, onde tem cemitérios antigos. Dialogando com o senhor Rosa (ele não é indígena), que viveu nessa

região, perguntei-lhe se tinha algum não índio ali sepultado. Ele disse que não e mostrou que não queria colaborar com a pesquisa, porque tem medo, pois trabalhou para o senhor Pio Silva, quando chegou em *Marangatu*.

Fotografia 14 - Cerro Sombrero



Fonte: Foto de Inaye Gomes Lopes, em 13 de novembro de 2021

Os pais de dona Adolfa também moraram em *Serro Sombrero*. Ela lembra muito bem quando a família do Pio chegou. Os parentes, netos e bisnetos moram no *Nhanderu Marangatu* e outros no Paraguai. Dona Adolfa casou-se com o irmão de Dom Quetito, Idefonso Vilhalva, já falecido, e tiveram os seguintes filhos: Gabriel, Eldo, Candida, Fatima e Odilon. Todos os filhos, netos e bisnetos moram na aldeia *Nhanderu Marangatu*.

*Serro Sombrero* fica a 3 km da divisa da aldeia demarcada e “pertence” ao turco, senhor Kaliu, dono da fazenda Maktub, localizada no município de Antônio João.

### **1.3.25 Tekoha Y Akã Guasu (cabeceira de rio)**

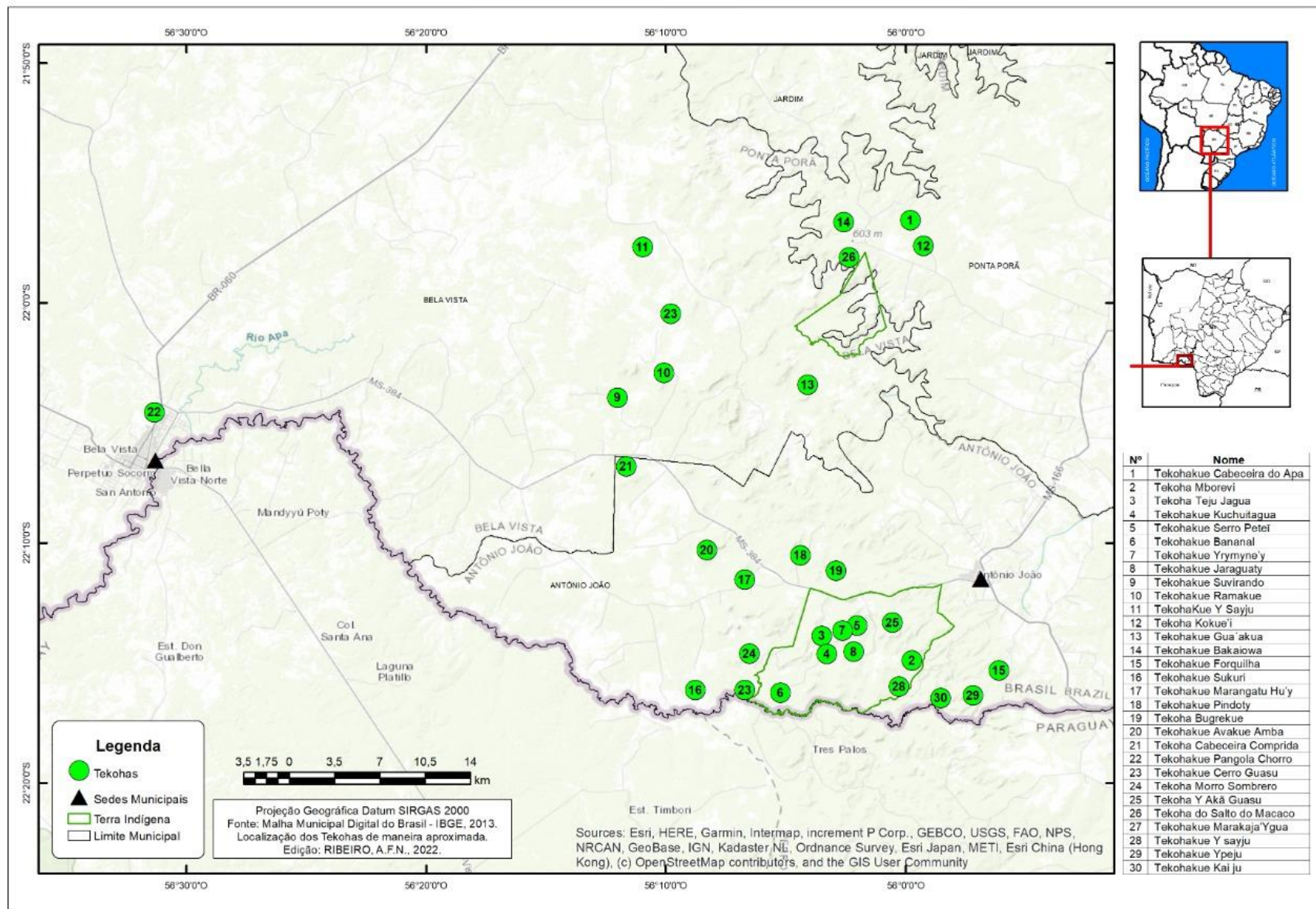
As tias de dona Leonarda Sarate moravam nessa região e também o senhor Faustino Sarate com sua família. Moraram nesse local até a chegada de Laminho Corrêa, que se apossou de toda a área, assim como a do *Mborevi*. Faustino mudou-se para o Paraguai, mas retornou para a aldeia Campestre, trazendo seus filhos, Felipa Sarate e Daniel Sarate. Também tem outros parentes, que são a dona Anaria Sarate e dona Pacuala Sarate. Essas senhoras têm muitos filhos e moram na comunidade *Marangatu* na atualidade. Contudo, alguns parentes ainda vivem no Paraguai.

Esse *tekohakue* está dentro da área demarcada e pertence à TI *Nhanderu Marangatu*. *Y Akã Guasu* é o nome de uma nascente que desagua no rio Estrelinha.

Além de todos esses *tekohakue* apresentados e do *Ka'y'i* (Salto do Macaco) – detalhada durante a apresentação da TI Pirakua, foram informados pelos meus entrevistados outros três locais, que não foi possível levantar maiores informações até esse momento. São eles: *Tekohakue Marakaja Ygua*, *Tekohakue Ypeju* e *Tekohakue Ka'i ju*.

Dessa forma, são 28 *tekohakue* no total, levantados durante minha pesquisa, o que revela a presença histórica dos Kaiowa na região, com uma considerável densidade demográfica.

Mapa 4 - Localização aproximada dos *Tekohakue* Kaiowa nas bacias dos rios Apa e Estrelão (MS)



Autores: Ângelo Franco do Nascimento Ribeiro, Éder da Silva Novak e Inaye Gomes Lopes

## CAPÍTULO 2

### O MODO DE VIDA KAIOWA E AS TRANSFORMAÇÕES COM A CHEGADA DA COLONIZAÇÃO

Neste capítulo é abordado o modo de vida dos Kaiowa, com todas suas peculiaridades, até o momento da chegada dos colonizadores na região da cabeceira dos rios Apa e Estrelão, nos meados do século XX, e as transformações na maneira de viver dos indígenas, devido à retirada de grande parte das famílias Kaiowa daquela localidade, que se esparramaram para diferentes regiões, no Brasil e no lado paraguaio, conforme inicialmente demonstrado na apresentação dos *tekoha* no capítulo anterior. Este modo de vida é apresentado por meio do resultado das entrevistas realizadas com alguns anciões que hoje se encontram nas Terras Indígenas *Nhanderu Marangatu* e *Pirakua*.

São sujeitos que guardam na memória a chegada dos colonos e as consequências devastadoras aos Kaiowa da localidade, sobretudo, em sua forma de vida, contadas pelos anciões Salvador Reinosso, Arsenio da Silva, Leonardo Ramos, entre outros. Eles relatam o deslocamento para o Paraguai naquele contexto, de forma detalhada e rica em informações. Portanto, este capítulo também aborda como os fazendeiros chegaram nas áreas indígenas, suas primeiras ações e relações com os indígenas, como eles agiram contra as famílias Kaiowa que se encontravam na região e as estratégias indígenas para sair da localidade e ir para diferentes destinos, como também a decisão de alguns indígenas permanecerem no local e quais suas ações frente aos colonizadores.

O senhor Salvador Reinosso, 89 anos de idade, nascido na aldeia *Nhanderu Marangatu*, no local denominado *Jaraguaty*, conta que, na década de 1940, viviam, aproximadamente, 182 famílias indígenas, pois em cada *tekohakue* encontravam-se seis ou mais famílias, cada uma com seus descendentes, na região dos rios Estrelão e Apa. Como evidenciado no primeiro capítulo, cada família indígena morava em lugares diferentes: os pais de Salvador Reinosso moravam em *Jaraguaty* (nome dado ao lugar onde havia muito capim semelhante ao sapé), um local do *tekoha guasu*. Nesta região do *tekoha* havia três famílias: da dona Bernarda, de Silvano Sarate e dos pais do senhor Salvador Reinosso. Outras famílias, como a de Nelson, de Benites, de Benjamim, de Alziro e de dona *Py'y* - que foi batizada com esse nome tradicional – residiam no *Tekoha Bananal*, mas tinham liberdade de morar onde quisessem.

Segundo os entrevistados mais velhos, até os anos 1930, a Aldeia *Nhanderu Marangatu* era só mato, tinha muita caça e pesca, muito mel, a alimentação deles era só nativa. As famílias se mantinham dos recursos naturais, e não existia alimento de fora e/ou industrializado. Mas, a partir da década de 1930, os Kaiowa começaram a ser expulsos da região pelos colonizadores que invadiram o território indígena. Durante a pesquisa, por meio das entrevistas, percebe-se que a terra não era devoluta, como muitos costumavam chamar, porque havia indígenas que ali moravam e praticavam suas peculiaridades. Mas depois que os não indígenas chegaram, tudo isso mudou, porque destruíram a mata sem considerar a presença indígena.

Analisando o texto de Graciela Chamorro (2015), não se vê grande diferença com o que é contado por um mais velho indígena, bastante citado nesta pesquisa, o senhor Arsenio da Silva, que narra como as famílias viviam na região dos rios Estrelão e Apa, onde se localizavam os *tekoha* tradicionais, constituindo o grande território Kaiowa.

Focando na região de Mato Grosso do Sul, o nome Kaiowa foi dado porque estes sempre foram índios do mato (*ka'aguygua*). Cada família tinha sua autodenominação. Essas idas e vindas entre Brasil e Paraguai, conforme as entrevistas, aconteceram após o surgimento da aldeia *Pysyry*, no Paraguai, porque antes da chegada dos colonos não existia mais. Mas depois que foram obrigados a se mudar, passaram a circular entre um e outro país e por outras aldeias. Muitas famílias Kaiowá tinham o costume de visitar outros *tekoha*, principalmente no período de plantio ou em época de festa cultural: por exemplo, eles plantavam sua roça e retornavam somente no tempo da colheita, ou seja, retornavam para seu *tekoha* só para colher seu plantio e no tempo de festa tradicional. Mas após a invasão dos colonos não aconteceu mais isso, porque já foram proibidos de transitar, embora alguns arriscavam e sempre davam um jeito de percorrer seus lugares de origem.

A memória Kaiowá, percebida durante as entrevistas, revela que, depois da invasão, diminuiu muito a realização das festas, caçadas, chicha, reza, batismo do milho, batismo de crianças: o problema da terra é histórico. O povo Kaiowa vivia em um grande território, com várias comunidades que recebiam nomes relacionados ao ambiente em que o *tekoha* estava localizado, como, por exemplo, *Mborevi* (anta), um dos *tekoha* batizado com um nome de animal.

Segundo Severiano Fernandes Vilhalva, filho do senhor Alziro Vilhalva, em uma entrevista realizada em 8 de março de 2020, os pais dele sempre contaram que, nesta região, havia muita caça e outros recursos da mata, que davam nome aos *tekoha*, tais como *Mborevi*,

*Teju Jagua, Nhanderu Marangatu, Kuchuitagua, Serro Peteĩ, Bananal, Yrymyne'y, Jaraguaty*, cujas traduções já foram mencionadas anteriormente.

Severiano conta, ainda, que uma ou duas famílias grandes moravam em cada *Tekoha*. Segundo ele, a chegada dos colonos provocou a morte de muitas crianças devido à tuberculose e ao sarampo, e as famílias indígenas não conseguiam se curar com os remédios tradicionais, que os rezadores costumeiramente faziam, enfatizando que até adultos foram a óbito por conta destas doenças.

Os rezadores Kaiowa tinham um bastão sagrado e um dos rezadores, antes de morrer, enterrou seu bastão no morro *Nhanderu Marangatu*. Após enterrar o bastão, este rezador morreu e, quando os membros de suas famílias souberam o que aconteceu, a família toda foi rezar e desapareceu durante o ritual. Outras famílias acreditam que foram embora com o corpo do rezador e que subiram ao céu. Essa história é contada pelos rezadores Arsenio da Silva e Salvador Reinosso, e, por isso, o local se chamava *Serro Marangatu* (morro sagrado), que depois passou a chamar-se *Nhanderu Marangatu*.

[...] O modelo de ser Kaiowá e Guarani é baseado na espiritualidade e a coletividade é a metodologia para a busca de um modelo próprio de ser. A coletividade e a espiritualidade são como caminhos e referências para um horizonte, no qual as nossas lideranças tradicionais, os Tekoharuvicha regulam a comunidade, na perspectiva da “teatralização” da tradição, que se apresenta como o futuro da comunidade. (BENITES, 2014, p. 56).

Durante a pesquisa, a história sempre foi contada praticamente de forma igual pelos entrevistados, com algumas especificidades, como a maneira de narrar e descrever, não apresentando grandes diferenças, porque viviam e circulavam em um grande território. Conforme seu Arsênio da Silva, os Kaiowa viviam seu cotidiano sem ninguém os interromper. Isso mudou drasticamente com a presença cada vez mais acentuada dos não indígenas.

## 2.1 EDUCAÇÃO TRADICIONAL

Segundo os meus entrevistados, quando os homens iam para a caça, as mulheres ficavam para preparar farinha de milho, de mandioca e mandioca cozida e assada. Os homens caçavam tatu, *quechada*, veado, anta e pescavam. Eles conseguiam a caça para alimentação da família porque, na época, havia animais suficientes para sua subsistência. Os pais ensinavam



seus filhos desde pequenos a sobreviver e a fazer as coisas, como exemplo, construir suas casas. Eles também ensinavam o artesanato, a arte de fios de cipó, roupas, etc.

As mocinhas não podiam comer qualquer carne, porque, com 14 anos de idade, ainda eram consideradas meninas, sendo totalmente proibido comer carne de veado, porque se elas comessem, poderiam ter problemas de desmaio. Quando as meninas menstruavam pela primeira vez, o costume era sempre se guardarem, ficando uns 15 dias em casa, no quarto, separadas, com os cabelos cortados, ficando só um fio de cabelo na cabeça e também não podiam comer sal. Após os 15 dias, elas saíam e começavam a trabalhar, podiam fazer qualquer coisa, e assim começavam uma vida nova, prontas para casar.

Naquela época, segundo o senhor Reinosso, havia o *Kumuni Pepy*, que é o ritual de iniciação dos meninos, quando eles furavam o lábio e colocavam o *tembeta* (vareta de resina usada no lábio inferior). Tinha também *Avati Kyry* (milho ainda não maduro) - batismo do milho branco - e o *Nhemongarai*, quando as crianças eram batizadas; essas duas cerimônias eram sagradas para a comunidade. Todas essas informações foram passadas pelo Sr. Salvador durante a entrevista.

Naquele tempo, antes da chegada dos colonos, 1930 aproximadamente, os *tekoha* não tinham Capitão (nome de chefia instituída pelo SPI), porque cada família tinha seu líder, a pessoa mais velha, chamada *tekoharuvicha*, que tinha total autonomia para liderar a sua grande família. Todos eram felizes e unidos, trabalhavam juntos na roça, plantavam milho, batata, *kara*, *kumanda* (feijão andu), cana, banana, *mbakuku*, etc. O arroz eles não conheciam.

Fiquei impressionada com uma coisa que o senhor Reinosso me contou. Ele explicou como era feita a pipoca: primeiro eles esquentavam a panela, que era de ferro, só os talheres eram feitos de laje. Então eles pegavam aquela terra onde se fazia o fogo, tiravam toda a cinza e depois pegava areia cozida e colocava na panela; tinha que estar fervendo para pôr o milho, depois era só colocar na panela. A pipoca estourava normal, só que ainda mais gostosa. Esse preparo era feito quando viviam em liberdade e os colonizadores não tinham chegado ainda.

Depois pararam de praticar isso e perderam o hábito, de tanto se preocupar em ter paz, quando tinham que correr de suas residências. Com essas comidas tradicionais, os dentes deles não estragavam e usavam a casca da aroeira para ajudar a limpá-los. Também naquela época não existia sabão, eles lavavam as roupas com a folha do ipê e com uma espécie de sabão de milho, que limpava bem a roupa; também usavam sabugo queimado para poder escovar as roupas. Suas casas eram feitas de sapé ou folhas de bakuri, cuja cobertura ia até o chão, chamadas de *ogajekutu*.

As festas eram assim: quando saía a chicha num *tekoha*, por exemplo, no *Mborevi*, todo o pessoal das outras regiões era convidado. Eles iam para ficar durante a festa toda, independente de quantos dias durasse.

As crianças obedeciam aos seus pais, porque tinham muito respeito por eles e acreditavam no que seus pais lhes transmitiam. As meninas não usavam calcinhas para não esconder a primeira menstruação, mas depois disso já podiam usar, que eram feitas de algodão. O casamento deles era muito bom, a sogra escolhia a nora para seu filho, mas ele não conhecia a moça antes do casamento e não a recusava, o amor era construído depois do casamento, assim não desabava nunca, só a morte os separavam.

Cada criança deve aprender sobre o *tekoha* e também a cultura – *teko* - presente em sua aldeia, como os cantos, as danças e as rezas. Somos um povo que luta a cada dia, pela sua terra para mantermos a nossa cultura, o nosso direito e também o nosso alimento de cada dia, além de manter a tradição dos antepassados.

Segundo Dona Eleuteria Vilhalva, de 99 anos de idade, nascida na Aldeia *Nhanderu Marangatu*, o costume dos homens era comer todos juntos e as mulheres com as crianças. Naquela época, em 1930, a comunidade não conhecia computadores e celulares, até mesmo porque ainda não existiam, eles viviam da maneira deles. As crianças brincavam de imitar animais do mato, como macaco, lobo guará, e os tinham como animais de estimação, e também gostavam de ouvir histórias dos pais e dos avós. As donas de casa gostavam muito de plantar frutas ao redor das casas e criavam bichos do mato, como o *kuati*, veado, macaco, que não eram bravos.

Algumas comidas e bebidas tradicionais ainda hoje fazemos e consumimos, tais como a *chicha* - uma bebida feita de mandioca, milho, batata doce, fubá ou cana de açúcar. As mulheres preparam o milho, socando no pilão para tirar a farinha e, após cozinhar com água essa farinha de milho, logo adoçam com açúcar ou com guarapa de cana. Também usamos o guisado - feito de mandioca com carne, preparado em fogo à lenha.

Os pais conseguiam educar seus filhos, porque eles ouviam o que os pais falavam e as crianças já cresciam com boa educação, sem consumir drogas ou álcool. As mulheres tinham muitos filhos, pois não havia métodos anticoncepcionais modernos, o número chegava a 15 ou 20 filhos; mas algumas tomavam remédios caseiros que chamavam de *memby kakuaja* (encontrado no brejo e nas árvores hospedeiras), que, na sua concepção, ajudava a evitar a gravidez até uns dois ou três anos.

Dona Cristina, de 91 anos de idade, nascida na Aldeia *Nhanderu Marangatu*, contou que era difícil encontrar remédios para tuberculose, sarampo e catapora. Os velhos e as crianças eram atacados por tuberculose e não conheciam remédio para esses tipos de doenças, mas apenas os remédios naturais que eram: icencio, barbatimão, cedro, aroeira e outros. Os remédios podiam ser quentes ou frios. Quando uma pessoa ficava com febre, eles já ferviam a casca de cedro e davam banho; dali a pouco, o doente ficava suando, mas não podia pegar vento, e a febre baixava. Muitas crianças morriam porque pegavam “pontada pneumonia” e os remédios tradicionais não davam mais conta.

Segundo dona Cristina, antigamente faziam *chicha* só no cocho, que era feito de cedro, onde colocavam a bebida. No *tekoha* sempre tinha um *yvyra'i* (estrutura feita com dois paus e ligados por fios de algodão ou lã coloridos), ao redor do qual se fazia *jeroky* (ritual de canto e dança). Ela disse que, mesmo quando não havia batismo, o costume deles era fazer reza com sua família sempre na sexta-feira, todas as manhãs e tardes, quando o sol nasce e quando se põe.

Perguntei à Dona Cristina como faziam as roupas? Ela contou que o Senhor Alziro Vilhalva ia até o quartel de Bela Vista para conseguir roupas, cujo tecido tinha o nome de “corte”; não usavam agulha, mas costuravam com espinhos grossos chamados *jukeri* (espinho que se encontra no mato). Do “corte” de tecido, as mulheres faziam uma saia rodada chamada “sanfonia”. Como o senhor Alziro tinha contatos com o pessoal do quartel de Bela Vista, eles o ajudavam muito também com alimentação. Foi nesse momento que eles tiveram contato com alimentação industrializada e com ferramentas. Foi ainda dessa época, a ideia de se passar como Capitão, pois, até 1948 aproximadamente, o senhor Alziro liderava somente sua família grande, quando passou a se apresentar como líder de todas as famílias. Nas décadas de 1930 a 1940, a comunidade não conhecia a equipe do Serviço de Proteção aos Índios – SPI.

A partir das informações do documento abaixo, se percebe a ação do órgão indigenista para com os Kaiowa de *Nhanderu Marangatu*. O documento cita a antropóloga Lilia Valle, que chegou a conhecer o Sr. Alziro Vilhalva.

Até a década de trinta os índios viviam numa grande aldeia, Mborei. ... Na mesma época da demarcação de terras para o Posto Indígena de Dourados. O SPI fez uma medição em volta do Cerro Marangatu., Era para ser uma reserva destes Pai [Kaiowá], e ninguém sabe porque isto não aconteceu. Em relatório posterior, apresentado em 1976 à Universidade de São Paulo, a mesma antropóloga volta a referir-se àquela aldeia: "Na área em que se situa Campestre, 'Cerro' Marangatu é o marco principal. Há cerca de cinquenta anos atrás existiam por lá diversos grupos locais ... Alguns morros das

proximidades de 'cerro' Marangatu/Campestre ainda são conhecidos pelo nome do animal ou ser mitológico que outrora os habitava: "Deus mandou embora' [dizem os índios] porque os mbairy (brancos) tomaram conta da terra", Como outros subgrupos Guarani. os Kaiowá possuem urna concepção bastante clara sobre o território de suas aldeias tradicionais, geralmente delimitado por rios, córregos, serras, morros ou outros. O córrego Estrelinha e o Rio Estrela eram os principais rios de pesca para a comunidade Nhanderu Marangatu, onde os filhos praticavam a pesca, se banhavam e se divertiam. Quando os fazendeiros expulsaram a comunidade Kaiowá das suas terras próximas às cabeceiras dos rios Estrelão e Apa, as famílias indígenas se esparramaram pelas cidades próximas e principalmente para o Paraguai. Algumas também foram para as reservas situadas no município de Dourados e para a região Apa porque nesse período a aldeia terra indígena Pirakua naquele tempo não entrou em ação pois os indígenas moravam no grande tekoha como Suvirando, Damakue, Cabeceira Cumprida, Bakaiowa, Apa Kota (margens do rio Apa). (FUNAI, s/d, p. 5)

As informações do documento acima não se distanciam dos conteúdos apresentados nas entrevistas com os mais velhos; na verdade, são informações que caminham na mesma direção: a maneira de como os indígenas viviam antes da chegada dos colonos. Percebe-se que outros pesquisadores, que já passaram e estudaram a história Kaiowa, publicaram seus estudos com informações muito próximas das falas dos entrevistados em minha pesquisa, como a expulsão e o esparramo dos indígenas para o Paraguai e/ou para as demais áreas reservadas, como a Reserva Indígena de Dourados.

#### Dourados:

A reserva de Dourados foi criada pelo Decr. nº 401, de 03.09.1917, que dizia in verbis; "Fica reservada no município de Ponta Porã, para Colonia de Indios do Distrito de Dourados uma área de terras de 3.600 hectares confinando pelo Sul, com o córrego Saltinho que separa outra área reservada para o patrimônio de Dourados e as mais confrontações com terras devolutas situadas nas matas de S. Domingos". Quase 50 anos depois, porém, a Delegacia Especial de Terras e Colonização do Governo do Estado de Mato Grosso expediria título definitivo de propriedade, em 26.11.65, em que a superfície da área aparece reduzida para 3.539 ha. A mesma superfície consta no registro da área no CRI da Comarca de Dourados, procedido em 25.02.66 (matr. nº 31.676, lv. 3-AS, tfs. 61). A simples aritmética diz que a área de Dourados perdeu 61 ha da superfície do decreto que originalmente a criou. Porém, diversas outras interferências vieram agravar essa perda. Em 1969, através do Decr. nº 64.919/69, a União cedeu à CODEMAT (posteriormente CEMAT e ENERSUL) uma faixa de terras de 7.000 metros de extensão por 30 de largura para a construção de um trecho da rede de energia elétrica Campo Grande-Dourados. A passagem da rede elétrica provocou a retirada de quantidade significativa de reservas de madeira, além de deslocar roças indígenas. As derrubadas efetuadas a partir daí, porém, tiveram continuidade com a abertura, em 1972, da rodovia MS-156, que corta a área ao meio, assim como pela venda consentida e clandestina de toras de madeira de lei, que devastaram quase todos os recursos florestais da reserva indígena. (FUNAI, s/d, p. 14)

O documento acima fala sobre a Reserva Indígena de Dourados. Muitos entrevistados informaram que algumas famílias indígenas da região de *Nhanderu Marangatu* se mudaram para essa reserva, como as famílias de Antolino da Silva e José Turua, e não mais retornaram. Mas outras famílias insistiram em permanecer nos seus *tekoha* de origem, estabelecendo relações com os colonos, que chegavam cada vez em maior quantidade, assim como outras famílias que se deslocaram para a reserva de Dourados, mas que retornaram para o Campestre e mais adiante participaram das retomadas da área demarcada em 2005.

Nesse esparramo, as famílias perderam as referências culturais, pois sem o nosso *tekoha* não há *teko*, diz o senhor Argemiro Escalante, que nasceu na região do rio Apa. Ele acrescenta que “a importância de manter a identidade é não deixar morrer nosso povo, e é por esse motivo que lutamos pelo nosso território, do qual um dia fomos expulsos junto com nossas famílias”.

Ao tomarem diferentes rumos após a saída dos seus territórios tradicionais, os Kaiowa de *Nhanderu Marangatu* passaram por significativas transformações em seu modo de vida, pois, deixando seus *tekoha*, não podiam mais manter o seu *teko* (cultura), ou seja, seus valores, costumes, organização social, política e econômica; quase tudo foi alterado.

## **2.2 A DESARTICULAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL KAIOWA E O JOGO DE INTERESSES ENTRE COLONIZADORES E INDÍGENAS**

Escrever a história dos Kaiowa em tempo cronológico é, muitas vezes, pôr limites à historicidade da nossa etnia, marcada por temporalidades distintas dos ocidentais e seus descendentes. Também no que corresponde ao espaço geográfico, para nós indígenas não existem as fronteiras conhecidas e estabelecidas pelo mundo não indígena, mas há uma comunidade ou um povo dentro de um território, formado no tempo histórico/ára, cuja história não deve ser delimitada pelas fronteiras geopolíticas da atualidade, mas narrada pelos integrantes do seu povo, pela memória, pela sua oralidade, num determinado tempo.

Assim, o rio Estrelão faz a divisa entre o Brasil e o Paraguai. Do lado paraguaio tem uma aldeia chamada *Pysyry* e, nessa aldeia, tem comunidade Kaiowa *Pãi Tavyterã*. Para os indígenas não existem essas fronteiras, porque o parentesco tem ligação com a grande família, pois quando algumas famílias foram expulsas dos seus *tekoha*, elas se deslocaram para o Paraguai, por isso a relação até os dias atuais com a aldeia *Pysyry*, no país vizinho, é intensa.

A cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vidas, as maneiras de viver juntos, o sistema de valores, as tradições e as crenças; a cultura se encontra no centro do debate contemporâneo sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma cultura fundada.

João Pacheco de Oliveira (2016) associa a história, a antropologia e as transformações culturais com os devidos processos históricos, relacionando as ações dos sujeitos presentes em cada contexto.

Nunca me preocupei em delimitar unicamente uma história dos indígenas, mas sim, em refletir sobre conjunto de relações estabelecidas entre os indígenas e os demais atores e forças sociais que com eles interagem. Não é possível entender as estratégias e performances indígenas ignorando as interações que manem com os contextos reais em que vivem, ou seja, as relações interétnicas na escala local a inserção dentro de um estado-nação bem como as redes e fluxos transnacionais. A história, em suas múltiplas escala e temporalidade, não pode ser concebida como algo exterior e acidental, mas um fato constitutivo, que preside a própria organização interna e ao estabelecimento da identidade de um grupo étnico. (OLIVEIRA, 2016, p. 7)

Não tem como escrever a história contemporânea dos Kaiowá sem relacionar com a história dos fazendeiros que chegaram na região da atual *Nhanderu Marangatu*. É preciso contar como eles chegaram, a forma como agiram na chegada, pois é impossível escrever somente contando um lado. Da mesma forma não se pode escrever somente o lado dos fazendeiros, como tantas vezes uma determinada historiografia fez, exaltando as suas ações, como se os defendessem, mas precisam ser balanceados e interpretados os dois lados dessa história: a perspectiva dos fazendeiros e também a dos indígenas, considerando que nem sempre foram ações totalmente polarizadas ou dicotômicas – dificilmente os indígenas confrontavam os colonos, mas até faziam “acordos” de compadrio, geralmente em desfavor dos Kaiowa. É preciso compreender esse complexo jogo de interesses presente no contexto histórico da chegada dos colonizadores na região da *Nhanderu Marangatu*.

A percepção indígena é a de que sua área de ocupação (*tekoha*) foi desmembrada pela fronteira territorial entre Brasil e Paraguai. Os anciãos entrevistados contam que, na região do rio Apa, os núcleos de famílias percorriam e moravam em todos aqueles *tekoha* listados no capítulo anterior. Todos aqueles *tekoha* correspondiam ao grande território dos Kaiowa, de antes de os colonizadores chegarem. Um desenho no chão, elaborado pelo senhor Arsênio da Silva, durante a pesquisa de campo, mostra as regiões ocupadas pelos Kaiowa e

seus *tekoka* antigos, sendo possível estabelecer uma comparação com as imagens dos mapas apresentados no capítulo 1.

Fotografia 15 - Desenho do Sr. Salvador Reinosso com o território Kaiowá nos rios Estrelão e Apa



Fonte: Foto de Inaye Gomes Lopes em 16/09/2020

Esse mapa desenhado pelo senhor Salvador Reinosso, representado na foto acima, foi pintado com cinza para dar maior destaque aos rios e suas fronteiras. Não conseguimos escrever os nomes de todos os *tekoha*. Trata-se de um desenho que representa o grande território dos Kaiowá. Onde está o pé do senhor Salvador na imagem, com a botina, inicia o rio Forquilha e desce para o rio Estrelão, Cabeceira Comprida, Suvirando e vai até o Morro Grande. Onde está a imagem da mulher com o chinelo é o território do *Pirakua*, junto à região do *Kokue'i*, onde fica a nascente do rio Apa. Para esclarecer, o *tekoha* Forquilha ficou fora da aldeia demarcada, diminuindo de forma considerável o território indígena. É possível perceber que as famílias Kaiowa viviam às margens dos rios para facilitar a sua sobrevivência. A memória Kaiowa, representada pelo desenho do Sr. Salvador, destaca o conhecimento da comunidade sobre sua historicidade e seu território, e isso é muito significativo para nossas lutas atuais.

Famílias da etnia Kaiowa já moraram na região do Rio Apa, desde a sua cabeceira, e viviam em liberdade. Arsênio da Silva (23/02/2020) conta que ele tinha uma avó, a Dona Puruá, com quem ia passear no *Kokue'i*, que fica muito longe, para visitar os familiares. Nessa ida, ela levava junto alguns bichos de estimação. Os Kaiowa viviam livres no passado,

não eram interrompidos e, é claro, após a chegada dos colonos ficou difícil manter esses deslocamentos. Dona Puruá faleceu no Paraguai, na aldeia *Pysyry*.

As entrevistas mostram que o Estado brasileiro nunca considerou aquele território como área tradicional indígena e, quando os colonizadores chegaram, não respeitaram a presença indígena. Também mostram que o Estado nunca se preocupou com os indígenas, estabelecendo uma política de extermínio dos índios, com massacres, expulsões, trabalho compulsório, colocando-se sempre ao lado dos fazendeiros, acabando com a paz dos Kaiowa.

Com a chegada dos colonos visando a ocupação maciça das terras, o governo não mediu esforços para que a expropriação das terras dos indígenas ocorresse, sob o argumento de que havia um local destinado a eles: as reservas demarcadas pelo SPI. Atrelado a isso, a instalação de fazendas e sítios contribuiu para a derrubada das matas (em larga escala) para fins agropastoris, contribuindo para que ocorresse a diáspora ou sarambi (dispersão). (PEDRO, 2020, p. 22)

Este contexto da chegada dos colonizadores, cada vez mais acentuada, alterou significativamente o modo de viver Kaiowá e a maioria dos indígenas se viu na impossibilidade de continuar em seu território, devido à tortura de suas mulheres, que sofriam muito e eram violentadas pelos colonizadores: “Não podiam mais ir no rio, pois se os peões (colonos) as encontrassem, não respeitavam suas vidas e seus esposos. Passou a ser uma vida muito cruel naquele momento: ou deixava suas esposas serem violentadas e abusadas, ou o esposo, junto com a mulher, eram assassinados pelos fazendeiros e colonos” (Arsênio da Silva, 23/02/2020).

O fazendeiro era aquele que chegava se apossando de uma vasta área de terras, com o interesse de explorar os recursos naturais, realizar plantações para vender e lucrar.

Outro entrevistado foi o senhor Feliciano Mendonça, que nasceu na aldeia *Takuaty*, no Paraguai. Hoje com aproximadamente 70 anos, Feliciano conta que, em 1962, sua família chegou no *Pysyry*, quando ele ainda era criança. Mas seus pais resolveram migrar para o Brasil e se aconchegaram no Campestre, mudando, na sequência, para a aldeia *Pirakua*. Ele afirma que, naquele tempo, a educação tradicional dos Kaiowa era muito diferente de hoje. Antigamente, segundo Feliciano, a educação era muito respeitada, isso procegue durante a trajetória de vida dele no Brasil, pois seus pais eram rezadores, repassando a ele os seus ensinamentos, e continua hoje com o legado que seus pais deixaram.

Feliciano falou sobre como funcionava a lei dos Kaiowa, que nunca ninguém desrespeitou, porque era uma lei própria, que estabelecia a sua forma de vida, como o canto, a



reza, a maneira de ensinar para cada criança, jovem e adolescente. Eles acreditavam muito nos anciões e aprendiam temas nas áreas da saúde, educação, agricultura familiar, caça e pesca.

Na saúde, continua o senhor Feliciano, antigamente as mulheres tomavam remédios, que se encontravam no mato ou no brejo, para não terem filhos cedo, ou para tratar de alguma infecção, porque naquele tempo não existia hospital para os Kaiowa, e não conheciam remédios dos `brancos`. A educação dos filhos, embora não fossem alfabetizados no modelo do colonizador, estava sempre presente no dia a dia das famílias indígenas. Os filhos aprendiam de tudo com seus pais, que ensinavam, na prática, como caçar, o que tem que fazer para ser um bom caçador, como fazer as plantações de forma correta, além dos ensinamentos da reza e de outras tradições Kaiowá. Ou seja, eles aprendiam tudo o que precisavam para viver bem e felizes.

A memória dos mais velhos associa o território com o modo de vida Kaiowa. Como exemplo, o senhor Salvador Reinosso detalhou com precisão onde fica a nascente do rio Estrelinha, afirmando que se encontra bem perto da cidade de Antônio João, no Mato Grosso do Sul. Ele citou inúmeros *tekoha* tradicionais, onde as famílias Kaiowa se encontravam, mostrando conhecer o grande território pertencente aos indígenas, que era toda a região dos rios Estrelão e Apa. Reinosso comentou sobre o local conhecido como *Kokue'i*, onde a família do senhor Miguel Silva sempre morou, nunca foram para outro lugar, sempre permaneceram firmes naquela localidade, mesmo com a chegada dos fazendeiros durante o século passado. Os pais do Miguel Silva começaram a trabalhar para os colonos que iniciaram a construir suas propriedades naquela época. *Kokue'i* fica próximo à nascente do rio Apa.

Achei muito interessante o que Wagner, Kaiowa com 40 anos de idade, genro do senhor Feliciano, disse sobre a região da Água Amarela. Ele relatou que sua família sempre morou naquela localidade e sempre trabalhou para os fazendeiros. Segundo ele, nunca ninguém se importou com eles, tinham espaço livre. Trata-se da família de Cândido Chamorro, cujo pai era o seu Nercio Nunes, amigo da família de Wagner. O relato de Wagner afirma que cresceram todos naquela localidade e que membros de algumas famílias também foram enterrados ali. Mas, com o passar dos anos, acabou o trabalho, não tinha mais serviço e ficaram sem casa e sem local para morar. Tiveram que se deslocar para perto do município de Jardim, nos chamados “acampamentos de corredor”, que ficam às margens das rodovias, entre os acostamentos e as cercas das fazendas. Isso acabou acontecendo com muitas famílias Kaiowa, que, na atualidade, tiveram que se sujeitar a viver nesses locais, em condições precárias, nas beiras de estradas.

Sobre essa forma de moradia dos Kaiowa (corredor), o senhor Salvador Arsênio comenta sobre o motivo de as famílias indígenas se deslocarem para viver nesses acampamentos, porque eles corriam dos colonizadores, de suas ameaças e violências, ou seja, terminado o serviço prestado nas fazendas, os Kaiowa não tinham para onde ir. Isso acontece até a atualidade, porque os indígenas não querem ficar distante dos seus entes queridos e não vão morar nas aldeias.

Depois da chegada dos europeus, os colonizadores e o Estado vêm se apossando dos territórios tradicionais. O SPI - Serviço de Proteção aos Índios - foi criado em 1909 e, a partir daí, os índios eram levados para as reservas indígenas, criadas pelo próprio órgão governamental. Depois da década de 1970, os povos indígenas empreendem ações para recuperar seus territórios tradicionais, que um dia foi lhes foram tirados, e até hoje estão lutando e sofrendo violência, massacres e assassinatos. O fato é que temos uma Constituição que garante os direitos dos povos indígenas, mas não são cumpridos.

Dessa forma, o que se vê hoje, a precariedade das famílias indígenas em condições de vulnerabilidade, é consequência de um processo histórico que se iniciou em meados do século XX, com a expulsão dos Kaiowa da região ou sua utilização enquanto mão de obra nas fazendas em constituição. Após o uso como mão de obra, muitos indígenas foram abandonados pelos fazendeiros e, sem lugar para viverem, se sujeitaram aos “acampamentos de corredor”. Buscam reconquistar seus espaços, pois sabem da história dos seus antepassados, mesmo enfrentando enormes dificuldades.

Chamorro e Combès (2015, p. 831) apresentam o relato de um indígena que nasceu em 1930, chamado Tito Vilhalva. Ele afirma que, naquele período, não tinha divisa de terras, eram livres, ninguém dizia que era dono e eram unidos, plantavam e colhiam juntos a sua produção. Essas afirmações não se distanciam das falas dos outros anciões, quando relatam o que viveram, como nas entrevistas com os senhores Salvador, Arsênio e Feliciano.

São histórias que se repetem, como a contada por dona Ramona Vargas, já citada nesta pesquisa, moradora na TI *Pirakua*. Ela diz que nasceu naquele lugar e começou a trabalhar para o senhor Líbero Monteiro, que chegou na região por volta dos anos 1940. O pai de Ramona, seu João Tuai, começou a trabalhar para esse fazendeiro. Segundo ela, seu pai deu duas cerâmicas cheias de ouro para esse homem branco, a troco de moradia, para ele não expulsar as famílias indígenas que permaneceram no *tekoha*. Depois de muitos anos, outras famílias, que moravam nas proximidades e que tiveram o território invadido e apossado pelos

colonos, acabaram se deslocando para as margens do rio Apa, iniciando a luta pela demarcação do território Kaiowa do *Pirakua*.

Outro entrevistado foi o senhor Leonardo Ramos da Silva, com 92 anos de idade. Ele informou que sua mãe se chamava Anastácia Silva. Atualmente ele mora no Cedro, local da retomada de 2015, que, segundo ele, era onde viviam

seus pais. Ele afirma que, por volta da década de 1940, a família de colonos do senhor Pio Silva veio de Minas Gerais. A família era composta pelo Pio, sua esposa Maria e três filhos, sendo dois meninos e uma menina (Dácio Queiroz Silva, Piozinho Queiroz Silva e Selma Queiroz Silva), todos muito pequenos quando chegaram na região do rio Estrelão. O senhor Leonardo conta que, desde a Forquilha até o entorno do Morro Sombrero, moravam os Kaiowa, que se tratava de uma região muito grande e que nossos parentes moravam na região do rio Apa, habitada por muitas famílias indígenas.

Ele também disse que a terra não era dos brancos, que a terra era nossa, porque nós morávamos nela, e nunca nenhum governo se preocupou com os indígenas naquele tempo, até a chegada dos colonizadores. A partir da sua chegada, o senhor Pio disse para os indígenas: “comprei essa terra, agora vocês têm que sair deste lugar, porque eu comprei”. O colono passou a obrigar os Kaiowa a saírem da localidade. Muitas famílias indígenas acabaram se deslocando para o Paraguai, na região conhecida como *Pysyry*, onde foi se constituindo uma aldeia, desde aquele momento. Não existia o *Tekoha Pysyry* no Paraguai, mas com os deslocamentos dos nossos parentes, fugindo dos fazendeiros, se ajuntando naquela localidade, formaram um novo *tekoha* Kaiowa.

O senhor Leonardo afirmou que os fazendeiros foram atrás dos Kaiowá até o *Pysyry*, mas a família de Dom Quetito disse a eles que ali já era Paraguai. Mesmo assim, os fazendeiros, achando que conquistariam mais um pedaço de terra, viviam plantando semente de capim coloniã, para formar pasto para a criação de gado. Também criavam porcos que se mantinham da nossa lavoura. Os fazendeiros foram derrubando mato, desmatando e vendendo a madeira da região.

O senhor Leonardo afirma que a terra *Pysyry* foi doada pela dona Derlys, conforme já demonstrado nessa pesquisa. Segundo ele, “ali praticamos nossa reza durante quinze dias e conseguimos conquistar o território para morarmos. Não tinha ninguém quando chegamos no Paraguai. Era apenas a minha família e a do senhor Taliba”. Ele ainda completou, durante a entrevista: “Achei um potrero bom, um lugar bom para morar. E para lá fomos junto com as nossas famílias”. Leonardo conta que era bem jovem naquele tempo e que não tinha ninguém

naquela região do Paraguai. Eles levaram os seus bichos de estimação e não tinham nada para comer, porque deixaram suas lavouras do lado brasileiro. Então, viviam caçando para o sustento das famílias.

Ainda sobre a chegada de Pio Silva, Leonardo afirmou que ele não veio sozinho, mas com irmãos e outros colonos que trabalhavam para ele. A região era de mata, e o Pio chegou e se apossou de tudo, inclusive com violência, porque os indígenas não queriam deixar seu *tekoha*: seis Kaiowa foram assassinados, mas não se sabe concretamente quem foi o autor do crime. Ele afirma que o Kaiowa Orico morreu a tiros, junto com sua esposa e mais quatro índios, mas não recordou os nomes. Depois foram amarrados e jogados no rio. No Bananal também foi achado outro corpo. A região, que era toda coberta de mata, foi devastada pela família de Pio, que ficou com toda a madeira, lucrou com as vendas e se apossou de uma vasta área de terras.

Com seus irmãos e capangas, Pio matou nossos *pãĩ* (parentes), para amedrontar as famílias indígenas e expulsá-las dos seus tradicionais territórios. Em cada canto onde havia moradias indígenas, os colonos os ameaçavam e os expulsavam. Muitas vezes, a maneira de se manifestar era por meio do silêncio e da fuga, por não ter condições de lutar com suas próprias forças; assim, a alternativa, em muitos momentos, era se deslocar para outro território.

Leonardo também citou que um tio do Pio, o senhor José Coronel Manoel Mirto, também matou indígena na localidade conhecida como Soberana: assassinou dentro de um paiol de milho e logo após foi pego no seu avião, em Campo Grande. Ele já tinha, inclusive, uma pista de pouso na fazenda apossada por ele. Leonardo afirmou que não soube mais nada sobre esse fazendeiro, tio do Pio.

Naquela época não havia estradas. Os colonos abriam os chamados picadões, com facão e outras ferramentas. Os Kaiowa chamavam de “carretera”: um carro mineiro, trazido pelos fazendeiros, era utilizado para o transporte de madeira, arroz, assim como para transportar as sementes de capim para a formação de pastos para o gado. Enquanto isso, os Kaiowa iam sendo expulsos dos seus territórios tradicionais, já que os fazendeiros chegavam tomando suas terras e suas lavouras. O senhor Leonardo, no momento da entrevista, fez uma reflexão importante: “Quando na atualidade se fala que somos índios do Paraguai, que moram no *Pysyry*, na verdade são as famílias Kaiowa, expulsas da região dos rios Apa e Estrelão, como a do senhor Nelson e do senhor Manoel Vonito”. Vonito era capitão na aldeia

*Marangatu* e comandava as grandes famílias indígenas que moravam na região, até a chegada dos fazendeiros e a expulsão dos Kaiowá.

Leonardo conta que a ação de fuga provocou a separação das famílias indígenas. Dessa forma, o senhor Manoel e sua esposa correram para a Forquilha, onde ele foi assassinado pelo fazendeiro, dentro do paiol de milho, porque não queria dar o ouro ao assassino. Depois de muitas ameaças, o capitão Manoel, chamado pelos indígenas de *Ava Tuja Severo*, entregou o ouro, mas, mesmo assim, a fazendeiro tirou a vida dele.

Na visão do indígena Leonardo, os fazendeiros, quando chegaram, não tinham nada, mas alegavam que haviam adquirido as terras do Estado. Assim, os indígenas não sabiam a quem recorrer, para quem reclamar, a não ser correr para um lugar seguro. Os colonos derrubaram as matas, muita madeira de lei (peroba, aroeira, ype, castelo), ficando ricos com essa atividade. Leonardo afirma que os filhos do senhor Pio sabem e lembram como chegaram aqui. O próprio Piozinho comenta que conhece bem essa história, segundo a entrevista com o meu interlocutor.

Este entrevistado ainda diz que quem ficou na região foi o Kaiowa Alziro, com sua família, sobretudo seus filhos, que ainda eram pequenos. Os filhos mais velhos também se deslocaram para o Paraguai, como Dom Quetito, com sua esposa e filhos. Dom Quetito morou bastante tempo no Paraguai, mas, com o passar do tempo, os indígenas começaram a se aproximar novamente do lado brasileiro, à procura de *changa*, ou seja, à procura de trabalho, como diárias nas fazendas. Então, o senhor Pio começou a juntar famílias indígenas, assim como de não índios, para trabalhar em suas fazendas. Além disso, muitos indígenas também percorriam a região de forma escondida, para visitar outros parentes que ficaram em seus *tekoha* originários.

Dessa forma, a estratégia do fazendeiro Pio era afirmar que a terra era sua, adquirida junto ao Estado, pegando os homens para trabalhar, formando pasto, acabando com toda a mata, vendendo e lucrando com a madeira, além de construir as cercas e estruturar sua fazenda, que era muito extensa, desde a Forquilha, descendo pela região do rio Apa. Leonardo contou que trabalhou bastante tempo com Pio Silva, mas sua família sempre permaneceu no *Pysyry*. Como forma de pagamento, o senhor Pio dava comida e nada mais.

Leonardo afirma que tem dialogado com Piozinho sobre o processo de demarcação de *Marangatu* e ao ser perguntado sobre a situação da terra, o fazendeiro sempre alega que só está esperando o pagamento do governo. A mulher de Piozinho, a senhora Roseli (conhecida advogada anti-indígena), nem conhecia esse lugar. Hoje ela fala tanto que a terra é dela, mas

ela não tem parentes enterrados ali. Já os Kaiowa têm muitos cemitérios em toda esta região. Pio Silva mantinha sua família e seu pessoal com a caça e quem caçava para ele eram os indígenas. Depois que conseguiu prosperar economicamente com a venda das madeiras, passou a comprar bastante mercadoria, diferentes itens de alimentação, etc. “A verdade é que nossos irmãos indígenas ajudaram a família do senhor Pio, com a alimentação pela caça e pesca. Assim ele foi progredindo e formando sua extensa fazenda”, afirma Leonardo.

O entrevistado disse que a família de Pio afirma que eles não são indígenas do Paraguai e que nasceram no Brasil. Reconhece que, por causa deles, os Kaiowa se deslocaram para o lado paraguaio. “Com o passar dos anos, um a um, viemos retornando para o Campestre. Em nossa história de vida, o sofrimento foi muito grande”, disse Leonardo. Depois de tanto tempo de sofrimento, começaram a luta pela retomada de suas terras e finaliza dizendo que, após viver tantos anos no Paraguai, agora vive no *Tekoha Marangatu* (Morro Sagrado), onde nasceu e viveu a sua infância.

Outro entrevistado foi o senhor Loretito Vilhalva, filho mais velho de Dom Quetito. Ele lembrou do tempo em que vivia tranquilamente no seu *tekoha* com seus pais e mais um irmão que já era nascido (o Dilico). Loretito lembra quando os colonizadores adentraram na terra tradicional, expulsando os Kaiowa, fazendo-os correr pelo mato e atravessar para o Paraguai. Segundo ele, naquele tempo, o seu avô Alziro não queria deixar a região, ou seja, insistiu em permanecer no seu *tekoha* de origem. Com suas estratégias, Alziro conseguiu um pedaço de terra, junto ao seu compadre Dr. Neri Azambuja, para morar com seus familiares (Alziro tinha muitos filhos e netos).

Naquele momento, o senhor Pio já estava utilizando mão de obra indígena para trabalhar em sua fazenda. Loretito conta que seu pai, Dom Quetito, chegou e arrumou serviço. Nesse tempo, seu avô Alziro já estava construindo sua casa no Campestre, que, entre os Kaiowa, era conhecido como *Guapoyty* (pé de figueira). Dessa forma, a família de Dom Quetito também retornou para o Campestre, onde construíram uma casa. Dom Quetito parou de trabalhar para o senhor Pio e passou a prestar serviços para outros colonizadores que estavam construindo suas fazendas na região, como na localidade denominada Soberana, onde havia um grande *tekoha* que assim se chamava.

Loretito ainda afirma que seu pai trabalhava em troca de comida e que as principais atividades que ele fazia era roçar o mato e plantar a semente de capim colônio e de braquiária para a formação dos pastos e criação do gado. No decorrer da entrevista, Loretito informou que seu pai se apaixonou por outra mulher e abandonou sua mãe (dona Quitéria),

que estava esperando outro filho, grávida de oito meses. Loretito conta que foi bem difícil, com muito sofrimento, porque sua mãe não tinha condições de trabalhar e ficaram no Campestre, aos cuidados do avô Alziro. Este, por ser compadre do Dr. Neri, estreitou as relações com o quartel de Bela Vista, que o ajudava com roupas, ferramentas, inclusive arma de fogo. Assim, surgiu o incentivo para que Alziro fosse o capitão no Campestre, embora ainda não tivesse a presença de muitas famílias indígenas.

O senhor Loretito conta que as mulheres indígenas sofriam muito com violência sexual. Segundo ele, as mulheres iam na fazenda do Pio, que se chamava Fronteira, e lá sofriam todo tipo de abuso. Depois que os filhos de Pio foram crescendo, ele dividiu suas terras para eles. Era uma fazenda muito grande.

O outro avô de Loretito, Manoel Vonito, pai de sua mãe dona Quiteria, da tia Cecília e do tio Mauricio, dizia que, assim que cresceu um pouco, começou a ter noção da situação que estava acontecendo, da ação dos fazendeiros se apossando das terras indígenas, construindo suas propriedades, ou seja, tomando o território indígena. Loretito afirma que seus pais foram expulsos, mas que seu avô Alziro permaneceu no *tekoha*. Segundo ele, os indígenas brigavam também com seu avô Alziro, que chegou a levar uma facada na barriga e não tinha como ir ao hospital, e não havia profissionais da saúde, mas se curou com remédio do mato e também com a reza - “somente assim para se curar”, disse Loretito. Também contou que, quando a mulher ia ganhar o filho, o parto era em casa, com ajuda da reza e da parteira.

A estratégia do avô Alziro Vilhalva fica evidente nas informações cedidas por Loretito. Alziro dizia para os indígenas se esparramarem e sua família também. A alguns ele falava para ir ao Campestre (não era o Campestre atual), denominado *Y Akã Guasu* (cabeça do rio); a outros ele pedia para se deslocar ao Paraguai; tudo com a finalidade de se dispersarem, para proteger suas vidas. Loretito afirmou que tinha uns 4 a 5 anos, mas se recorda muito bem das conversas e orientações do seu avô Alziro, de cada passo que foi dado, de cada deslocamento realizado.

Loretito disse que tinha bastante guavira (uma árvore muito alta que se encontra no mato - não é guavira do campo) e também tinha pinha, um abacaxi que, segundo ele, não era plantado, mas do mato mesmo. Naquela região havia um caminho para atravessar para o lado do Paraguai e que ficava perto do *Tekoha* Bananal e que, na margem do rio Estrelão, havia um grande paredão de rocha, que continha riqueza, como diamantes, algo desconhecido pelos indígenas na época. Ele contou que os fazendeiros chegaram atribuindo nomes às localidades,

como Barra, Cedro, Areia, Amambai; e que, mais adiante, trocaram os nomes para Fazenda Fronteira, Fazenda Cedro e Fazenda Barra.

Loretito afirmou que, em determinado momento, seu avô Alziro ficou sabendo da compra, pelos fazendeiros, das terras ocupadas pela sua família. Ele lembra, “como se fosse hoje, como um sonho”, em que vieram muitos soldados solicitando para o avô se retirar, porque os fazendeiros tinham comprado aquela área, e que o fazendeiro Dr. Neri havia “doado” uma área de 12 hectares de terra para o avô Alziro morar com sua família. Loretito mostra indignação, pois tudo estava planejado pelos fazendeiros e representantes do Estado, inclusive com apoio da força militar, o que já havia resultado na morte de muitos indígenas Kaiowa e tantos outros que haviam se deslocado para diferentes regiões. Comparando com os dias de hoje, isso mostra que as estratégias dos fazendeiros daquela época permanecem acontecendo até hoje: invasão e posse das terras indígenas, violência, abuso, expulsão dos verdadeiros donos da terra, sempre com apoio do Estado.

A aliança com Dr. Neri revela, novamente, as estratégias do senhor Alziro, de se aproximar do fazendeiro, estabelecendo uma relação de compadrio e estreitando relações com o quartel de Bela Vista. Loretito conta que os soldados vieram para “ajudar” seu avô Alziro, com ferramentas, roupas, alimentação, para que Alziro aceitasse os 12 hectares de terras e saísse daquela localidade (ele afirma que, na verdade, no final foram apenas 7 hectares).

Dessa forma, a permanência do senhor Alziro e suas estratégias de negociação com os não indígenas possibilitaram a conquista de uma pequena porção de terras, onde ele construiu sua casa, proporcionando o retorno dos seus familiares e de outras famílias indígenas que tinham se deslocado para o Paraguai. O Campestre ainda não tinha estrada, apenas algumas picadas, quando Loretito voltou a morar junto com seu avô Alziro.

Os fazendeiros, cada vez mais se apossando das terras, trouxeram um carro que se chamava caminhão de tora. Alguns indígenas passaram a operar essa ferramenta, trabalhando para os fazendeiros, na produção de postes, machados, cunhas e marretas.

Havia outras famílias indígenas que ainda procuravam se isolar no restante de mata. O senhor Alziro sempre passava a informação para as famílias indígenas da localidade e tinha conhecimento de alguns indígenas que ainda viviam no mato, escondidos, mas cada vez mais ameaçados pelos fazendeiros, que soltavam os porcos nas pequenas lavouras indígenas. Assim, essas famílias indígenas ficavam cada vez mais apertadas nas margens do rio Apa. Loretito disse que os fazendeiros pareciam combinar suas ações para expulsar os indígenas dos seus *tekoha* e não deixar constituir aldeia na região do Apa. A tentativa era expulsar os



indígenas de toda região, que já não tinham para onde ir, a não ser nas Reservas criadas pelo SPI, como em Dourados ou Caarapó.

Loretito ainda narrou como o fazendeiro Laminho Correia matou Nelso Benites, porque não quis lhe dar o ouro que tinha achado. Este foi o motivo de levar um tiro no paiol de milho, mas não há registro para provar, pois ele não chegou a presenciar o fato, só narrou de acordo com o que o avô dizia. O senhor Alziro contou esta história para a família, dizendo que, após o assassinato, Laminha Correia vendeu as terras para Nenê Melaninho. Loretito também disse que seu avô Alziro comentava da presença de um senhor que se chamava Líbero Barbosa, vendedor, que tinha um mercado, mas também se apossou de terras na região e depois acabou vendendo-as para Nenê Melaninho. Este fazendeiro e Pio Silva acabaram se tornando os maiores fazendeiros da região, dividindo o território pertencente aos Kaiowa.

Este entrevistado contou que tinha um tio chamado Geraldo Vilhalva Barbosa, que desapareceu e nunca ficaram sabendo o que aconteceu. Ele saiu um dia, dizendo que ia procurar trabalho e, até hoje, não se tem notícia do seu paradeiro ou se foi assassinado. Loretito afirma que os fazendeiros naquele tempo eram muito agressivos, tinham jagunços espalhados para cuidar das suas terras. No momento em que Geraldo desapareceu, o senhor Alziro decidiu mudar-se para o Campestre, onde recebeu como “doação” os 12 hectares (na verdade, 7 hectares).

Segundo Loretito, os não indígenas, que se apossavam das terras, diziam que tinham comprado, mas ele acredita que era mentira: era uma tentativa de enganar os indígenas, para que saíssem do local e se mudassem pra o pequeno espaço cedido no Campestre. O entrevistado afirmou que seu povo sofreu muita perseguição. Ele disse lembrar quando sua família morou no Paraguai e que o fazendeiro Pio foi plantando semente de braquiária até chegar em sua residência. “Meu pai lhe informou que ali já era Paraguai e, como ele era guloso com a terra, fomos para o atual Campestre, e lá ficamos. Por sorte não exterminaram nós, porque eram muito bravos e deixaram nós no meio da pedreira”, disse Loretito.

O espaço, no Campestre, foi concedido de forma definitiva para o senhor Alziro. Loretito conta que seu avô, seu pai e seus tios ajudaram na construção das casas. Não tinha água, era necessário carregar do rio, mas tinha muitos brejos que dificultavam o transporte, até que um dia cavaram um poço. Ele lembrou das tias, de quando eram todas jovens, mas que sofriam com a violência sexual dos não indígenas (jagunços, peões, donos da fazenda), que se aproveitavam delas, abusavam e não tinham a quem reclamar dos acontecimentos.

Após a construção das casas no Campestre, os indígenas passaram a procurar serviço nas fazendas vizinhas, porque viver de caça, pesca e coleta era algo impossível, em virtude da devastação das matas. Os não indígenas buscavam nos enquadrar no modelo de vida deles, mas sabíamos como enfrentar os novos desafios sem perder nossa identidade.

Com o passar dos anos, alguns não indígenas apareceram no Campestre e foram se instalando no local, não exatamente nos 12 hectares (7 hectares) doados para os indígenas, mas ao seu redor, no entorno. O pai de Loretito começou a trabalhar para Nenê Laminho, onde hoje fica a Fazenda Primavera. As crianças ficavam contentes por seus pais trabalharem nas fazendas, pois assim teriam o que comer, já que as lavouras indígenas viviam sendo devastadas pelos porcos dos fazendeiros. Por um período, a família de Loretito morou em uma fazenda da região. A casa no Campestre ficou sob os cuidados do avô Alziro. A citada fazenda tinha uma casa feita de tábuas e lá ficava a família de Loretito, enquanto seu pai trabalhava.

Ele também demonstrou conhecimento sobre a região, lembrando os nomes indígenas da localidade e as famílias que moravam em cada território. Primeiramente relatou que, na cabeceira do rio Apa, morava a família do senhor Baxinho e também a família do senhor Artivo Barbosa. No Chorro morava a família de Severico Ortega. No Morro Grande morava a família do senhor Domingo Gomes. Tinha outra localidade, conhecida como Suvirando, onde morava a família do senhor Araújo Gomes. Outra região era denominada de *Bakaiowa*, onde morava a família Gentil. Havia ainda uma família indígena que morava na região de *Kokue'i*.

São narrativas que comprovam a existência de muitos *tekoha* e muitas famílias presentes na região dos rios Estrelão e Apa, conforme já apresentado no primeiro capítulo. Em virtude da chegada dos fazendeiros e de sua estratégia já citada – afirmando que haviam comprado aquelas terras – os indígenas foram se alojando em espaços cada vez menores, nas margens do rio Apa. Com o passar do tempo, o fazendeiro Pio adquiriu um trator e começou a promover o desmatamento em sua fazenda, devastando a natureza, para a exploração comercial da madeira e liberação da área para o plantio de pasto e criação de gado.

Os primeiros a chegar e morar no Campestre foram a família do senhor Alziro, não havia não indígenas e apenas alguns fazendeiros tinham passado pelo local. Não havia uma estrada no Campestre, apenas uma picada, não havia um pé de manga, que foram plantados posteriormente pelos moradores. Depois da doação da área do Campestre, algumas famílias não indígenas foram chegando, como a da senhora Mercedes, a de dona Cuxita, do Rômulo,

de Abrão e de Emílio. Loretito afirma que não sabe de onde vieram estas pessoas. Ele destaca os membros da sua família, como o avô Alziro, a avó Adriana, os tios por parte de mãe, o seu pai, seus tios Mauricio e Severiano, suas tias ainda jovens, enfim, uma família numerosa, que ainda contava com familiares que moravam no Paraguai. Os não indígenas que passaram a morar no Campestre “se viravam”: abriam um bar, mercadinho, e assim iam sobrevivendo. Os indígenas do Campestre não tinham como fazer plantações, porque o espaço era muito pequeno. Vale repetir que os indígenas não chamavam a localidade de Campestre, mas de *Guapoy Rapo* (pé de figueira).

Aumentou significativamente o número de não índios no Campestre, e acabou virando uma vila. Quando isso aconteceu, Pio Silva registrou no cartório suas propriedades, com medo de outros entrarem para invadir suas terras, já que, assim como ele fez, outros também poderiam fazer, inclusive os indígenas. O fazendeiro Pio contratou empreiteiros (Paulo Dia, Irineu, Negro Amambai, Arino) para auxiliar na construção de benfeitorias em suas propriedades.

Nesse tempo, depois que os não indígenas se apossaram de grande parte das terras do Campestre, veio um *karai* dizendo que era policial federal. O senhor Alziro mal falava Português, mas tentou explicar o que tinha acontecido, que os 7 hectares já haviam sido extrapolados, porque muitos indígenas começaram a se mudar para o Campestre, quando souberam que o senhor Alziro estava ali. Muitos parentes que haviam se deslocado para outras aldeias, mesmo no Paraguai, começaram a retornar, morando praticamente em cima do outro. O policial federal ficou ciente da situação e disse para o senhor Alziro que era necessário lutar pelo direito indígena de reaver suas terras.

Loretito informa que seu avô Alziro não entendia muito bem a língua portuguesa, por isso a dificuldade de dialogar com aquele policial. Mas era Alziro o grande responsável pelos indígenas do Campestre.

Quem comandava a comunidade no Campestre era meu avô, era velho, muito rígido, porque quem ensinou ele a lidar foi um coronel de Bela Vista. Nós ia de carona em Bela Vista, às vezes a pé mesmo. Mas depois começou a chegar pessoas que não conhecia, dizia para nós lutar pelo nosso direito, chegou Marçal de Souza. E nisso eu cresci, já era jovem, responsável, já casei, começamos ajudar Pirakua que era as grandes famílias que moravam na região do Apa, tiveram diálogo e fomos dar força para eles. Naquele tempo, a demarcação era mais fácil de demarcar terra, [mesmo assim] a luta não foi fácil, lá ninguém perdeu a vida, mas os fazendeiros que se apossaram [daquela terra] não desconfiavam que tinha bastante indígena. Quem abriu nossos olhos foi o Marçal de Souza, de lutar pelo nosso direito, lutamos um ano pela aldeia Pirakua. (LORETITO Vilhalva, 23/11/2021)

Loretito finalizou sua entrevista afirmando que lembra quando o município de Antonio João se chamava Colônia Penzo. Ele disse que muitas famílias retornaram para o Campestre depois da doação dos 12 hectares, assim como tantas outras tinham retornado antes mesmo dessa doação. Para os fazendeiros, a situação foi melhorando muito, porque enriqueceram com a venda da madeira. Mas, para os Kaiowa, a vida foi de muito sofrimento, sempre ameaçados para se retirarem de seus tradicionais *tekoha*, sendo expulsos muitas vezes.

Mas nós, os Kaiowa de *Nhanderu Marangatu*, estamos vivos para poder contar essa história, apresentar essa narrativa com o lado e o ponto de vista dos indígenas. Temos essa estratégia de nos aproximarmos, nos unirmos para reivindicar o que é nosso por direito. O próprio Loretito demonstra essa esperança ao enfatizar sua existência e a de sua família, a convivência com seu avô Alziro, seus pais e demais familiares, o crescimento da sua família com tantos filhos e netos, o que só faz a família Vilhalva aumentar, assim como todas as famílias Kaiowa. Com as estratégias do seu avô e do seu pai, o clima hostil de boa parte dos fazendeiros foi se amenizando, sobretudo após a demarcação da aldeia Pirakua. Ele afirmou, ainda, que alguns fazendeiros começaram a se aproximar dos indígenas, com doações de roupas e alimentos, mas que eles têm medo dos indígenas, pois sabem que os Kaiowa pretendem retomar os seus *tekohakue*, que vão muito além do Campestre e da aldeia *Pirakua*.

Resumidamente, esse segundo capítulo apresentou como era o modo de vida dos Kaiowa antes da chegada dos colonizadores, aproximadamente, em meados do século XX. Na segunda parte, o capítulo demonstrou o jogo de interesses entre fazendeiros e indígenas, especificando suas ações, exemplificando com detalhes algumas histórias de famílias Kaiowa, assim como de sujeitos não indígenas. Por um lado ficou clara a desarticulação do modo de vida Kaiowa, a grande maioria expulsa dos seus tradicionais territórios, com enriquecimento dos fazendeiros, em virtude da exploração dos recursos naturais e das terras; por outro lado, ficaram evidentes as estratégias políticas dos indígenas naquele contexto, os quais souberam fazer a leitura do que ocorria, à sua maneira, entrecruzando diferentes ações frente ao avanço da colonização: fugas e deslocamentos para outros territórios (Paraguai, reservas indígenas, outros *tekoha*), permanência em seu local de origem, com aproximação aos fazendeiros e, às vezes, enfrentamento aos colonos. São essas ações que garantiram a posse de uma pequena área no local e que, nas últimas décadas, permitiram o retorno de muitas famílias indígenas para organizar as retomadas e a demarcação das TI *Pirakua* e *Nhanderu Marangatu*. Isso será aprofundado no capítulo 3, ao retomar as genealogias e as histórias de famílias Kaiowa da região.

### CAPÍTULO 3

#### **GENEALOGIA, HISTÓRIAS DE VIDA DOS KAIOWA E SUAS RELAÇÕES DE PARENTELAS IMPACTADAS PELOS COLONOS**

Neste terceiro capítulo apresento a genealogia das famílias extensas da região dos rios Apa e Estrelão, que foram desarticuladas pelo avanço dos colonizadores, em todos seus *tekohakue*, conforme apresentado anteriormente. Recuperando o que já foi explicitado pelos entrevistados, com a chegada dos colonizadores, a forma de vida dos Kaiowa mudou radicalmente, mas muitos não se adequaram ao novo modo de vida, pois perderam totalmente a liberdade de viver. Os colonos usaram, como estratégia para expulsar os Kaiowa, a plantação de semente de braquiária, a criação de animais, como porcos, e a violência, ameaças e perseguições. Começaram a viver com medo e não podiam mais praticar seus costumes como antes, mas tiveram que lutar pela sua sobrevivência.

A articulação da resistência foi a parte mais importante para contar a história dos Kaiowa. Primeiro resistiram em forma de silêncio, não enfrentando os colonos, pois assim conseguiram se manter vivos no seu cotidiano de luta pela sobrevivência; depois, alguns foram para o Paraguai e outros migraram para as reservas indígenas, buscando a proteção. Não foi fácil. Arsênio e Salvador contam que enfrentaram doenças, como sarampo, catapora e tuberculose, mas conseguiram sobreviver para contar a sua própria história.

Durante o chamado ‘esparramo’ foram perdendo seus costumes tradicionais, pois não era mais possível praticá-los, já que muitos viviam fora de seus *tekoha* tradicionais e não tinham paz. A maioria dos Kaiowa se deslocou para outros locais, pois não tinha a quem recorrer. Mas essa ação não foi uniforme, pois alguns permanecerem no local, como o senhor Alziro e sua família, com os filhos, que conseguiram se manter dentro do grande território. Com o passar do tempo se reergueram com a coragem de retomar o que era deles, pois, ao contrário do que diz a sociedade não indígena, os Kaiowa não invadiram o que sempre foi deles, e sim foram invadidos pelos colonos. Com a retomada e a reocupação, depois, da terra demarcada, as parentelas conseguem se harmonizar, tentando recuperar alguns costumes que foram quase perdidos, como danças tradicionais, reza, caça e pesca.

Segundo Gileandro Barbosa Pedro (2020, p. 36), os Kaiowa tinham um vasto território em que se localizavam vários *tekoha*, ou seja, era um *tekohaguasu* (grande *tekoha*), denominado de *Ka’aguyrusu*. Dessa forma, como no *tekohaguasu* de

Panambi/Panambizinho/Rio Brilhante, os Kaiowa aqui relatados viviam num *tekohaguasu* que abrangia toda região dos rios Apa e Estrelão. Mas eles nunca foram vistos pelo governo do Estado, até que um dia, Marçal de Souza chegou ao Campestre e visitou a região do Apa, dialogando com as famílias Kaiowa encontradas à margem daquele rio, que se encorajaram para lutar pelo seu direito de viver onde viviam os seus antepassados. Então iniciaram a lutar pelo *Pirakua*, para depois lutar pelo *Nhanderu Marangatu*, mas foram interrompidos com o assassinato de Marçal, no Campestre, cujo relato consta no livro de Benedito Prézia (2006):

Marçal de Souza Tupã-i (1920- 1983)

Em 25 de novembro de 2008 fez 25 anos que Marçal Tupã-i, a voz do trovão, Guarani Nhandeva, foi assassinado, na aldeia Campestre, em Antônio João, no Mato Grosso do Sul. Cinco tiros à queima roupa lhe tiraram a vida, quando abriu a porta para atender uma voz insistente e suplicante que pedia medicamento para o pai doente. O atendente de saúde Marçal acreditou e cumpriu o destino que ele mesmo previra alguns anos antes: “Eu sou uma pessoa marcada para morrer. Mas por uma causa justa a gente morre!” Foi membro da comitiva que entregou uma carta ao Papa João Paulo II em Manaus, em 1980, e também representou a União das Nações Indígenas numa conferência da ONU, realizada em Boston em 1981. Sua atividade política motivou perseguição, prisões e ameaças de morte. Até hoje o processo sobre seu assassinato não foi encerrado. A arma do crime e o mandante foram identificados. O executor, foragido, foi absolvido. Houve recursos, a família de Marçal insistiu por muitos anos; mas essa é uma história sem fim. Dizia Marçal, há mais de 25 anos: “Nós índios, que vivemos aqui é que sentimos a injustiça, a pobreza, a perseguição, a fome, porque a área que ocupamos não oferece mais condições para nossa sobrevivência” (PREZIA, 2006, p. 28).

A seguir apresento um pouco da história de cada família Kaiowa com quem tive contato durante a pesquisa e de outras pessoas que foram citadas, as quais deixaram sua história importante para os Kaiowa desta região. Finalizo o capítulo com breves considerações sobre o Campestre, deixando aberto para novas possibilidades de pesquisa, no sentido de entender, de forma aprofundada, como se deram as ações dos Kaiowa, a partir da Vila Campestre, para iniciarem as retomadas e a luta pela demarcação de suas terras.

### 3.1 AS GENEALOGIAS DAS FAMÍLIAS KAIOWA E SUA HISTORICIDADE

Começo com a família de Severiano Fernandes Vilhalva. Ele nasceu no Bananal, um dos locais onde era um *tekohakue*, que hoje se encontra dentro da aldeia demarcada *Nhanderu Marangatu*. Após o seu crescimento, ele se mudou para o Paraguai, lá trabalhou e casou com sua primeira esposa chamada Reina. Meu entrevistado não soube dizer o sobrenome dela, mas

era natural do Paraguai. Tiveram um filho, chamado Julho Vilhalva, que hoje mora na aldeia Kokue'i. Esta pequena aldeia ainda não está demarcada, nem seu estudo foi iniciado, mas ali mora a família do senhor Miguel da Silva.

O segundo casamento do senhor Severiano foi com a dona Nely Gomes, que ainda é viva e mora na aldeia *Pirakua*. Tiveram dois filhos: Adelaide Franco Vilhalva e Lutiano Gomes Vilhalva, que nasceram no Campestre mesmo. Adelaide mora na aldeia Campestre, e foi casada com o senhor Joelson Nunes, nascido na aldeia *Pirakua*, e morreu assassinado. Os filhos de Adelaide são: Elenir, casada com um rapaz da aldeia Panambizinho, em Dourados, mora perto de sua mãe no Campestre; Jania, terminou o Ensino Médio e é mãe solteira de uma menina; Junior se casou e se mudou para a Reserva Indígena de Dourados, mas não me informaram o nome de sua esposa; Maison e Thayelly são ainda menores de idade e moram com a mãe, Adelaide.

Fotografia 16 - Senhor Severiano Fernandes Vilhalva

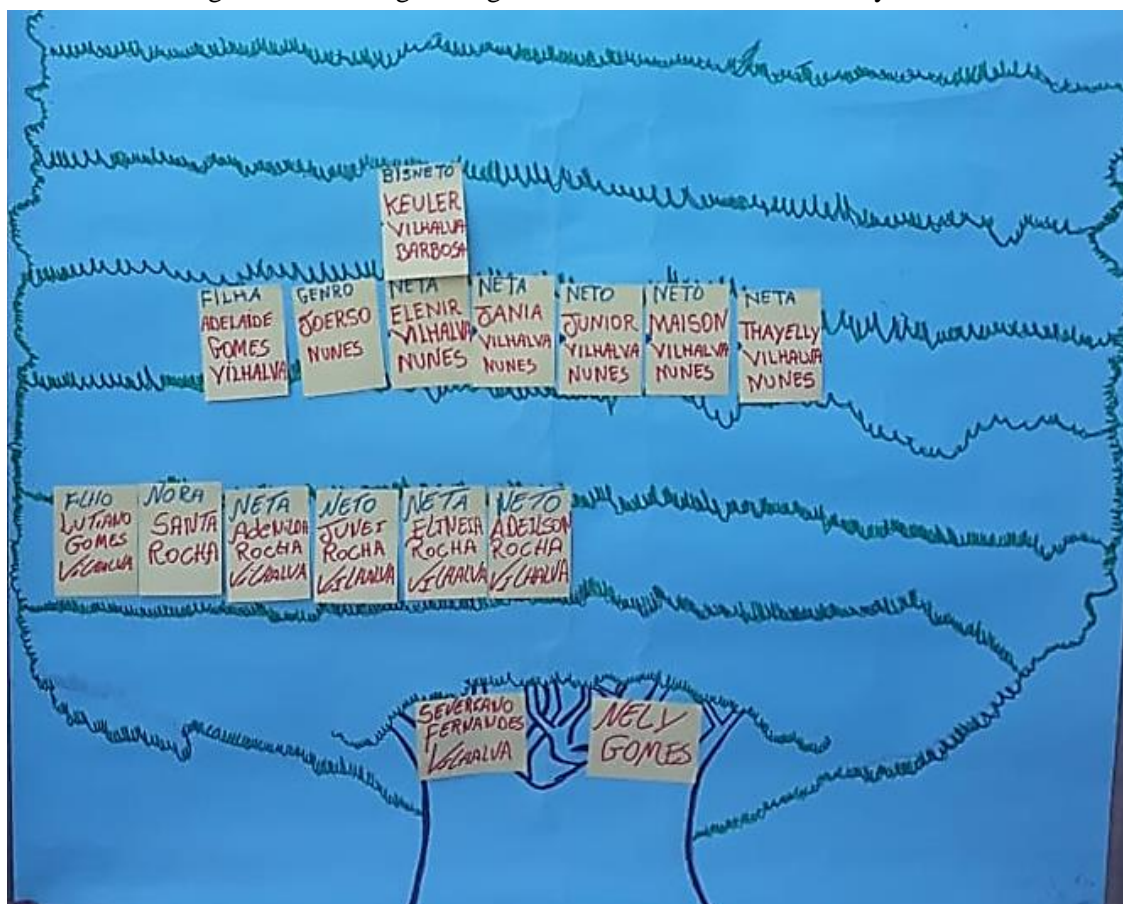


Fonte: Foto de Inaye Gomes Lopes em 11/02/2022

Lutiano Gomes Vilhalva nasceu no dia 01 de agosto de 1965, se casou com dona Santa Rocha, nascida no dia 27 de julho de 1977, na aldeia *Marangatu*, uma aldeia com esse nome, no Paraguai, ao lado de Coronel Sapucaia, perto de Capitan Bádo. Dona Santa contou que veio para o Brasil aos 15 anos de idade, para trabalhar com uma dona não indígena (não mencionou o nome); na fazenda ela encontrou Lutiano e se casaram. Dona Santa nunca mais retornou para sua aldeia no Paraguai, e hoje ela mora com seus filhos. Tiveram quatro filhos

que se criaram nas fazendas, depois construiu sua casa no Campestre. Atualmente os filhos também moram no Campestre: Adenilda Rocha Vilhalva, professora nas redes estadual e municipal de ensino, nas séries iniciais, no Fundamental II e no Ensino Médio; Junei Rocha Vilhalva, não completou Ensino Médio, solteiro e enfrenta uma grave doença; Elineia Rocha Vilhalva, estuda o terceiro ano do Ensino Médio e mora com a mãe; Adeilson Rocha Vilhalva, estuda no primeiro ano do Ensino Médio e também mora com a mãe. Dona Santa viveu 24 anos de casamento com o esposo Lutiano, que faleceu em 2016, depois de levar um tiro acidental na perna e não aguentou a cirurgia.

Imagem 2 - Árvore genealógica de Severiano Vilhalva e Nely Gomes



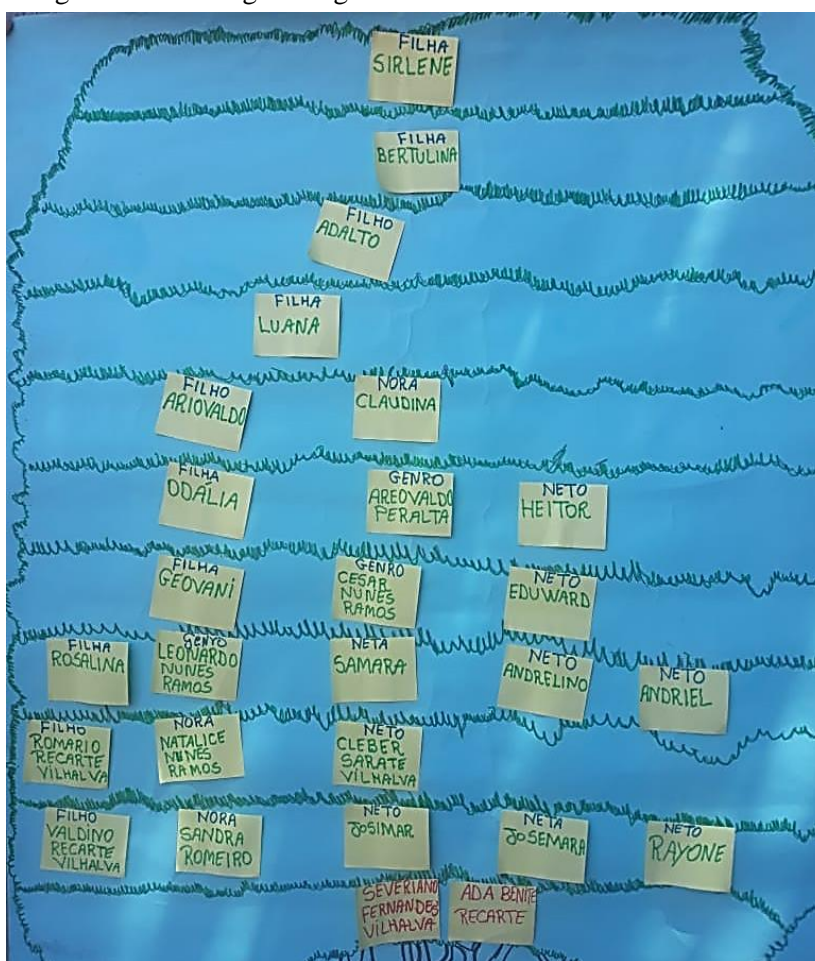
Autora: Inaye Gomes Lopes

O terceiro casamento do senhor Severiano foi com dona Ada Benites Recarte, natural de Limão Verde, com quem teve dez filhos: 1- Valdino Vilhalva Recarte, professor e casado com Sandra Fernandez Romero, com três filhos: Josemar Recarte Fernandez - seu primeiro filho, aos 9 anos de idade se afogou num açude e faleceu, Josemara Recarte Vilhalva e Raione Recarte Vilhalva; 2 - Romário, casado com Natália Nunes Ramos e mora na retomada Casa Branca, os quais são pastores de igreja; 3- Rosalina Vilhalva Recarte, casada com Leonardo



Nunes Ramos, têm duas filhas; 4- Geovani Vilhalva Recarte, casada com Cesar Nunes Ramos e têm dois filhos; 5- Odalia Vilhalva Recarte, casada com Ariovaldo Peralta e têm um filho; 6- Adalto Recarte Vilhalva, solteiro; 7- Jones Recarte Vilhalva, casado com Leni Fernandez. Estes irmãos moram na retomada Morro Alto, localizada dentro da demarcação de *Nhanderu Marangatu*. E mais três filhas: Luana, Bertulina e Sirlene, que se mudaram para a reserva Limão Verde, município de Amambai. Dona Ada se separou do senhor Severiano em 2010. Atualmente, Severiano mora com seus filhos no Morro Alto.

Imagem 3 - Árvore genealógica de Severiano Vilhalva e Ada Recarte



Autora: Inaye Gomes Lopes

Agora apresento a história da família do senhor Arsênio da Silva, cujos documentos falam que nasceu em 26 de fevereiro de 1950, em *Nhanderu Marangatu*, mas ele pode ter mais idade, pois, quando fez seus documentos, não sabia dizer o ano em que nasceu, então colocaram a idade baseada na aparência. Este senhor rodou muito. Quando cresceu um pouco, se mudou para o Paraguai, depois de moço retornou para trabalhar com o senhor Pio e se casou com a dona Isabel Canteiro, natural de *Nhanderu Marangatu*, perto do Morro Sagrado,

e estão juntos até hoje. Os dois ficaram migrando para dentro do Paraguai e voltando ao Brasil, mas nunca deixaram a *Nhanderu Marangatu*. Hoje eles vivem nesta aldeia, muito velhinhos.

Arsênio é um senhor forte ainda, mora no local chamado *Itakirai*, dentro da aldeia demarcada, e se localiza na divisa da aldeia *Nhanderu Marangatu*, com a terra do senhor Kaliu (fazenda Maktub); moram perto dele os filhos Vicente e Natalio. Seu Arsênio teve treze filhos: Natalio (casado com Ilda Romero, com quem tem dois filhos pequenos); Vicente (casado com Elza Gonçalves, cujos pais moram no *Pysry*); Celso; Catarina; Aparecida; Vergílio; Gervásio; Germano; Rufina (casada com Geraldo Fernandez e mora no Morro Alto, dentro da demarcação); Leonildo (casado com Sonia Barbosa); Leona; Felisberto; e Odemar. Os quatro filhos mais velhos moram no Paraguai, o resto mora no Brasil e alguns já são falecidos. Não consegui saber os nomes de todos os seus netos, pois o seu Arsênio não é muito próximo de alguns filhos e tem dificuldade de lembrar os nomes dos netos.

Fotografia 17 - Arsênio da Silva na residência de Inaye Gomes Lopes

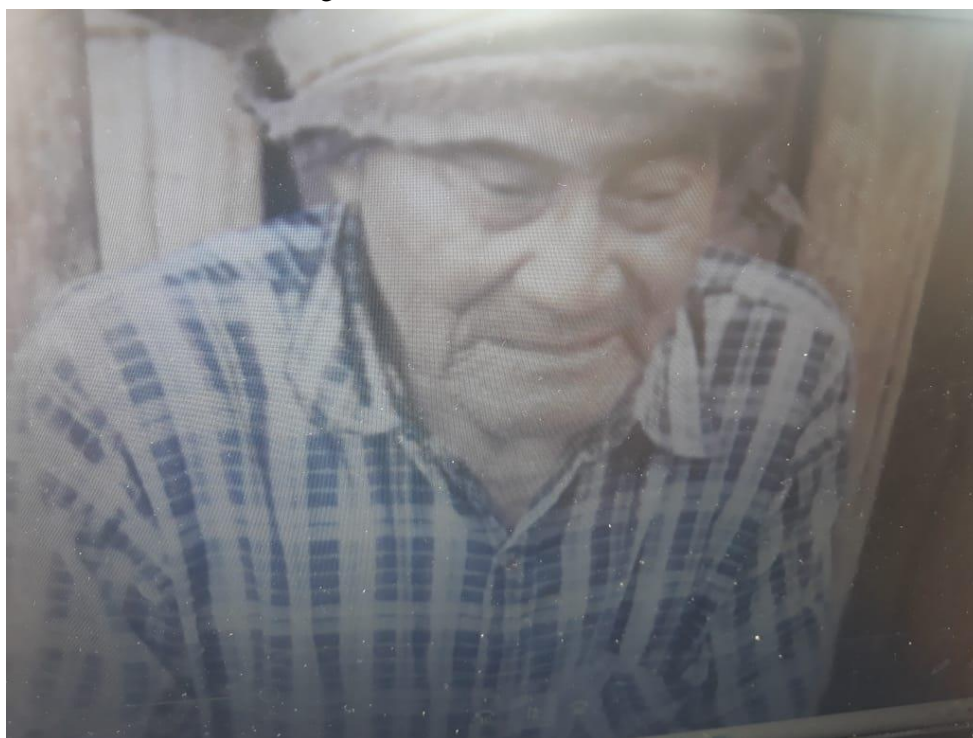


Fonte: Foto de Inaye Gomes Lopes, em 04/01/2022

Hoje o senhor Arsênio é aposentado e sua esposa também. Ele ainda sonha em ver *Nhanderu Marangatu* ser homologada oficialmente. Ele diz: “Apesar de não demarcarem 100% o grande *tekoha guasu*, ainda sonho que um dia será realizada” a demarcação do antigo local da casa dele e onde ele sempre morou e viveu durante sua infância com seus pais.

Alziro Vilhalva era casado com dona Adriana Ximenes. Não cheguei a conhecê-lo pessoalmente, mas fiquei fascinada e mais motivada com a sua história, pois ele nunca arredou o pé deste *tekoha guasu*. Nasceu em Bananal, onde hoje se localiza a Fazenda Barra, que está dentro da demarcação da terra indígena. Ele percorreu a região do rio Estrelão e não abandonou os *tekohakue*. O Sr. Alziro, como já relatado, foi muito importante na constituição do Campestre, mesmo que a “doação” daquela pequena área tenha sido uma estratégia dos colonos de fazer os indígenas se calarem diante da violação de terras tradicionais. Alziro nunca parou de defender os interesses Kaiowa e sempre buscou ajuda social para sua comunidade. Quando soube que tem direito de lutar pelo seu *tekohakue*, ele buscou ajuda para retomar *Nhanderu Marangatu*, mas faleceu em 2000, logo após a retomada em 1999. Ele foi sepultado na retomada *Marangatu*. No mesmo ano, seu filho, Dom Quetito, também faleceu em Coroa Vermelha, na Bahia.

Fotografia 18 - Senhor Alziro Vilhalva



Fonte: Acervo pessoal da família

Alguns dos filhos de Alziro são Eleuteria, Romilda, Severiano, Dom Quetito, Idelfonso, Vicenta, Gabriel, Fatima e Odilon, dos quais descrevo suas descendências:

Os filhos de dona Romilda são: Roberto Carlos (que mora na aldeia *Pirakua* e é casado com Luiza Franco); Cornélio; Marcelina; Mali; Fausto; e Wanderley (já falecido). Os filhos são de casamentos diferentes e a maioria deles mora no Campestre e em retomadas da

*Nhanderu Marangatu*. Além destes, dona Romilda teve mais filhos: Celina e Felisberto (professor, casado com a professora Alenir Aquino e com uma filha Kevelyn;

Severiano se casou três vezes e sua história familiar já foi apresentada neste texto, anteriormente;

Dom Quetito era casado com dona Quitéria Barbosa, já falecida, cujos filhos são: Mineiro, Mariano, Dilico, Loretito, Elena, Liria, Laurindo e Simeão (assassinado em 2015 durante a retomada);

Idelfonso, era casado com a dona Adolfa da Silva e seus filhos são: Cândida, casada com Edson Fernandes, cujos filhos são: Laura, Erica, Egon, Eise, Ágata e Eldo, professor, casado com Vania de Assis Moraes, natural de Rio Brilhante, Aldeia *Nhanderu* Laranjeira, atua nas redes municipal e estadual, e seus filhos são Lawana e Alana;

Vicenta teve vários casamentos e, atualmente, ela é casada com o senhor Carlos Vareiro, natural da reserva indígena de Amambai, mas não tiveram filhos, os dois já têm idade avançada. Os filhos de dona Vicenta são: Marcia, Marcio, Nivaldo, Junior e Cristiane;

Gabriel é casado com Olinda Fernandes, natural de Campestre, e seus filhos são: Regina, Ari, Bruno, Bia, Michelle, Carol e Eberso (falecido). Regina mora em Campo Grande e é casada com não indígena; os outros filhos moram na casa Branca, ao redor de seus pais, na Terra Indígena *Nhanderu Marangatu*;

Fatima é casada com Zelio Morilha, natural do Campestre. Seus filhos são: Fabiano, Wesley e Wesmiler;

Odilon não é mais vivo;

Idelfonso foi assassinado. Alguns dos filhos moram na retomada e outros permanecem no Campestre.

A família do senhor Alziro se tornou uma parentela muito grande. A maioria que hoje atua nas retomadas e no Campestre é parente dele. Seu Alziro foi a raiz de tudo. Durante a pesquisa descobri que ele teve várias esposas, mas não foram mencionados seus nomes, nem os nomes de outros filhos, os quais se encontram no Campestre. Assim, quando eu ouvia sua história, imaginava uma árvore gigante com bastante folhas, flores e sementes. Estas são apenas algumas informações sobre a parentela do senhor Alziro.

Salvador Reinosso nasceu em 24 de junho de 1935, em *Jaraguaty*. Viveu neste *tekoha* por algum tempo, e hoje esse *tekohakue* encontra-se dentro da demarcação da área *Nhanderu Marangatu*. Após a invasão dos colonos, a sua família se mudou para o Paraguai.

No país vizinho, ele constituiu sua família e retornou ao Campestre depois de muito tempo. Sua esposa, Leonarda Sarate, nasceu em *Y Sayju*, em 30 de julho de 1954, local que recebe o nome de um córrego que desagua no rio Estrelão, perto do *tekohakue Mborevi* e faz a divisa com o Paraguai. Estas localidades estão dentro da demarcação. Após formar a sua família, retornou para Campestre quando soube que ali era uma aldeia, e trouxe os dois filhos: Olinda, que nasceu em 30 de maio de 1982, e Marcelino. Dona Olinda tem seis filhos: Juvenil, Teresinha, Salvani, Rafael, Rafaela e Kauany. Olinda é avó de quatro netos e Marcelino não é casado, é mudo e surdo e depende dos cuidados dos pais. Hoje, os filhos e netos do Senhor Salvador estão morando em Morro Alto, dentro da aldeia *Nhanderu Marangatu*, desde a retomada de 1999.

Dona Eleuteria Vilhalva tem 103 anos de idade. Durante o diálogo não perguntei o nome do seu esposo. Nasceu no *tekohaguasu*, na região do Bananal, mas cresceu em Campestre. Até hoje ela se encontra viva e lúcida. Alguns de seus filhos foram morar na cidade de Itaporã, outros em Dourados e outros permanecem no Campestre. Os familiares dela se esparramaram. Perguntei a ela por qual razão eles deixaram Campestre. Segundo Eleuteria, algumas razões levaram isso a acontecer: a violência contra outras famílias e a chegada de outros familiares em Campestre, cujo espaço ficou pequeno. Quero ressaltar aqui que alguns familiares de dona Eleuteria são funcionários da educação e da saúde indígena. Os filhos de dona Eleuteria são: Santa (casada com Daniel e mora em Itaporã); Rufina (casada com Dordelio Gonzaga, sendo seus filhos: Julha, casada com Odeval Ribeiro, com dois filhos); Teresa (casada com Lucio, os quais moram em Dourados); e Sonia (que era casada com senhor Roque Chucarro, mas já é falecida. Por ser filha do senhor Alziro, dona Eleuteria é muito respeitada na comunidade atualmente.

Dona Cristina Ribeiro, de 91 anos de idade, nasceu na Aldeia *Nhanderu Marangatu*, no *tekohakue* Forquilha, que ficou fora da demarcação da terra. Ela cresceu no Paraguai, é casada com Inocência Vilhalva, os quais moraram bastante tempo em *Pysyry*. De lá, ela retornou para Campestre, com seu esposo Inocência. Atualmente mora onde era *Y Akã Guasu*, que se localiza dentro da aldeia.

Seus filhos são Daniela, Lucia, Luciano, Suzana e Leira. Os filhos de Daniela são: Franciley, Darley, Fabricia, Silvio, Genilson e Micaela.

Lucia é casada com o senhor Dario Peralta, que atualmente é líder em Morro Alto. Os filhos deste casal são a professora Reinalda; Vanilso, agente de saúde de Morro Alto; além de Edson e Roselia.

Luciano é casado com a dona Silveria e têm duas filhas.

Suzana é casada com Izaque, natural da reserva indígena Dourados.

Leira é casada com Fausto, filho de dona Romilda. Os filhos deste casal são: Francilene, Luciane, Jackson, Alessandra, Silvia e Dilma, que se esparramaram em localidades da aldeia atual. Os netos e bisnetos também moram na aldeia *Nhanderu Marangatu*.

Fotografia 19 - Dona Cristina Ribeiro, ao lado de Inaye Gomes Lopes



Fonte: Foto de Reinalda Vilhalva Peralta, em 05/02 /2022

Argemiro Escalante é casado com Cida. Ele nasceu em Poção, que ficou fora da demarcação da aldeia *Pirakua*. Cresceu em Dourados, porque seus pais se mudaram para lá, mas retornou ao *Pirakua*, onde continua até hoje. Já é idoso e seus filhos são:

Adelina, casada com Desilio, filho do senhor Roberto Mendonça. Os filhos deste casal são Claudemir, Adriel e Elda.

Jovelina, outra filha de Argemiro, é casada com Julho, natural da reserva de Amambai. Os filhos deste casal são: Rose, Adrieli, Keila, Robson e Vitoria.

Sabino é casado com Antônia, natural de *Pirakua*, cujos filhos são: Dacio, Binho, Eliandro, Mirian e Dayane.

Rosana é casada com Robson da Silva. Esse casal mora na *Nhanderu Marangatu/Campestre*, e seu filho se chama Roquenilso.

Josicleito, último filho de Argemiro, é solteiro.

Argemiro é um dos rezadores na TI *Pirakua*. Ele atua bastante com os saberes indígenas, fazendo constantes contribuições do seu conhecimento na escola com os professores indígenas.

Feliciano Mendonça nasceu na aldeia *Takuaty*, no Paraguai. Sua esposa é dona Santa Vargas. Feliciano migrou para o Brasil e chegou ao Campestre, mas logo depois se mudou para a aldeia *Pirakua*. Hoje ele mora nesta aldeia e, com sua esposa, nunca foram para outro lugar dentro do *tekohaguasu*, só mudou para entrar na área demarcada. Salto *Ka'i* é o lugar onde dona Santa nasceu, mas ficou fora da demarcação. Os dois moram na região de Palmeiras, na aldeia *Pirakua*.

Fotografia 20 - Feliciano Mendonça



Fonte: Foto de Inair Lopes em 16/09/2020

Os filhos de Feliciano são: Odete (casada com Lucio, cujos filhos são Rosinaide, Geanderson e Luzia, que é casada com Wagner e têm quatro filhos, cujos nomes não foram citados); e Rosana (é casada com Matheus e têm um filho). Todos moram na aldeia *Pirakua*, no local denominado Palmeira.

Wagner, com 40 anos de idade, genro do senhor Feliciano, nasceu em Água Amarela (*Y Sayju*) no município de Jardim, onde os pais e seus irmãos viveram bastante tempo; depois mudou-se para aldeia *Pirakua*. Está casado com a filha de Feliciano, chamada Luzia; esse casal tem quatro filhos.

Fotografia 21 - Feliciano (com o boné vermelho), Wagner, Luzia, Inaye, Leonarda, Martina, Rafael



Fonte: Foto de Inair Lopes, em 16/09/2020

Fotografia 22 - Casa do seu Feliciano Mendonça durante a pesquisa de campo



Fonte: Foto de Inair Lopes, em 16/09/2020

Dona Ramona Vargas, cujo pai é João Tuai, nasceu em Salto do Macaco (Salto *Ka'i*) e também nunca foi a outro lugar no sentido de procurar outra aldeia para morar, permanecendo firme no seu antigo tekoha. Até que um dia chegou o momento de lutar pela demarcação com as demais famílias que se encontravam na região do Rio Apa. Depois de muita luta conseguiram a regularização da aldeia *Pirakua*. Após a demarcação, ela se mudou para dentro da área demarcada, deixando de lado o lugar onde viveram. O local foi tomado pelos capangas dos fazendeiros e não poderiam retornar; por isso não teve outra opção a não



ser morar dentro da área demarcada. Hoje ela se encontra em Palmeira, no *Pirakua*, com seu esposo Mario Mendonça e seus filhos ao redor. Dona Ramona e esposo fazem parte da equipe de rezador, com o senhor Feliciano.

Leonardo Ramos da Silva tem 92 anos de idade. Sua mãe se chamava Anastácia Silva. Ele mora atualmente no Cedro, local da retomada de 2015. Conta que era muito feliz em *Teju Jagua*, onde nasceu. Depois que cresceu, mudou-se para o Paraguai, em *Pysyry*. Dali ele foi para *Ita Jeguaka*. Quando soube da retomada, retornou em 2015. Hoje ele mora onde nasceu, no Cedro, local que pertence a *Nhanderu Marangatu*. Foi casado com Silveria. Os filhos deste casal são:

Lucia Ramos, casada com Bernardino Sarate, cujos filhos são Lucia e Cassilda. Cassilda mora em Lagoa Rica, Douradina, e se casou com o professor Junior Pedro e tiveram três filhos;

Cassiane, casada com o filho de Loretito;

Voninho não tem filhos ainda;

Elizandra é mãe solteira de dois filhos;

Luzinete é casada com Sidney da Silva Ribeiro e têm duas filhas;

Jeferson, Neri e Rogerison são menores de idade e moram com a mãe.

O senhor Leonardo teve outros filhos: Kencho, Justino, Eloy e Paulina, que moram em *Pysyry*, no Paraguai. Não foi possível acrescentar os nomes dos netos e de suas companheiras. O senhor Leonardo faleceu em janeiro de 2022.

Loretito Vilhalva é o filho mais velho de Dom Quetito e Dona Quitéria. O outro avô é Manoel Vonito, pai de sua mãe dona Quitéria, da tia Cecília e do tio Mauricio. Loretito nasceu em Bananal. Ele conta que se mudaram para o Campestre e, depois, seus pais mudaram-se para o Paraguai, onde moraram por um bom tempo. Quando ficou moço, começou a arranjar muitas esposas. Mas um dia ele retornou ao Campestre. Atualmente ele se encontra no Cedro, bem no centro de Aldeia *Nhanderu Marangatu*. Atualmente Loretito é casado com Tona. Vou mencionar o nome dos filhos que o senhor Loretito teve com suas várias esposas:

Mariano, Augusto, Ernesto e Edmílson são filhos de dona Joana;

Luzinete é filha da Geniria Fernandes;

Cleuza, Voninho e Edson são filhos de dona Geniria Sarate;

Alex e Alexson são filhos de dona Tona Sarate.

Atualmente, Loretito faz parte da comissão de lideranças, pois cada região do *Tekoha Nhanderu Marangatu* tem sua liderança que coordena a comunidade local. Loretito é como no tempo das dinastias hereditárias: ele não sai do poder de liderar sua comunidade, atualmente à frente de, aproximadamente, 63 famílias, no Cedro.

Augusto Gomes é filho de Cardoso Gomes e de dona Oracilda Ramires. Nasceu em *Jaraguaty*, onde os pais do senhor Cardozo residiam. Sua mãe não parava em um só lugar, ela é correntina (de Corrientes, Argentina) e seus avós fugiram da guerra do Paraguai. Ela se casou com indígena. Augusto cresceu em fazendas e sua mãe sempre trabalhava com seu pai. Ele morou bastante tempo em *Bakaiowa*, de onde foi morar na aldeia *Pirakua*. Augusto foi casado com dona Matilde Ireneo, com quem teve dois filhos: Ramona Gomes e Ramão Gomes.

Ramona era casada com Amilton Lopes (falecido), com quem teve seis filhos. São eles:

Inaye Gomes Lopes - casada com Avelino da Silva Vareiro, com quem tem dois filhos, Lucas Hamilton e Kemyly;

Inair Gomes Lopes, casada com Junior Joel Machado, com quem tem dois filhos, Inara Bibiany e Nicolas Kauan;

Amilson Gomes Lopes, casado com Zunilda Ramos, bisneta do senhor Leonardo Ramos. Esse casal tem três filhos: Evellyn, Keilon Hamilton e Theylor;

Gisele Gomes Lopes, casada com Thauz Martins Pereira, natural da aldeia Amambai, com quem tem uma filha, Natasha;

Giselda Gomes Lopes, casada com Alex Lemes (filho da professora Alenir), os quais têm um filho, Hichner;

e Gilson Gomes Lopes, casado com Mayumi (também filha de Alenir), os quais só têm um filho, chamao Kian.

Ramão Gomes é o segundo filho do Augusto Gomes e Matilde Ireneo. Ele era casado com Delfina e tiveram quatro filhos: Roni, Cleberson, Bianca e David, que ainda não têm filhos. São jovens ainda, embora todos maiores de idade, mas não estão com projetos para casar e ter filhos, segundo eles. Dona Delfina e seus filhos moram na aldeia *Pirakua* e seu esposo Ramão Gomes faleceu em 12 de novembro de 2020.

Finalizo esta parte com uma breve história de Amilton Lopes, meu pai. Ele nasceu em 9 de outubro de 1957, na aldeia *Guasuty*, município de Aral Moreira, onde viveu até os 7 anos de idade. Seus pais eram Gregorio Lopes e Iracema Ricarte. Na época, *Guasuty* não era

terra demarcada. Ainda pequeno, foi levado pelo paraguaio senhor Freire, morou em Ponta Porã e, na adolescência, mudou-se para Campo Grande, onde viveu sua juventude. Esta família que o adotou era muito boa. Cheguei a conhecê-los. A ideia deles era dar oportunidade para Amilton Lopes estudar.

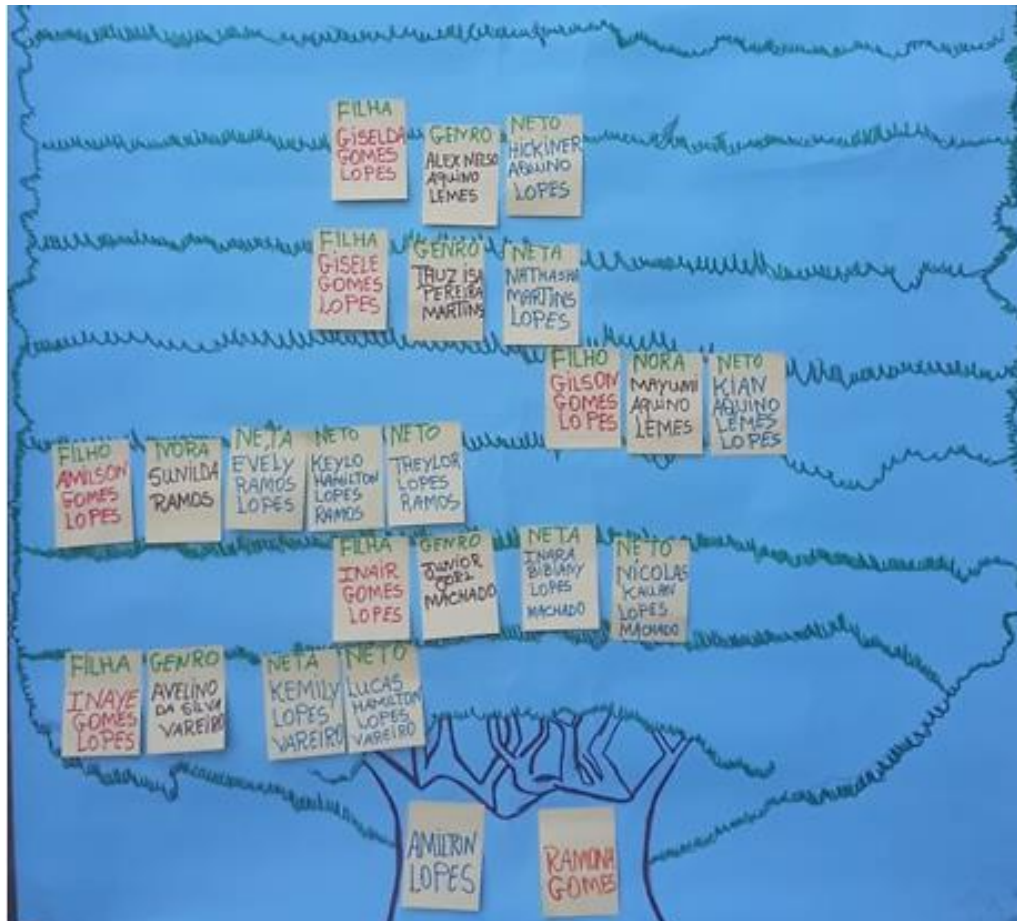
Amilton terminou o Ensino Médio em Campo Grande (MS), no colégio Dom Bosco. Quando ia começar a carreira artística, ele encontrou, por acaso, com Lazaro Morel e a comitiva dos Kaiowa que estava reivindicando sua terra *Pirakua*. Lazaro lhe perguntou se queria conhecer a aldeia; ele não pensou duas vezes e aceitou o convite. Ali conheceu sua esposa Ramona Gomes e se casaram. Ele começou a ajudar os Kaiowa em seus movimentos, sendo porta-voz de seu povo. Falava que seu trabalho nunca ficaria em vão, porque um dos seus filhos levaria a luta adiante. Lutou incansavelmente pelos outros *tekoha*, depois de conquistar o *Pirakua*. Não parou de viajar para articular o movimento, sem ganhar nada, fazendo trabalho voluntário. Ele sempre dizia que os Guarani e Kaiowa têm que ser livres. Em uma destas viagens, ele fez 30 dias de campanha na Europa, pela demarcação de terras para o povo Guarani e Kaiowa. Disse que sua última luta seria pela *Nhanderu Marangatu*. Amilton Lopes sofreu muito psicologicamente, mas nunca procurou ajuda e, no dia 16 de setembro de 2012, acabou sofrendo um acidente no rio e se afogou. Seus filhos e netos já foram apresentados acima, quando descreve a genealogia de dona Ramona Gomes.

Fotografia 23 - Amilton Lopes durante processo de retomada no final do ano de 2005



Fonte: Acervo pessoal da família

Imagem 4 - Árvore genealógica de Amilton Lopes e Ramona Gomes



Autora: Inaye Gomes Lopes

Durante a pesquisa de campo e dialogando com os entrevistados até chegar ao processo de escrever a genealogia das famílias Kaiowa, buscando desde o tronco das famílias, aprendi que os parentes Kaiowa nunca se separam. Eles têm a maneira própria de construir suas famílias. Percebi que é raro acontecer separação de famílias, ou seja, casam com outras famílias, como por exemplo, as três mulheres da família Vargas se casaram com os irmãos Mendonça. Notei que isso era muito comum nas gerações mais antigas, enquanto os mais novos possuem uma visão diferente, não seguindo o mesmo processo de construção familiar, inclusive, com a concepção de ter menos filhos na atualidade. Reflito que essa prática de ter menos filhos é consequência do pensamento dos jovens de hoje, que vivenciam as dificuldades em virtude da luta pelas retomadas dos seus antigos territórios no Estado do Mato Grosso do Sul.

A historicidade dos Kaiowa que aqui apresento demonstra a importância das famílias indígenas para as nossas retomadas, o quanto é importante que nossa história esteja viva na memória dos anciões, que descrevem suas trajetórias desde a chegada dos colonizadores e a permanência das famílias indígenas nesses *tekoha*, que compõem a área em litígio, aguardando a decisão do STF. Destaco o quanto minha pesquisa é importante para reforçar o que alguns pesquisadores já tinham percebido sobre a história e a memória da comunidade indígena Kaiowa de *Nhanderu Marangatu*:

Feita esta digressão, explica-se que para chegar à conclusão de que se tratava de uma comunidade indígena com vínculos históricos com a área em litígio, os peritos realizaram uma exaustiva crítica às fontes orais. Assim, a comparação das histórias de vida dos Kaiowa de *Marangatu* revelou uniformidade quanto aos nomes dos locais e de seus antigos moradores, mesmo em se tratando de informantes que residem atualmente distantes entre si e não se visitam há vários anos. Esses dados foram checados também através da aplicação de outros procedimentos metodológicos de pesquisa de campo em antropologia. O estudo constatou ainda que os Kaiowa em questão são detentores de uma considerável capacidade de memorizar a geografia de seu território, sendo este conhecimento uma referência importante para a trajetória da comunidade no espaço e no tempo. A permanência desta memória que permite que a geração atual se identifique com as gerações pretéritas e com o espaço que ocupavam. (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p. 96)

Escrever a história das famílias foi importante para minha pesquisa e considero uma honra ter escrito a história da qual eu também faço parte. São histórias familiares que se entrecruzam no grande *Tekohakue* em que os Kaiowa viviam. Hoje, as novas gerações dessas mesmas famílias continuam lutando para recuperar os territórios que foram ocupados pelos

seus pais, avôs e bisavôs, mesmo destruídos pelos fazendeiros. Dão a vida para demarcar definitivamente suas terras e para acabar com todas as ameaças, perseguições e injustiças que têm enfrentado cotidianamente.

### **3.2 O CAMPESTRE, AS RETOMADAS E UM SOPRO DE ESPERANÇA: AINDA HÁ MAIS HISTÓRIAS KAIOWA PARA SEREM ESCRITAS**

Alziro Vilhalva foi a “árvore aroeira” que nunca foi derrubada pelos colonos, porque sustentou e aglutinou toda parentela, trazendo também para a luta outras famílias que haviam sido deslocadas e expulsas pela colonização. Ele passou a liderar a comunidade, depois de receber a doação dos 7 hectares, onde constituiu a aldeia Campestre. A partir daquele momento, a organização social mudou, porque ele não estava mais liderando somente a sua família extensa, mas passou a liderar outras famílias também.

Iniciou, então, outro ritmo de socialização, quando, apesar de a terra de Campestre ser pequena, as famílias expulsas de seus *tekohakue* foram chegando neste lugar, que era mais próximo de seus locais de origem. E assim chegaram as famílias do senhor Siríaco Ribeiro, Salvador Reinosso, Altivo Barbosa, Arsênio da Silva e Fernandes, além dos filhos do senhor Alziro, que também formaram suas famílias, todas morando em Campestre. Alziro pensou como iria dividir as moradias nesse pequeno espaço. Então, ele deu 20 ou 30 metros quadrados para cada família construir sua casa. Não dava para construir uma grande casa, como estavam acostumados, mas podiam construir um pequeno rancho de 4 x 5 m ou 5 x 6 m, pois o espaço era muito pequeno.

As famílias se divertiam como podiam. Praticavam danças culturais com *chicha*, que acontecia a cada 15 dias. Também enfrentavam a falta de água, então tinham que ir ao rio, que era longe, para se abastecerem, com galão de porongo. A comida variada era rara, somente se alimentavam de abóbora e caçada. Naquele tempo não tinha espaço para plantar, mas, como ainda não havia desmatamento, tinha muita caça. Esse foi o caminho para retomar seu território tradicional de volta.

Aconteceram muitas coisas no Campestre, mas não havia muita morte, eram raras. No decorrer do tempo, os contatos de Alziro com o exército de Bela Vista proporcionavam alimentação, roupas e calçados. No tempo de inverno, ele já se organizava para buscar a ajuda. A comunidade dele, então, o considerava o “capitão” da aldeia, que era a palavra que ele usava. Ele dominava essa pequena área com muita rigidez. Quando houve o retorno dos Kaiowa ao Campestre, alguns não indígenas já estavam morando na vila Campestre. Há uma

história considerada oficial sobre a Vila e a aldeia Campestre, que teria começado com o imigrante italiano Eugenio Penzo, que chegou no Rio Grande do Sul em 1900 e veio para o MS (antes Mato Grosso) em 1936. Segundo o site da Prefeitura de Antônio João (2021):

Decidido a mudar sua vida, (...) Eugênio Penzo resolveu migrar juntamente com sua família em uma área fechada por cobertura vegetal em busca de terras. Estas terras eram devolutas [consideradas sem dono], onde qualquer um poderia tomar posse e com um tempo as pessoas requeriam as terras do governo. Em 1936, Eugênio Penzo conseguiu tomar posse de uma gleba de terras, essa Gleba chamava-se cabeceira dos Bugres (de 5.329 hectares), que era localizado perto da antiga colônia dos Dourados. Ele abriu picadas e dividiu lotes com cercas de arames com o objetivo de ceder para as pessoas que tivessem interesse em trabalhar sob a forma de cooperativa. Nestes lotes plantava-se arroz, milho, feijão, amendoim, batata doce, cana de açúcar, banana e café. Em 1948, a Colônia Penzo foi elevada à categoria de Distrito Eugenio Penzo, desmembrado de Ponta Porã, e, em 1965 foi criado o Distrito de Campestre, desmembrado de Bela Vista. (Prefeitura Municipal de Antônio João, 2021)

É importante observar que em nenhum documento oficial de divulgação sobre esta história consta que havia indígenas nas terras ocupadas por Eugenio Penzo, chegando a afirmar a existência de terras devolutas. Ele veio se apossando do território e se sentiu no poder de doar terras para as famílias não indígenas que vieram de outros locais e até mesmo do Paraguai. Mas também “doou” 7 hectares para o Kaiowa Alziro Vilhalva, que era do próprio território tradicional indígena. A história que apresento destaca a presença Kaiowa na região de Antônio João e redondezas, desmentindo a história que se diz oficial e que faz apologia aos colonizadores.

Essa histórica presença Kaiowa está presente em outros estudos e fontes históricas. Rubem F. Thomaz de Almeida, no Relatório de Estudo Antropológico de Identificação (2000 p. 9-10), analisa o conflito armado da “Tríplice Aliança” ou “Guerra do Paraguai” (1864-1870), e deixa clara a existência do território Kaiowa na região.

Apesar de não atingir totalmente o território dos Kaiowa no Brasil, redundará em implicações importantes para este povo. Seu território será, em parte, palco de lutas entre contendores brasileiros e paraguaios. O próprio comandante supremo do exército paraguaio, Marechal Francisco Solano López, morre, em 1870, em Cerro Corá, às margens do Rio Aquidaban, em pleno território Kaiowa. Os conflitos bélicos também tornaram conhecido o soldado Antônio João, natural da região aqui em foco e que deu nome ao Município, que passou a ser reverenciado como herói por haver resistido ao inimigo e morto por este em plena luta em área bastante próxima do Ñande Ru Marangatu. (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000, p. 9-10)

Depois que o senhor Alziro “ganhou” a pequena área, a FUNAI demarcou como terra indígena. A intenção desta instituição era demarcar como reserva, mas isso não aconteceu. A nova política entre indígenas e não indígenas era ter uma relação pacífica, cada um cuidando de sua família, com atendimento do município, que já estava emancipado como Antônio João. As famílias indígenas de fora que vieram morar na aldeia Campestre sabiam que, ao lado, tinha uma vila onde moravam os não indígenas. Muitos indígenas vieram de outra reserva, como Lico Nelson e sua família, e também Marçal de Souza, para fazerem atendimento na questão da saúde. A população conseguiu atendimento com a FUNAI, que instalou um posto, e o funcionário se chamava Élio Pedro, o qual atendia os moradores da aldeia Campestre para a emissão de documentos. Na parte da educação iniciaram uma escola numa casa de sape, depois conseguiram uma construção escolar com quatro peças, em 1997. O senhor Severiano revelou que a relação entre todos era muito boa, não havia conflito por disputa do espaço, cada um respeitava o outro, ao longo dos anos.

Durante a pesquisa de campo, buscando informação com os mais velhos, perguntei: “Quem chegou primeiro no Campestre?” A resposta foi que a família do senhor Alziro já morava por lá, mas a terra não era reconhecida. Tanto é que já havia moradores não indígenas ao redor da aldeia. Como Eugenio Penzo estava no poder de doar terras, deu dois ou mais hectares de terras para não indígenas, como a dona Mercedes, dona Cuxita, Rômulo, Abrão e Emílio, mas foram chegando mais famílias não indígenas.

Pio Silva chegou em 1943, em *Nhanderu Marangatu*, se apossou da terra e construiu suas fazendas - Fronteira, Cedro e Barra. Ele contratou os empreiteiros Paulo Dias, Irineu, Negro Amambai e Arino, que também passaram a morar no Campestre. Cheguei a conhecer Paulo Dias e sua família; até hoje os netos são amigos dos indígenas. Ele contou que trabalhou para Pio e, após se aposentar, conseguiu um espaço na Vila Campestre para morar com sua esposa Valeria. Pio Silva dividiu as terras entre os filhos, para trabalhar depois que crescessem e cada um tomou posse da sua área. Um de seus filhos é casado com a advogada Roseli, ferrenha adversária dos indígenas na luta pelo território.

Os sete hectares de terra “doados” para Alziro se tornaram minúsculos para as famílias morarem, mas, apesar das muitas dificuldades de sobrevivência, muitos não abandonaram o lugar e permaneceram firmes. Conseguiram praticar alguns dos seus costumes tradicionais. Na casa de Alziro e Bernarda tinha festa a cada quinze dias e as pessoas gostavam de festejar também no *Pysyry*, pois havia estrada pelas fazendas e os colonos não



proibiam a passagem deles. Com essa facilidade de transitar, as famílias de *Pysyry* e *Campestre* se visitavam frequentemente.

Na Vila *Campestre* construíram a escola municipal *Rachid Saldanha Derzi*, aproximadamente em 1990, que funcionava até o Fundamental II. Quando *Marçal Guarani* chegou no *Campestre* para atender a saúde indígena, ele já tinha a ideia de lutar pela demarcação das terras tradicionais, que iniciou pela aldeia *Pirakua*. Na época, ele visitava as famílias indígenas, mas sabia que estava marcado para morrer. Sua ideia, segundo *Loretito*, era a retomada de *Nhanderu Marangatu*.

Então, em 1999, aproximadamente 35 anos da constituição da aldeia *Campestre*, o povo iniciou a retomada. Em 15 de dezembro, às 23h30, com aproximadamente 180 pessoas, iniciou-se a retomada de *Nhanderu Marangatu*. Houve três processos: a demarcação em 2004, a suspensão da homologação e, depois, a nova retomada em 2015, porque as autoridades não resolveram a situação jurídica da terra durante o processo de demarcação.

A população da aldeia *Campestre*, hoje, tem mil pessoas aproximadamente. Neste local funciona uma escola indígena de Ensino Fundamental completo, com 400 alunos, mantida pelo município de Antônio João e pelo Estado, tem energia elétrica, casas de alvenaria, posto de saúde; temos quatro agentes de saúde (AIS) e dois agentes indígenas de saneamento (AISAN).

Atualmente, toda a comunidade indígena de *Nhanderu Marangatu* (incluindo os *Kaiowa* da aldeia *Campestre*) aguarda a Justiça resolver a demarcação da sua área, amparados no que diz a Constituição Federal de 1988. Conforme *Magalhães* (2003):

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis a preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias á sua reprodução física e cultural. (MAGALHÃES, 2003, p. 29)

Segundo *Liana Amin Lima da Silva* e *Carlos Frederico Marés de Souza Filho* (2018, pág. 300), o artigo 231 da Constituição Federal reconhece os direitos indígenas. Contudo, nesse século XXI, tornou-se mais difícil de fazer valer os nossos direitos. Os diferentes povos nunca foram vistos como possuidores de território no Brasil, mas os governos só reconheciam a posse dos colonos, que foram atropelando e invadindo as terras de quem já vivia e morava aqui, desde tempos imemoriais.

Os direitos originários dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam estão consagrados no artigo 231 da Constituição Brasileira. O artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), por sua vez, reconhece os direitos das comunidades quilombolas à propriedade definitiva das terras ocupadas. O Supremo Tribunal Federal, no caso Raposa Serra do Sol (Pet n. 3.388-4/RR), estabeleceu a data da promulgação da Constituição (5 de outubro de 1988) para verificação da posse pelos povos indígenas para fins de demarcação e titulação das terras. O critério do marco temporal foi discutido em outras decisões do Supremo Tribunal Federal, tendo afetado processos de reconhecimento e demarcação de Terras Indígenas (TIs) dos povos Terena, Guarani e Kaiowá. (LIMA DA SILVA; SOUZA FILHO, 2018, p. 299)

A aldeia Campestre sempre vai ser o centro do *Tekoha Nhanderu Marangatu*, porque lá os Kaiowa iniciaram o plano para fazer a retomada de seus territórios tradicionais. Planejaram por 30 dias. O plano se iniciou com a ideia do Sr. Alziro (patriarca da região) e seu filho Dom Quetito. Na época chamavam o líder de “capitão”, então, quem liderava a comunidade era o filho do senhor Alziro, o capitão Dom Quetito. Ele correu atrás do Direito, para ver como poderia reaver seus *tekohakue*, e chamou Amilton Lopes para ajudar a intermediar na comunicação escrita e para ser porta voz da comunidade. Com Dom Quetito, eles iniciaram a articulação com outras aldeias já demarcadas e com as comunidades das oito reservas. A ideia era juntar muitas pessoas para dar apoio à comunidade de *Nhanderu Marangatu*. Logo após as retomadas, cada um voltou para sua comunidade. Atualmente, *Nhanderu Marangatu* é o nome do *tekoha guasu*, onde estão as várias localidades retomadas.

Após 22 anos, ainda à espera do julgamento final, o processo continua sem a decisão do STF, que suspendeu a homologação, logo depois da primeira retomada em 1999. Com essa demora, em 2015, a comunidade reocupou as áreas que já haviam sido identificadas, demarcadas e homologadas, mas, infelizmente, a homologação foi suspensa.

A comunidade, desde a reocupação das áreas pretendidas, estabeleceu, num primeiro momento, que a organização de cada local de retomada teria um ou dois representantes: em Casa Branca tem Ramão; em Salto Estrelinha é Alenir; em Primavera II é Roberto; em Primavera I os representantes são Sebastião e Joel; em *Pikiri* é Luiza; em Soberania tem Odeval; em Campestre é Vicente; em Morro Alto é Dario; em Cedro são representantes Loretito e Augusto; em Fronteira ficaram Mario e Mariano; e em Itaquirai é Avelino. No segundo momento foi alterada a organização da comunidade, ficando estabelecido que, destes nomes todos citados acima, seriam escolhidas quatro pessoas (Mario Almeida, Vicente Romero, Thomas Romero e Adélio da Silva) para formar uma comissão que, atualmente,

lidera todas as aldeias, cuidando dos problemas internos e dos interesses da comunidade no geral.

Finalizando a pesquisa, quero aqui questionar a tese do Marco Temporal, que diz que só terão direito à terra os indígenas que estavam no local em 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Mas como estar no local, se fomos expulsos de nossas terras pelos colonos, com o apoio do próprio governo? Por outro lado, se era preciso estar no local, em 1988, então estamos garantidos, pois a família extensa de Alziro Vilhalva nunca saiu de seu território, e também outras famílias, conforme o depoimento dos meus interlocutores.

Em vez de os governantes respeitarem os indígenas e seus direitos, os quais nunca foram vistos como seres humanos, tudo o que os poderosos fizeram foi destruir a vida dos nossos antepassados e também das gerações mais novas, pois destruíram muitos de nossos valores e de nosso modo de vida tradicional. Alguns de nossos ancestrais tiveram que se exilar no Paraguai, perdendo até o direito de voltar, pois os fazendeiros os acusavam de ser paraguaios. Aliás, até hoje os fazendeiros e seus aliados no governo usam o argumento de acusar os Kaiowa e Guarani de não serem legítimos da terra, pois, segundo eles, são “paraguaios”. Os Kaiowa perderam as terras e também o direito de viver em liberdade, como se pode ver nas entrevistas dos anciões, os quais já são poucos ainda vivos, mas lembram, como se fosse hoje, a chegada dos colonizadores que arruinaram suas vidas. Como eles disseram, a luta continua porque, para os Kaiowa, nunca foi fácil, sempre foram tratados com discriminação, como empecilho ao “progresso” e como “invasores” de suas próprias terras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo as informações coletadas na pesquisa, percebi que, antigamente, era mais fácil de viver, pois a comunidade vivia em liberdade, sem ninguém para atrapalhar, cada um do seu jeito, não tinha confinamento. Cada um morava onde queria e mudava de lugar à vontade dentro do grande território. Mas também era triste, porque naquela época morriam muitas crianças de doenças como tuberculose, sarampo e catapora. Todos os recursos eram tirados do meio ambiente, como para fazer casas, remédios, alimentação, sabão, redes e até cobertas. Todos sabiam fazer as coisas para viver bem, porque os pais ensinavam desde pequenos. As famílias se ajudavam nos mutirões, como na caçada, na roça, etc.

Hoje vivemos, na verdade, em verdadeiros caos, pois nossos direitos são devastados pelo governo federal. A diferença entre os três tempos é que, naquela época, era muito bom de viver. Tradicionalmente, os Kaiowa quase não dependiam de ninguém. Hoje somos mais dependentes, e o capitalismo nos prende. Eu me senti muito feliz de conhecer a história das pessoas que moravam no antigo *tekoha*. Ganhei muito com esta pesquisa, porque aprendi coisas que nunca passaram pela minha imaginação, como conhecer a história da comunidade, a construção de moradia num pequeno espaço. Pergunte para algumas famílias porque não se mudaram para a retomada, mas concluí que são aquelas famílias que sempre moraram no Campestre. É claro que a nova geração, hoje, já tem outra visão. O entendimento de mundo pelo povo *Kaiowa* é extenso. No decorrer da pesquisa, foram desvendados inúmeros valores culturais ainda muito presentes na comunidade e muitos se tornaram apenas lembrança para os mais velhos, sem expectativa de retorno.

A pesquisa possibilitou trazer uma perspectiva muito grande como instrução e orientação sobre os processos próprios de ensino e aprendizagem do povo *Kaiowá* fora da escola. Muitos desses elementos culturais precisam, urgentemente, ser incorporados ao modelo pedagógico da escola indígena, de ensino-aprendizagem próprio, mas com característica dos processos de ensino e aprendizagem escolar e acadêmica.

Entendi que o retorno dos Kaiowa para a terra tradicional também lhes possibilitou a força de lutar por outros direitos, que veio das parentelas da mesma família que sempre permaneceu na terra, ou seja, das famílias que presenciaram a chegada dos colonizadores. Eles são como um tronco da árvore Aroeira, da qual nascem as folhas, as flores e as sementes. Percebi, durante a pesquisa, que todos, na aldeia *Nhanderu Marangatu*, Campestre, *Pysyry* e *Pirakua*, têm a mesma ligação de parentelas.

Lembro-me da fala da ruralista Roseli Ruiz, na Câmara de Vereadores, dizendo que “quem faz a cabeça dos indígenas para invadir terra é o CIMI”, e que antropólogos e historiadores inventam e obrigam os indígenas a dizer algo contrário aos fatos históricos. Mas isso não é verdade: como pesquisadora indígena, em nenhum momento pressionei os mais velhos, nem os manipulei para falar. Eles têm sede de contar o que viveram no passado, que não é muito distante, pois muitos ainda estão vivos. Ou seja, a história não é invenção deles ou minha, como pesquisadora. E temos/tivemos muitos indígenas esclarecidos, como Marçal de Souza, Amilton Lopes e Leia Aquino (professora kaiowa, falecida por estresse, pois liderou muitas ações para as retomadas), que já profetizavam antes de suas mortes. Hoje usamos as ferramentas que os invasores nos trouxeram há 522 anos, para nos defender, escrevendo a história do nosso próprio povo.

A história dos Kaiowa nos faz refletir que teve três tempos: o de viver em liberdade, praticando nossas peculiaridades e vivendo felizes sem se preocupar; a chegada dos colonos com o esparramo e a mudança da rotina dos Kaiowa; e o tempo das retomadas.

Daqui a alguns anos não haverá mais pessoas vivas daqueles tempos para contar a história viva dos Kaiowa, que viveram nos lugares mencionados, pois meus entrevistados já estão velhinhos. O que quero dizer é que, quando os velhos entrevistados contam sobre a chegada dos colonos, eles falam a verdade porque viveram estas experiências, ao contrário dos produtores rurais que falam que quem dá ideia para os indígenas de que realmente ali era *tekohakue*, com cemitérios, são as ONGs ou o CIMI. Mas não é dessa forma, porque os meus entrevistados idosos sentem-se à vontade para contar como foi o passado, como se fosse agora, ou seja, são narrativas presentes em suas memórias, pois vivenciaram cada momento e cada acontecimento.

Os Kaiowa e os indígenas em geral são criticados pela recuperação dos *tekohakue* e a maioria dos *tekoha* recuperados é vista como “invasão” dos indígenas, mas ninguém diz que um dia os indígenas foram invadidos e violentados em seu direito de viver nos lugares que sempre foram seus. As autoridades responsáveis não veem os indígenas desse jeito, apenas como invasores, preguiçosos, vagabundos e, agora, como traficantes e terroristas, para criminalizá-los e neutralizar suas lutas.

Enquanto isso, os indígenas lutam há séculos em prol do seu direito de sempre manter viva a sua história, sua identidade e sua cultura tradicional. Hoje e sempre, o lugar dos indígenas Kaiowa é onde quisermos, dentro do nosso território tradicional.

Também precisamos ocupar outros espaços sociopolíticos, pois nós, os Kaiowa, precisamos dar continuidade às nossas vidas e nos adaptar dentro da nova realidade, sem perder nossas raízes, como a língua, pois são elas que nos identificam como povo originário. Tenho orgulho do povo Kaiowa, porque o sangue Kaiowa corre em minhas veias, e é minha comunidade que me motiva para a luta, que vou mostrando enquanto pesquisadora indígena.

Em todos os levantamentos sobre os Kaiowa, dialogando com os mais velhos, em certos momentos não dá para forçar suas lembranças, pois para eles é muito difícil, por tudo que já passaram e também pelo que estão vivendo em um novo cenário do movimento da luta pela terra. Escrevendo a história dos Kaiowa fico pensando como eles são fortes, como são resistentes, pois exploraram toda região entre os rios Estrelão e Apa. Além disso, tudo faz sentido quando é uma pesquisadora indígena que escreve junto aos mais velhos, e não é uma informação de fora. Ou seja, já ouvi muitos fazendeiros dizendo que os indígenas são manipulados pelas ONGS, que falam mentiras. Mas o que falamos é tudo verdade! Dialogando com os mais velhos, eles se emocionam ao lembrar que viveram essa imensidão de vida com seus parentes e sonham com a reconquista de sua terra e sua forma de viver.

Ao chegar ao final desta pesquisa, depois de ouvir tantos anciões e percorrer grande parte da área dos rios Apa e Estrelão, percebo o quanto nossas gerações anteriores foram valentes e fizeram a leitura do contexto histórico de chegada dos colonizadores, aproximadamente em meados do século XX. Ressalto que as ações dos Kaiowa não foram uniformes, mas houve um entrecruzamento de ações: algumas famílias acabaram saindo dos seus *tekohakue* e se deslocando para o lado paraguaio; outras migraram para as reservas criadas pelo SPI durante as décadas de 1920 e 1930; teve famílias indígenas que permaneceram em seus respectivos locais, buscando não manter contato com os não indígenas, se refugiando em locais cobertos de matas; e, por último, alguns indígenas se aproximaram dos colonizadores, até ofereceram sua mão de obra para a abertura de matas e constituição das fazendas, promovendo um jogo de interesses, com relações sócio-históricas, ora harmoniosas, ora mais conflitantes.

Estas diferentes ações adotadas pelos Kaiowa da região dos rios Apa e Estrelão foram decisivas para os acontecimentos após a chegada dos colonizadores. Aqueles que se deslocaram para o Paraguai foram fundamentais para a garantia da área indígena *Pysyry*. Os que permaneceram em seus territórios e estabeleceram relações com os não indígenas foram importantes para assegurar uma pequena parte de suas terras, que seria o ponto de partida para

a nova articulação Kaiowa, para as suas retomadas. Cito o caso do Senhor Alziro Vilhalva e a “doação” dos lotes de terras no Distrito de Campestre, no final dos anos 1960.

A partir desse momento, famílias Kaiowa retornaram gradativamente, se concentrando inicialmente no Campestre, quando passaram a articular novas estratégias políticas para recuperar seus territórios perdidos, que contou com um importante capítulo na Constituição Federal de 1988, reconhecendo o direito à demarcação de terras dos indígenas. Dessa forma, a comunidade Kaiowa conquistou a demarcação da TI *Pirakua* e avança no sentido de reivindicar a área de *Nhanderu Marangatu*.

Este protagonismo histórico dos Kaiowa é levado adiante, hoje, pelas gerações mais novas: filhos, netos e bisnetos daqueles que sofreram perante o avanço da colonização. Eles sabem da importância do nosso território tradicional, conhecem a nossa relação com a terra, estão em sintonia para se fortalecerem e terem coragem de enfrentar as adversidades colocadas na atualidade das famílias Kaiowa.

Esta minha pesquisa deve auxiliar ainda mais o movimento indígena Kaiowa de *Nhanderu Marangatu*, pois evidencia a resistência dos nossos antepassados e revela as áreas que eram ocupadas por nossas gerações anteriores, que precisam ser definitivamente reconhecidas como terra do povo Kaiowa. São muitas dificuldades e barreiras enfrentadas pela comunidade, sobretudo, devido à homologação ter sido suspensa pelo STF em 2005 e a área continuar em litígio. O que está claro, também demonstrado pelos mapas desta pesquisa, é que as áreas de *Pirakua* e *Nhanderu Marangatu* correspondem a apenas uma parte do vasto território ocupado pelos Kaiowa em meados do século passado, tanto que muitos dos *tekohakue* de outrora ficaram fora do espaço das terras demarcadas, sendo que na *Marangatu* ainda não há a homologação da área.

Deixo a possibilidade de entender, de forma mais detalhadas, as ações após a constituição do Campestre, o papel das *Aty Guasu* (Grande Assembleia do povo Kaiowa e Guarani), de Marçal de Souza, a conquista do *Pirakua*, as retomadas de Cerro Marangatu, iniciadas ao final da década de 1990, o processo de demarcação no início deste século, sua suspensão e as retomadas mais recentes. São capítulos da história Kaiowa que ainda precisam ser escritos, demonstrando a nossa presença e o nosso protagonismo, desvendando a velha história que insiste em fazer apologia aos colonizadores e negar a existência dos povos indígenas. Por fim, um agradecimento a toda comunidade Kaiowa de *Pirakua* e *Nhanderu Marangatu*, especialmente aos anciões por suas entrevistas, nossa história viva, em suas memórias.





## REFERÊNCIAS

- BENITES, Tônico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando):** o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Tese (Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. 13ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória** – Ensaios de psicologia social. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BRAND, Antônio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani:** os difíceis caminhos da palavra. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica. Porto Alegre/RS, 1997.
- BRAND, Antônio Jacó. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Tellus** (Campo Grande), Campo Grande, v. 6, n.1, p. 137-150, 2004.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialidade e colonialismo: a política de criação das Reservas Indígenas no sul de Mato Grosso do Sul e algumas de suas consequências contemporâneas. In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.). **Reserva Indígena de Dourados:** Histórias e desafios contemporâneos. Ebook. São Leopoldo: Karywa, 2019. p. 21- 42.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e territorialidade:** a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. Tese (doutorado em História) – UNESP, Assis-SP, 2013.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Diagnóstico e proposta de plano de ação para a T.I. Nãnde Ru Marangatu,** Município de Antônio João - MS. Ponta Porã: Funai, 2011.
- CHAMORRO, Graciela. **História Kaiowa.** Das origens aos desafios contemporâneos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.
- CHAMORRO, Graciela. **Panambizinho:** lugar de cantos, danças, rezas e rituais Kaiowá. São Leopoldo: Karywa, 2017.
- CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul:** história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- CRESPE, Aline C. L. **Mobilidade e temporalidade Kaiowá:** do tekoha à reserva, do tekohará ao tekoha. Tese (Doutorado em História) – UFGD, 2015.
- DUPRAT, Deborah. O direito sob o marco da pluriethnicidade/multiculturalidade. In: RAMOS, Alcida Rita (Org.). **Constituições nacionais e povos indígenas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

EGON HECK/CIMI. **Amilton Lopes:** tudo pelos Guarani. Conselho Indigenista Missionário, de 19 de setembro de 2012. Disponível em: <https://cimi.org.br/2012/09/34052/>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Porto Alegre, **Revista Espaço Ameríndio**. v. 6, n. 2, p. 178-218, 2012.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. **Ñande Ru Marangatu:** laudo antropológico e histórico sobre uma terra Kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Dourados: EDUFGD, 2009.

FUNAI. **Situação dos índios da região meridional do estado de Mato Grosso do Sul.** Fundação Nacional do Índio, Ministério da Justiça. S/D.

GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização. São Paulo, IEA-USP. **Revista ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 9, n. 25, dez. 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Editora Lamparina, 2014.

LIMA DA SILVA, Liana Amim; SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Marco temporal como retrocesso dos direitos territoriais originários indígenas e quilombolas. In: ALCÂNTARA, Gustavo Kenner; TINÔCO, Lívia Nascimento; MAIA, Luciano Mariz. (Orgs.). **Índios, Direitos Originários e Territorialidade.** Associação Nacional dos Procuradores da República. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Ministério Público Federal. Brasília: ANPR, 2018. p. 299-325.

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). **Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas.** 2ª ed. revista e atualizada. Brasília, CGDOC/FUNAI, 2003.

MELIÀ, Bartomeu. **El Guaraní conquistado y reducido:** ensayos en etnohistoria. 2ª ed. Asunción, CEADUC (Biblioteca Paraguaya de Antropología, 5), 1988.

MELIÀ, Bartomeu. El pueblo Guaraní: unidad y fragmentos. **Tellus**, Campo Grande, 4(6): 151-162, 2004.

MEYER, Luisa Gabriela Oliveira. Novos direitos e velhas práticas de Estado: o direito à consulta prévia na Reserva Indígena de Dourados, MS. In: In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs). **Reserva Indígena de Dourados:** Histórias e desafios contemporâneos. Ebook. São Leopoldo: Karywa, 2019. p.111-134.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org). **A presença do indígena no Nordeste:** processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios:** “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

PEDRO, Gileandro Barbosa. **Ore Rekohaty (Espaço de pertencimento, lugar que não se perde):** Do esbulho das terras à resistência do modo de ser dos Kaiowá da Terra Indígena Panambi – Lagoa Rica em Douradina MS (1943 – 2019). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

PEREIRA, Levi Marques. A Reserva Indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro e o surgimento de figurações indígenas multiétnicas. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÉS,

Isabel (Orgs). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: editora UFGD, 2015. p. 781-795.

PEREIRA, Levi Marques. Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos “índios de corredor”. In: **Tellus**, Ano 6, n. 10, Campo Grande – MS. Abril de 2006, p. 69-81.

PREFEITURA de Antônio João. **História - Prefeitura Municipal de Antônio João**. [https://www.antoniojoao.ms.gov.br > pagina > historia](https://www.antoniojoao.ms.gov.br/pagina/historia). Disponível em: ([https://www.antoniojoao.ms.gov.br/pagina/historia#:~:text=Antonio%20Jo%C3%A3o%20teve%20inicio%20com,vindo%20de%20G%C3%AAnova%20\(It%C3%A1lia\)](https://www.antoniojoao.ms.gov.br/pagina/historia#:~:text=Antonio%20Jo%C3%A3o%20teve%20inicio%20com,vindo%20de%20G%C3%AAnova%20(It%C3%A1lia))). Acesso em 23 de julho de 2021.

PREZIA, Benedito. **Marçal Guarani: a voz que não pode ser esquecida**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 107-130.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSSATO, Veronice Lovato. **Será o letrado ainda um dos nossos? Os resultados da escolarização entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul**. Veranópolis/RS: Diálogo Freiriano, 2020.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. (Coord.). **Relatório de estudo antropológico de identificação**. Processo Administrativo FUNAI/BSB/1861/00. Rio de Janeiro, FUNAI. 2000.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. **Relatório da Área Indígena Pirakuá**, Mato Grosso do Sul. Brasília, FUNAI. 1985.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Nãnde Ru Marangatú. **Diário Oficial**, Brasília, nº. 62-E, Seção 1, pp.3-6. 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994

VALLE, Lilia. **Relatório**. Rio de Janeiro, 1974.

## ENTREVISTAS E PESQUISA DE CAMPO

ARGEMIRO ESCALANTE (2020). Entrevista de Argemiro Escalante. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Pirakua* – Município de Bela Vista - MS, 16 de setembro de 2020.

ARSÊNIO DA SILVA (2020). Entrevista de Arsênio da Silva. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* – Município de Antônio João - MS, 23 de fevereiro de 2020.

AUGUSTO GOMES (2021). Entrevista de Augusto Gomes. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* – Município de Antônio João - MS, 27 de novembro de 2021.

AVELINO DA SILVA VAREIRO (2021). Entrevista de Avelino da Silva Vareiro. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* – Município de Antônio João – MS, 16 de outubro 2021.

CRISTINA RIBEIRO (2020). Entrevista de Cristina Ribeiro. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* – Município de Antônio João - MS, 17 de abril 2020.

ELEUTERIA FERNANDES VILHALVA (2020). Entrevista de Eleutéria Fernandes Vilhalva. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* – Município de Antônio João – MS, 23 de março de 2020.

EZEQUIEL PALÁCIO (2021). Entrevista de Ezequiel Palácio. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* – Município de Antônio João - MS, 08 de outubro 2021.

FELICIANO MENDONÇA (2021). Entrevista de Feliciano Mendonça. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Pirakua* – Município de Bela Vista - MS, 23 de setembro de 2021.

LEONARDO RAMOS DA SILVA (2021). Entrevista de Leonardo Ramos da Silva. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* – Município de Antônio João - MS, 11 de novembro de 2021.

LORETITO VILHALVA (2021). Entrevista de Loretito Vilhalva. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* – Município de Antônio João - MS, 22 de agosto de 2021.

RAMONA VARGAS (2021). Entrevista de Ramona Vargas. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Pirakua* – Município de Bela Vista - MS, 23 de setembro de 2021.

SALVADOR REINOSSO (2021). Entrevista de Salvador Reinosso. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* – Município de Antônio João - MS, 23 de setembro de 2021.

SANTA ROCHA (2022). Entrevista de Santa Rocha. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* – Município de Antônio João - MS, 23 de janeiro 2021

SEVERIANO FERNANDES VILHALVA (2020). Entrevista de Severiano Fernandes Vilhalva. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* – Município de Antônio João - MS, 08 de março de 2020.

VERONICE LOVATO ROSSATO (2022). Entrevista de Veronice Rossato. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Cidade de Dourados – MS, 14 de janeiro de 2022.

WAGNER NUNES (2021). Entrevista de Wagner Nunes. Entrevistadora: LOPES, Inaye Gomes. Terra Indígena *Nhanderu Marangatu* – Município de Bela Vista - MS, 23 de setembro de 2021.